



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

MATHEUS HENRIQUE DA SILVA

OS DONOS DO DISCURSO: ANÁLISE DE UMA
POLÊMICA SOBRE A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

João Pessoa

2020

MATHEUS HENRIQUE DA SILVA

**OS DONOS DO DISCURSO: ANÁLISE DE UMA POLÊMICA SOBRE A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Texto apresentado como requisito para
qualificação no Mestrado em Linguística do
Programa de Pós-graduação em Linguística da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Oriana de Nadai
Fulaneti

Área de concentração: Linguística e Práticas
Sociais

Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

PARAÍBA - JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação Seção de

S586d Silva, Matheus Henrique da.

Os donos do discurso: análise de uma polêmica sobre a reforma da
Previdência / Matheus Henrique da Silva. - João Pessoa, 2020.

101 f.

Orientação: Oriana de Nadai Fulaneti. Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU 81:364.3

Catálogo e Classificação

Elaborado por MARILIA RIANNY PEREIRA COSMOS - CRB-0862

MATHEUS HENRIQUE DA SILVA

**OS DONOS DO DISCURSO: ANÁLISE DE UMA POLÊMICA SOBRE A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Texto apresentado como requisito para
qualificação no Mestrado em Linguística do
Programa de Pós-graduação em Linguística da
Universidade Federal da Paraíba.

Área de concentração: Linguística e Práticas
Sociais

Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

Qualificado em: ____/____/____

Banca examinadora

Profa. Dra. Oriana de Nadai Fulaneti (PROLING/ UFPB)
Orientadora

Profa. Dra. Edjane Gomes de Assis (UFPB)
Examinadora

Profa. Dra. Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar)
Examinadora

João Pessoa, 2020

Agradeço

A Jesus Cristo, pelas suas bênçãos e infinita bondade que tem demonstrado a mim e à minha família.

Aos meus pais, Ramos e Avani, sem os quais eu teria desistido do mestrado na primeira tentativa.

Aos meus irmãos Moisés e Samira, por me “desconcentrarem” constantemente. Isso é importante.

À minha orientadora e professora Oriana, pelos valiosos comentários e sugestões e pela surpreendente paciência e solicitude nas orientações.

À CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu a conclusão deste trabalho.

Aos amigos e irmãos em geral, que me incentivaram.

Aos meus pais: Ramos e Avani

“CHEIROSO: - (...) Enquanto estivermos aqui na terra, somos seres grosseiros, mecanizados, materializados. Tire o mamulengo, Cheirosa!

CHEIROSA: - Ah, eu não sou lambaio de circo não! tire você!”

(Ariano Suassuna – a Pena e a Lei)

“(...) Porém os homens maus e enganadores irão de mal a pior, enganando e sendo enganados”.

(2Timóteo 3-13)

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise semiótica da polêmica a respeito da reforma da Previdência no governo Temer (2016 – 2018). A análise visa compreender a polêmica enquanto fenômeno discursivo e, conseqüentemente, como fenômeno social e entender as suas relações com o patrimonialismo brasileiro. Foram selecionados alguns textos orais e escritos de políticos, juristas e economistas favoráveis ou contrários à reforma, cujo processo de significação será analisado seguindo-se os pressupostos teóricos da Semiótica Discursiva, também conhecida como Semiótica greimasiana. Esta análise permitirá perceber como o debate público brasileiro se relaciona ao sistema de governo vigente e a forma como ele engaja a população nesse sistema. Para isso, será analisado o que a Semiótica denomina “percurso gerativo do sentido”, ou seja, a formação do sentido dos discursos; depois será analisada mais especificamente a formação dos elementos passionais predominantes e também a forma como esses elementos contribuem para o cumprimento dos objetivos sociais destes discursos.

Palavras - chave: Previdência; Discurso; Patrimonialismo; Sentido; Debate públic

Abstract

This work consists in a semiotic analysis of the controversy concerning the Previdence remodeling during the presidential term of Michel Temer (2013-2018). This analysis aims to approach the controversy as a discursive phenomenon and, consequently, as a social phenomenon and also to understand its relations with the patrimonialism. It has been selected some oral and written texts from politicians, jurists, and economists, who are favorable or contrary to that remodeling, whose meaning process will be analysed, according to French Semiotics of Greimas. This analysis allows seeing how Brazilian public debate is related to the government system and how it relates Brazilian people to that system. For this, it'll be analysed what the semiotic calls "Generative path of meaning", and after this, it'll be analysed the formation of of passionate elements and how those elements contribute to the achievement of the social objectives of those discourses.

Keywords: Previdence; Discourse; Patrimonialism; Meaning; Public debate.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 A Proposta de Michel Temer	14
1.2 O Conceito de Previdência	16
1.3 A previdência no Brasil depois da constituinte	17
1.4 As Reformas	17
O DEBATE	20
2.1 Os lados do conflito	20
2.2 Liberalismo x Wellfare State	21
2.3 O debate público Brasileiro e o patrimonialismo	21
2.4 O debate público e a linguagem	34
2. PRESUPOSTOS TEÓRICOS	35
3.1 Semiótica discursiva	36
3.2 Estamento e o discurso	44
3.3 A polêmica como fenômeno discursivo	47
4. ÀS ANALISES	49
4.1 Nível discursivo	50
4.2 Nível Narrativo	75
4.3 De volta ao nível discursivo	82
5. REVENDO A HIPÓTESE INICIAL	83
5.1 Análise tensiva	50
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

A palavra democracia costuma soar bem. Ela pode temperar um discurso como poucas o fariam. No dicionário Houaiss, o verbete “democracia” é definido como um “governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade”. Se, por um lado, o regime democrático é algo positivo e desejável, sendo discutido constantemente, sobretudo nos países ocidentais, por outro a maioria dos cidadãos concordará que isso não é algo muito fácil de conseguir ou de se manter. Não deixa de ser, todavia, uma meta constante, um ideal ao qual os governos já considerados democráticos pretendem se aproximar. Para isso, o debate dos contraditórios é fundamental; é necessário que sejam ouvidas as vozes dos diversos segmentos sociais, sobretudo no que diz respeito à administração da coisa pública. Isso não seria possível, é claro, se as pessoas não tivessem acesso a informações acerca dos assuntos públicos, informações que estão para o debate mais ou menos como as cartas estão para o jogo de cartas – daí o papel importante da mídia nos debates, e o poder que exerce sobre as vertentes de opinião (também daí as expressões como - “dar as cartas”).

Mas, mídia à parte, o debate público efetivo com certeza também se torna quase impossível se não houver um sistema de governo que o permita. “Permita” porque as decisões acerca dos rumos da administração pública cabem aos governantes, e estes podem dar mais ou menos espaço à voz do povo nessas decisões. Também, definitivamente, não haveria praticamente nenhuma participação popular nos assuntos públicos se não houvesse uma cultura que a incentivasse, que a mostrasse como algo proveitoso.

É importante observar que a ideia de sociedade democrática, como sabemos, remonta às cidades-estados da Grécia antiga, como Atenas e Esparta. Não que a ideia de democracia hoje seja exatamente a mesma que os atenienses tinham, mas a participação popular organizada nas decisões governamentais vem dali. Otto Maria Carpeaux, em *História da literatura ocidental* (1959), observa como o teatro grego, cuja frequência era obrigatória a todos os cidadãos, influenciava o debate público; frequentemente, as reinterpretações dos mitos produzidas no teatro levavam a longos debates (éticos, jurídicos, etc.) de modo que a movimentação cultural acabava resultando, a logo prazo, em mudanças constitucionais – daí o papel fundamental da educação artística na Grécia. O resultado era que, mesmo em tempos de pouca liberdade de expressão (bem menos do que

temos hoje), apareciam debates e manifestações artísticas extremamente produtivas e relevantes, como as comédias políticas de Aristófanes, às quais não há equivalentes posteriores, segundo Carpeaux.

Em qualquer época, a participação no debate público implica em que tenhamos acesso a um tipo de discurso, a determinadas formas de expressão que nos permitam ‘certas intimidades’, como diria Suassuna¹, que nos permitam falar da coisa pública como sendo algo pertinente a nós, como nos pertencendo. Se não for assim, falaremos de assuntos públicos sempre como quem fala dos assuntos dos outros, dos homens do poder, dos grandes.

Esta dissertação trata desse tipo de discussão, da discussão que, segundo alguns autores, é muito pouco acessível à população em geral, ainda que trate de coisas que lhe sejam pertinentes; e é pouco acessível não necessariamente pelo nível de formalidade ou por apresentar um vocabulário muito rebuscado, mas, sobretudo por estabelecer um modo de pensar (os discursos trazem consigo determinados modos de pensar) que historicamente tem afastado o povo do governo. Esse afastamento, por ser um fenômeno social, não poderia existir se não houvesse um discurso que o naturalizasse, que o perpetuasse, e por assim dizer, que o construísse. O objetivo deste trabalho é então verificar como isso acontece, e certamente um terreno privilegiado para estudarmos isso é a polêmica recente (2017-2019) sobre a reforma da Previdência. As polêmicas, de fato, fazem parte da natureza da política, são quotidianas, mas esta é especial pela ocasião em que ocorre: a cassação do mandato da Presidente da República e a expectativa das eleições posteriores. É esse o cenário que vai moldar as discussões sobre uma possível reforma do sistema previdenciário brasileiro. A proposta é analisar um conjunto de discursos sobre a Previdência proferidos nesse período.

¹ Em *O auto da compadecida*, o palhaço, que representa o autor, mesmo consciente da pecaminosidade de sua alma, tem a ousadia de tratar de assuntos reservados ao clero (o problema do mundanismo na igreja). Pois se baseia no ‘espírito popular de sua gente’ que sofre, que é redimida e que por isso ‘tem direito a certas intimidades’, ou seja, conhece bem o cristianismo na dura prática e por isso pode falar com propriedade sobre o assunto. Ariano Suassuna preocupou-se sempre em expressar a cultura popular em oposição ao que chamava de “Brasil oficial”. Este, consistindo em uma burocracia estéril, parece estar sempre alheio ao povo, às condições e ao modo de vida da maior parte da população, que ele chama de “Brasil real”.

A seleção dos textos para o corpus foi feita visando aos objetivos da análise; para mostrar a influência do discurso político no debate sobre a reforma da Previdência, escolhi textos de políticos e candidatos que se posicionaram contra ou a favor da proposta do governo: como contrários, estarão Lula (possível candidato à presidência em 2018), a deputada Gleisi Hofman, e o deputado Carlos Zarattine (PT). Dentre os favoráveis estarão o então presidente Michel Temer, os deputados Arthur Maia (PPS) e Marcel Van Hatem (NOVO). Estes são os discursos estritamente político-partidários. Para analisar o debate em outras instâncias, isto é, entre outros segmentos sociais, escolhi discursos de representantes de instituições ou movimentos que se posicionaram contra ou a favor do projeto: como contrária, teremos a OAB, a primeira instituição que

se pronunciou oficialmente sobre o assunto, representada pelo então presidente Cláudio Lamáchia. Como favorável, teremos o MBL (movimento Brasil Livre) que, já algum tempo antes do governo Temer, vinha propagando e defendendo propostas econômicas neoliberais como soluções para os problemas do país. Além desses movimentos, foram escolhidos também discursos de técnicos: Economistas e cientistas políticos: Como contrários teremos Denise Gentil, economista que publicou uma tese de doutorado sobre as contradições do déficit previdenciário alegado pelo governo, e Ciro Gomes², professor universitário de direito e ciência política e formado também em economia. Como favoráveis, teremos Samuel Pessoa, professor de Economia, Rodrigo Constantino, economista da *Veja* e Allan Gani, economista que mantém um blog no qual apresenta propostas neoliberais.

O trabalho começará com uma breve contextualização da polêmica sobre a Previdência, seguida de algumas características do sistema previdenciário brasileiro na constituinte de 1988. Depois, será feito um breve histórico de como a Previdência tem sido tratada desde os anos 90 até 2016. Aproveitando a ocasião dos conflitos, entraremos em uma discussão já colocada por alguns sociólogos e escritores brasileiros, sobre o Patrimonialismo (a apropriação do Estado por parte de uma elite) e veremos como isso se associa ao discurso polêmico sobre a Previdência. Na parte teórica, veremos como a Semiótica permitirá analisar os textos escolhidos e as suas particularidades ao lidar com a problemática da relação entre discurso e sociedade, considerando-se algumas de suas propriedades em relação a outras teorias do Discurso. No capítulo seguinte, o das análises, veremos como o Patrimonialismo vai sendo construído pelo discurso.

² Sabendo que Ciro Gomes não é apenas acadêmico, mas também político, candidato à presidência, pode-se questionar: - mas ele fala mais como técnico ou como político? Essa questão entra no campo de estudos da Semiótica Tensiva, como veremos mais adiante.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente trabalho consiste na análise da polêmica sobre a reforma da Previdência, polêmica que, depois de alguns anos sem aparecer na mídia³, voltou aos jornais ainda timidamente em 2015 e assumiu protagonismo em 2016/2017, quando o então presidente mencionou essa reforma como prioridade no seu governo. Neste capítulo, para contextualizar o objeto de pesquisa, serão trazidas algumas informações sobre como começou a polêmica no governo Temer em 2016, alguns dados sobre a Previdência no Brasil e algumas considerações sobre o contexto sócio histórico em que tem se desenvolvido a política brasileira. Seguindo a linha de pensamento de um dos teóricos adotados, citarei⁴ alguns exemplos de como os assuntos públicos são tratados em algumas obras da nossa literatura – em Machado de Assis, Graciliano Ramos e Carolina de Jesus, o que permitirá observar, ainda que brevemente, como o debate público tem sido visto dentro da cultura brasileira.

1.1 A PROPOSTA DE MICHEL TEMER

³ A última vez havia sido em 2003/2004. Ver Silva (2004 p. 24).

⁴ Estou ciente de que, tratando-se de um trabalho acadêmico, seria mais comum aí o uso da primeira pessoa do plural, ou talvez uma voz passiva para dar o efeito de objetividade, de neutralidade científica. Mas sigo aqui o exemplo de trabalhos como o de Raquel Alves Furtado (2011), e uso a primeira pessoa do singular em alguns trechos em que se usaria geralmente o plural de modéstia. Não faço isso sem algum apoio das teorias da enunciação, para as quais o uso da primeira pessoa do singular deixa mais à mostra a participação do pesquisador (eu) em alguns trechos (sem comprometer a cientificidade do trabalho, já que essa “participação” consiste apenas na combinação de autores e fontes que serão devidamente registradas). Num trabalho de ciências humanas, isso seria interessante porque daria mais espaço para interação com o leitor. De qualquer modo, na maior parte do texto, serão usadas a terceira pessoa, voz passiva e outros meios de enfatizar o objeto de pesquisa. Quando for usada a primeira pessoa do plural, ela se referirá a mim e ao possível leitor.

Após a cassação do mandato de Dilma Rousseff, em 2016, assume a presidência o vice Michel Temer. Desde o seu discurso de posse, Temer destaca a responsabilidade fiscal como prioridade⁵: segundo ele, para reequilibrar as contas do país e gerar empregos, seria necessário fazer reformas com o objetivo de aumentar a receita e cortar gastos, (o que já estava em pauta no governo Dilma, principalmente no início do segundo mandato, como veremos adiante)⁶. Dentre as mudanças propostas por Temer, podemos destacar pelo menos três: o estabelecimento do “teto de gastos”, que é um limite do quanto o governo poderia gastar nos vinte anos seguintes, cada qual de acordo com a inflação do ano anterior – PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 55/2016; a reforma trabalhista, que é uma alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando, segundo o governo, a uma desburocratização dos contratos de trabalho, o que facilitaria a geração de emprego (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017), e a reforma da Previdência, pela PEC 187/2016. Dentre as alterações previstas pela PEC da Previdência, estão a elevação da idade mínima a 65 anos para homens e mulheres e o tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Com esta idade e tempo de contribuição seria possível ter acesso inicial (ainda não integral) à aposentadoria, e o seu valor seria aumentado conforme a extensão do tempo de contribuição.

A polêmica acerca da reforma da previdência é o objeto de análise nesta dissertação. Este assunto, na verdade, não surge em 2016: pelo menos desde 1995, todos os governos têm proposto reformas previdenciárias, e sempre em conflito com grupos políticos diversos e o descontentamento da população, mas declarando o objetivo de manter em equilíbrio o sistema previdenciário da constituição de 1988. Por isso, depois de apresentar o conceito de “previdência”, farei uma recapitulação, ainda que muito breve, do que foi feito desde 1995, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, chegando então à proposta de Michel Temer, para contextualizar os temas em discussão, que permaneceram basicamente os mesmos – o déficit, os regimes, a equalização das aposentadorias, etc.

⁵ <http://www2.planalto.gov.br> . Acesso em 05/09/2019 (discurso de Posse de Temer)

⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/27/levy-explicara-ao-senado-o-que-pretende-com-o-ajuste-fiscal>. Acesso em 17/09/2019

O dicionário Aurélio define como previdência social “Instituições governamentais ou medidas que, em caso de velhice ou doença, buscam resguardar ou amparar o empregado e suas famílias, através de pensões ou aposentadorias”. É semelhante ao conceito apresentado por Oliveira, Beltrão e Ferreira (1997):

A seguridade social pode ser definida como o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou seu grupo familiar ante os eventos decorrentes de morte, doença, invalidez, idade, desemprego e incapacidade econômica em geral. (p.9)

A palavra “previdência” tem a mesma raiz latina da palavra “prever”, que significa “ver ou perceber algo com antecedência”, e “Previdência” é sempre associada ao ato ou efeito de preparar-se para o futuro, de se precaver.

A previdência pública é, então, a forma de amparo oferecida pelo Estado para assegurar a renda de seus trabalhadores em caso de envelhecimento ou eventual invalidez (e, dependendo do sistema, não só os trabalhadores, mas os economicamente inválidos em geral). Atualmente, há duas maneiras de os países organizarem suas respectivas previdências: em capitalização ou em repartição. No regime de capitalização, cada trabalhador contribui mensalmente para um fundo que será a sua própria aposentadoria. Como se trata de um sistema de poupanças, este regime está sujeito às variações do mercado financeiro, e por isso o valor da aposentadoria pode aumentar ou diminuir pela valorização ou desvalorização da moeda. Em repartição, que é o regime adotado no Brasil desde antes da constituinte de 1988, os trabalhadores ativos contribuem para pagar a aposentadoria dos inativos, de maneira que cada geração paga a aposentadoria da geração anterior. Neste caso, para garantir que o sistema funcione, é necessário manter um equilíbrio entre o número de contribuintes e o de beneficiados e desenvolver mecanismos de arrecadação complementar, ou mesmo previdências complementares. No Brasil, isso foi feito colocando-se a previdência dentro do sistema maior da Seguridade (*op. Cit.* P.6).

É importante observar que, a rigor, um regime não implica a exclusão do outro, ou seja, é possível a adoção do regime de repartição com poupança complementar individual em capitalização ou, pelo contrário, um regime de capitalização com previsão de suporte estatal, que seria então uma espécie de seguro, em caso de redução do caixa

pela desvalorização da moeda e outros fatores de risco financeiro. Os aspectos destes regimes podem ser combinados de diferentes maneiras (PINHEIRO, 2004).

17

1.3 A PREVIDÊNCIA NO BRASIL DEPOIS DA CONSTITUINTE DE 1988

A constituição de 1988 estabeleceu, no artigo 194, a Seguridade Social, um sistema que inclui: 1- a Saúde, (antes vinculada ao INAMPS – Instituto de Assistência médica da Previdência Social, não sendo, portanto, acessível a quem não contribuísse, e ficando, a partir de então, disponível pelo SUS), 2- a Previdência Social, destinada aos trabalhadores, contando com suas contribuições e a dos seus respectivos patrões/empresas, e 3- a Assistência Social, representada principalmente pelo BPC – Benefício de Prestação Continuada destinado a quem não contribuiu e nem tem condições de trabalhar, seja pela idade (a partir de 65 anos) ou por deficiência, ou invalidez por acidente, etc.

Quanto à previdência, esta funciona em dois regimes: o Regime Geral (RGPS) administrado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para os trabalhadores da iniciativa privada ou não efetivos no serviço público, e os Regimes Próprios (RPPS), para os servidores públicos efetivos. O BPC, apesar de ser de natureza diferente da previdência pelo fato de os segurados não terem contribuído, está vinculado ao INSS e destina um salário mínimo aos que dele participam.

Foi conferido aos trabalhadores rurais o direito de participarem do INSS; porém, como até então não participavam do sistema, eles não haviam contribuído para a Previdência. Ao incluir não contribuintes, o sistema de repartição em si ficou comprometido, considerando-se o desequilíbrio entre a receita das contribuições formais dos trabalhadores que já estavam vinculados e os novos beneficiários. Como a Previdência faz parte do sistema maior, que é a Seguridade, foram estabelecidos outros mecanismos de arrecadação, no art. 195: PIS, COFINS, impostos sobre concursos e prognósticos (jogos, loterias, etc.) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Mesmo assim, todos os presidentes, pelo menos desde 1995, têm falado sobre o desafio de equilibrar a Previdência, pois o dinheiro desses impostos vai não só para os aposentados, mas para o conjunto da Seguridade.

1.4 AS REFORMAS

Numa perspectiva comparada com outros países, o sistema previdenciário brasileiro apresenta problemas estruturais considerados graves:

Os indicadores do Brasil são críticos se comparados com os dos demais países. Para financiar o sistema previdenciário, cobra-se uma taxa de contribuição para o regime geral de cerca de 30% da folha de salários, o que repercute em aumento dos custos laborais (...). O quadro fica ainda mais grave ao se considerar que, enquanto nos países desenvolvidos o sistema previdenciário cobre a quase totalidade da população, no Brasil 60% da força de trabalho não está coberta. (PINHEIRO, 2004; p. 265)

Segundo as análises comparadas⁷, o sistema é considerado ao mesmo tempo muito oneroso e ineficiente para com a maioria da população. Mesmo depois da constituinte de 1988, surgiu uma série de discussões a respeito do financiamento, manutenção e mesmo da estrutura da Seguridade como um todo.

Em 1995, no governo Fernando Henrique (FHC), foi proposta uma reforma em longo prazo (1995-2002), que tinha três objetivos principais, concernentes a cada um dos componentes da previdência – Regime Geral, regimes privados e Regimes Próprios:

1. Fortalecer o Regime Geral (RGPS) com medidas que aumentassem a vinculação entre as contribuições e os benefícios e aumentassem a cobertura.
2. Desenvolver paralelamente o regime privado de previdência complementar em capitalização.
3. Ajustar as regras dos regimes próprios (RPPS) para tornarem-se iguais às do Regime Geral (RGPS), mediante o estabelecimento do teto e o desenvolvimento das previdências complementares.

Aquilo que não fosse realizado no governo FHC, segundo o mesmo, seria recomendado ao governo seguinte. O relator desta primeira reforma na câmara foi Michel Temer, que inclusive fez algumas alterações no texto, alterações que mais tarde

⁷ Procurei deixar claro que as pesquisas que mostram as deficiências do sistema previdenciário brasileiro geralmente se baseiam em padrões internacionais. Esses padrões, como veremos adiante, parecem uma tentativa de conciliação entre a tendência crescente à privatização e as políticas de bem estar social. Veremos mais adiante, com Denise Gentil (2006), que, internacionalmente, a primeira tem prioridade sobre a segunda.

seriam criticadas por FHC no primeiro livro dos seus diários. Neles, o ex-peemedebista (naquele momento, ele já era fundador do então recém-formado PSDB) afirma que Temer “desfigurou” a primeira proposta, tornando-a ineficaz.

18

A proposta foi aprovada, mas não na íntegra, pois encontrou forte oposição parlamentar e sindical, tanto da oposição – representada principalmente pelo PT, que havia sido seu principal concorrente nas eleições - como de aliados. Mas a então recente redução da inflação e possibilidade de nova crise inflacionária no início do Plano Real foram alguns dos principais argumentos para aprovar o texto. Dois dos seus principais pontos foram a modificação das regras de cálculo do valor dos benefícios e o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria - de 60 anos para homens e 55 para mulheres (pois, na época era obrigatório apenas o tempo de contribuição - 35 anos para homens e 30 para mulheres). Este último ponto não foi aprovado por falta do quórum necessário: eram necessários 308 votos a favor, e o governo obteve não mais que 307; também não foram atingidos os três objetivos iniciais já mencionados. Segundo Pinheiro (2004), o objetivo mais difícil de atingir seria o terceiro: o de tornar iguais os RGPS e o RPPS. Em países como a Holanda ou a Suécia, os regimes foram unificados desde o fim da década de 1990, ou seja, a aposentadoria dos trabalhadores públicos e privados nestes países já se fazia em um mesmo sistema, com um mesmo teto e as mesmas regras. Outros, como os EUA, México e Grécia, mantinham ainda então os seus Regimes Próprios para servidores públicos, mas se encaminhavam para igualar cada vez mais os dois regimes. No Brasil a ideia era, senão igualar, ao menos aproximá-los. O texto da reforma de FHC, no geral, foi aprovado, e a ele seguiriam, até o ano 2000, uma série de medidas provisórias (MPs) para tratar de detalhes importantes como a tipificação de crimes previdenciários, compensação financeira entre regimes, etc. (Leis 9.703/98; 9.711/98; 9.983/00; 101/0). Enquanto a maioria dos países da OCDE migrava de regimes de repartição para capitalização parcial (ou total, como o Chile), o Brasil optou por continuar em Repartição, fortalecendo este regime e tentando estender o seu alcance.

Para estabilizar a economia no início do Plano Real, ainda em 1994, FHC também instituiu o FSE (Fundo Social de Emergência), que permitia ao governo usar 20% do valor dos tributos vinculados por lei a fundos ou despesas, o que incluía, evidentemente, a receita geral da Seguridade, para aplicar em outras áreas, como Educação, ou de outras áreas para aplicar na Previdência, se necessário. Em 2000 este

mecanismo passou a se chamar DRU – Desvinculação de Receitas da União. De início, era um instrumento provisório para aquelas circunstâncias de adaptação à nova moeda, mas foi estendida para o seu segundo mandato, e estendida novamente nos governos seguintes, como veremos mais adiante.

Sendo muito complexa a transição para um regime único, o governo Lula (2003 – 2010), lidando com intensa e inflexível oposição mesmo dentro do PT, preferiu continuar nas diretrizes do governo anterior⁸, que não propunha mudanças tão profundas: não unificou os regimes, nem propôs um sistema de capitalização, mas estabeleceu um teto geral para o RGPS e o RPPS, a contribuição obrigatória dos inativos com remuneração superior a R\$ 1.440 na União e R\$ 1.200 nos municípios e instituiu fundos públicos de previdência complementar⁹; manteve a DRU sobre a previdência, mas tirou-a da educação (Portal MEC). Alguns segmentos do PT não aceitaram determinadas decisões do partido, como a que foi tomada a respeito da Previdência, a ponto de o partido se dividir, surgindo um novo partido, o PSOL. Os movimentos sindicalizados, de orientação antiliberal, geralmente se posicionam contrariamente a alterações de justificativa fiscal, ou seja, de cortes de gastos públicos. A emenda, no entanto, foi aprovada no congresso, depois de sete meses de tramitação, com 51 votos a favor e 24 contra. O PSDB e o PFL forneceram 12 votos a favor. No PT, uma deputada, Heloisa Helena, votou contra¹⁰, sendo expulsa do partido juntamente com Luciana Genro (RS) e outros dois deputados.

Em 2006, Denise Gentil, economista de orientação Keynesiana (orientação diversa da neoliberal), já havia publicado sua tese de doutorado pela UFRJ, que mais tarde seria amplamente divulgada pelos opositoristas às reformas. Negando que haja déficit, e que haja necessidade de alteração no sistema, ela analisa a maneira de contabilizar as despesas previdenciárias e conclui que não está de acordo com o que previa a constituição de 1988, pois esta previa que o cálculo considerasse o conjunto da Seguridade, e os cálculos vinham sendo feitos considerando-se apenas as contribuições patronais e dos trabalhadores. Veremos um pouco mais detalhadamente um argumento

⁸ <https://www6g.senado.leg.br/busca-congresso/?q=reforma+da+previd%C3%A2ncia+2004+vota%C3%A7%C3%A3o>

⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/04/30/lula-entrega-pessoalmente-ao-congresso-propostas-das-reformas-tributaria-e-previdenciaria> . Ver também Pinheiro (2004).

¹⁰ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI161820-EI1483,00.html>

de Denise ainda nesta contextualização, mas destacamos desde já que a sua tese, posteriormente, seria bastante citada e divulgada como fundamento técnico para a oposição à reforma de Temer em 2016.

No governo Dilma (2011 a 2016) também se propôs reformas de caráter fiscal, e dentre elas, o aumento da idade mínima para a aposentadoria e do tempo de contribuição em 2015 (a soma da idade e tempo de contribuição ficaria sendo 86 anos para mulheres e 96 para homens), lidando então com oposição maior que no governo Lula, pois agora o cenário era de crise nacional: desvalorização da moeda, aumento da inflação, fechamento de empresas, índices de desemprego aumentando constantemente, prisão de vários políticos e de dirigentes da Petrobrás e, como consequência, a perda de apoio dentre as classes populares e dentro do próprio partido, como pode ser visto no caderno de teses do PT, de 2015 (teses de 11 a 23). Essas teses são uma crítica à adesão do partido ao presidencialismo de coalizão, no qual o governo aliou-se ao conjunto dos partidos para ter apoio político. Nelas se afirma que, ao invés de alterar o sistema patrimonialista que separa o governo das massas, como se pretendia no início, o partido aderiu a ele. A adoção do plano de ajuste fiscal (plano Levy), segundo consta no caderno, não está de acordo com as propostas petistas iniciais.

Os conflitos internos e externos ficaram mais e mais à mostra, principalmente no Legislativo: Dilma não concluiu os quatro anos do seu segundo mandato (2014 – 2018); foi deposta em 2016 após votação no congresso, e Michel Temer (PMDB) assume a presidência; chegamos então ao momento em que iniciamos na contextualização.

CAPÍTULO 2: O DEBATE (ou: Como de praxe, 7 x 1 para o Estamento.)

Vejamos agora um pouco mais detalhadamente o conflito sobre a Previdência e os lados dessa disputa, e logo depois vejamos como a política brasileira tem sido compreendida por uma vertente de estudos sociológicos, pelos conceitos de Patrimonialismo e Estamento burocrático.

2.1 OS LADOS DO CONFLITO

Com o aumento da insatisfação popular ainda no governo Dilma em 2014-2015, a coalizão se reorganiza: o PMDB e o PSD, partidos chamados de centro-

esquerda, declararam que estavam deixando de apoiar o governo na Câmara e no Senado (como também já havia sido previsto no caderno de teses). O PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer e do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, por ter a seu favor a maioria na casa, tinha, por assim dizer, mais peso nas decisões do que os outros partidos. O PT, a partir daí, perdeu apoio parlamentar, o que resultou na saída de alguns ministros. Um impeachment tornava-se cada vez mais previsível. Com a saída da presidente, Michel Temer continuaria o ajuste fiscal e projetaria uma nova reforma da Previdência.

A aprovação popular não cresceu no governo Temer; a crise continuou: os cortes de gastos, o desemprego, a falência de empresas, greves, etc.. E a proposta de reforma da previdência foi um dos aspectos mais criticados desde o início de seu governo. Ele a propôs no fim de 2016, mas sua repercussão veio no início de 2017, quando o congresso voltou do recesso e a OAB publicou uma carta aberta contra a proposta, considerando-a injusta e mentirosa e pedindo esclarecimentos. Uma declaração do presidente desta instituição foi bastante divulgada na mídia: “Precisamos abrir a caixa preta da previdência”, disse Claudio Lamachia. A OAB, de início, foi a instituição que mais se pronunciou a respeito. Nos meses seguintes, os partidos de oposição ao governo - PT, PDT, PSOL, etc. pronunciam-se também contra a reforma e, aproximando-se as eleições presidenciais de 2018, os candidatos apresentaram propostas alternativas, e a maioria deles não concordou, pelo menos não totalmente, com a reforma de Temer.

Para provar ou desmentir a necessidade de uma reforma, as discussões geralmente ficam em torno da existência ou não de um déficit. Vejamos como o assunto foi tratado por alguns políticos:

- Ciro Gomes diz que o governo conta apenas aqueles dois fatores (a contribuição patronal e dos trabalhadores) e não considera as demais receitas da seguridade e a DRU. Ele diz que este déficit no momento é mentiroso, mas que em algum tempo, pelo envelhecimento da população, a previdência não terá mais dinheiro por conta do regime de repartição, que portanto deve ser mudado progressivamente para um regime híbrido de capitalização com suporte estatal.
- Lula diz que há déficit apenas por falha do sistema, que incluiu não contribuintes em 1988, mas esse déficit pode ser resolvido com a geração de emprego. Gerando emprego, a receita é ampliada com os novos contribuintes.

- Temer, como já vimos, diz que há déficit, pois o governo já tem dificuldade para pagar as aposentadorias, principalmente as estaduais.
- Bolsonaro diz que há déficit, mas que a solução não é a reforma que Temer propõe, pois este não considera as particularidades regionais.

Na mídia, este assunto é debatido por políticos, juristas, economistas, etc. No caso dos políticos, a discussão é particularmente interessante porque, aproximando-se as eleições, o seu objetivo, evidentemente não é apenas convencer o público de que a previdência precisa ser reformada ou não. O candidato quer apresentar-se como apto e confiável para resolver a situação; eles querem o voto de confiança do público. O discurso político, portanto, ocupa um lugar importante no desenrolar desta polêmica.

2.2 LIBERALISMO X WELFARE STATE – O DEBATE NO BRASIL E A ECONOMIA EXTERNA

Em 2017, o governo federal (Michel Temer) solicitou um relatório do Banco Mundial acerca das condições fiscais do país. O relatório contém uma análise comparada da economia brasileira em relação aos países da OCDE. Quanto à Previdência, a conclusão foi de que o sistema brasileiro não é sustentável, pois, mesmo tendo uma população mais jovem que a maioria dos países da OCDE, a porcentagem do gasto previdenciário em relação ao PIB é mais alta do que nestes países, sobretudo no Regime Próprio (RPPS). Medidas fiscais de caráter neoliberal - reformas fiscais para contenção de gastos públicos - têm sido adotadas em praticamente todo o mundo, principalmente desde os anos 90. Nas discussões sobre a previdência no Brasil, veremos que, nos debates em um nível mais técnico, geralmente há duas teorias conflitantes que são adotadas: a defesa do “Welfare state” e a defesa do “Neoliberalismo”. Vejamos uma rápida definição dos dois:

Denise Gentil observa, em sua tese (2006), que o welfare state (estado de bem-estar social), como pacto social institucionalizado, foi bem sucedido na Europa no período pós-segunda guerra e que, por isso, foi adotado em vários outros países. Os Estados neste período intervieram nas economias locais para reduzir os efeitos das crises cíclicas do capital internacional e garantir a renda mínima para aqueles que não a tinham. Nos anos 70, depois de uma nova crise e da consequente política recessiva

americana, muitos países se endividaram e isso dificultou o equilíbrio entre o pagamento das dívidas externas e a manutenção dos welfare states. Começaram então as medidas de ajuste fiscal; ia-se tornando cada vez mais difícil para os Estados manter as suas políticas de proteção social e lidar com as variações do mercado externo. O neoliberalismo econômico, que propõe a diminuição da intervenção estatal na economia, a retirada de todas as barreiras nacionais ao mercado externo e a progressiva substituição de serviços estatais pela iniciativa privada, passou a reger muitas das decisões dos governos a partir daí.

Denise Gentil fez essa retrospectiva histórica para contextualizar a sua tese sobre a inexistência de déficit na Previdência em 2006; e de fato, a oposição entre neoliberalismo e estado de bem estar social é retomada nas discussões no Brasil, sobretudo na polêmica da previdência atual (2016/2017).

Atualmente, os princípios neoliberais vêm ganhando adesão, sobretudo entre os jovens, no Brasil. As crises externas e internas parecem cooperar para a visão de que precisamos de mudanças políticas e econômicas. (CRUZ, KAYSEL e CODAS, 2015). Todavia, historicamente, como veremos adiante, propostas de redução da estrutura do Estado parecem nunca ter sido vistas com bons olhos no Brasil.

De qualquer forma, quer se incline ao neoliberalismo ou ao estatismo, o debate sobre a Previdência parece estar longe de um esclarecimento: uma observação de Denise Gentil é que os dados sobre a Previdência brasileira tem pouca ou nenhuma acessibilidade quanto ao destino final do dinheiro:

É um desafio, para qualquer pesquisador do ramo, identificar a execução orçamentária da seguridade social na base de dados do governo federal, seja no Ministério do Planejamento, seja nos da Fazenda ou Previdência. (...) Aparentemente, não há controles que permitam saber se os recursos arrecadados com COFINS, CSLL e CPMF são aplicados na seguridade social de acordo com o que manda a constituição. (p. 51-52)

Mais de uma década depois, aparentemente o clima de obscuridade não mudou nos assuntos públicos. Em 2019, a deputada Greyce Elias (AVANTE) fez uma Solicitação de Trabalho à Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira (CONOFF), em que pede as seguintes informações sobre o conjunto da Seguridade, considerando-se o período de 1970 a 2019: 1 - o total do orçamento por ano, 2 - o montante de recursos desvinculados da Seguridade, 3 - a quantidade de recursos para o

pagamento de benefícios previdenciários, 4 - identificação das receitas e das despesas e 5 – os 100 maiores devedores do INSS.

O documento solicitado pela deputada começa com o seguinte esclarecimento:

O período de exame solicitado pela parlamentar foi a partir de 1970. Infelizmente, nossas bases não contêm dados com a extensão desejada, o que seria muito interessante. Além disso, o levantamento de informações nesse período demoraria meses e poderia prejudicar o alcance dos objetivos pretendidos pela congressista. Desse modo, reduzimos o período de análise a fim de adequá-lo às nossas bases eletrônicas e fornecer as informações tempestivamente. Utilizamos dados a partir de 2006, extraídos do relatório resumido da execução orçamentária, do SIOP e do Tesouro Gerencial. Isso oferece um retrato contemporâneo do orçamento da seguridade social, o qual, esperamos, seja suficiente para atender às expectativas da deputada. (<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/et-10-2019-orcamento-da-seguridade-social>. (Acesso em 27/09/2019) ¹¹

Se os dados Previdenciários brasileiros, sobretudo quanto ao real destino do dinheiro, são de tão difícil acesso, impossibilitando uma retrospectiva histórica e dificultando o debate técnico até para pesquisadores da área de economia como Denise Gentil, certamente não está muito fácil para a maioria da população (eu, por exemplo) acessar essas informações. Aliás, se essa obscuridade fosse só uma dificuldade técnica, provavelmente já teria sido resolvida com o aperfeiçoamento tecnológico; veremos, no entanto, que muitos dos assuntos públicos no Brasil têm sido, desde há muito, quase que imunes ao contato popular. É claro que hoje a população tem, relativamente, mais acesso à informação e não vivemos na mesma situação de exclusão popular que em outras épocas. Não desconsideremos que:

O sistema de seguridade social brasileiro, desde sua fase embrionária até nossos dias, experimentou considerável evolução, ora como fruto de conquistas políticas no contexto democrático, ora como fruto da ação paternalista e autoritária do Estado. As recentes crises pelas quais atravessa o sistema previdenciário assistencial, se, por um lado, intranquilizam a população, por outro, apresentam o aspecto extremamente positivo de ensejar o debate de algumas questões antes mantidas dentro dos estreitos

¹¹ O documento traz a conclusão de que há um saldo negativo crescente na Seguridade, no período abordado.

limites da burocracia estatal. (OLIVEIRA, BELTRÃO e FERREIRA, 1997; p.6).

Sirvam, entretanto, aquelas palavras de Denise como uma ressalva de que, se as pessoas têm discutido sobre assuntos públicos mais do que em outras épocas, isso não quer dizer que se inteirem e participem mais efetivamente das decisões acerca deles.

2.3 O DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO E O PATRIMONIALISMO

Na perspectiva do discurso, para se analisar uma polêmica é fundamental considerar o contexto social e histórico¹² em que seus participantes estão inseridos, já que o sujeito é constituído socialmente (AMOSSY, 2017). Quanto ao contexto social brasileiro, em que acontece a polêmica sobre a previdência, uma notável vertente de estudos sociológicos que visam compreender a origem dos problemas governamentais do Brasil tem se concentrado (pelo menos desde meados do século XX) em um conceito de Max Weber, o “Patrimonialismo”. Patrimonialismo é o termo que caracteriza um sistema de domínio no qual o governo, chamado de “estamento burocrático” (o termo vem do inglês “establishment”) trata a coisa pública como se fosse sua propriedade privada; o Estado, nestas condições, a rigor, não considera e nem serve a interesses propriamente populares; a estrutura estatal consiste em um instrumento que serve ao grupo (ou grupos) que o administra. É como se a prefeitura, ou o palácio, ou o congresso, ou as estatais, fossem uma extensão das suas fazendas.

O pioneiro na adaptação e aplicação desta categoria weberiana à análise sociológica brasileira foi Raymundo Faoro (1925 - 2003) com a obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1958). Analisando a formação da sociedade brasileira desde a colonização, passando pela Independência, Império, pela República velha e República nova, Faoro chega à conclusão de que a estrutura do Estado português, absolutista na época da colonização (e que não conheceu a fase do

¹² É importante esclarecer desde já que as teorias do discurso relacionam a linguagem e o seu “contexto social e histórico” de diversas formas. Como vamos explicitar na parte teórica, algo comum na maioria das vertentes (na Semiótica, com Diana Barros e na proposta de AD de Maingueneau, com sua “prática discursiva”, por exemplo) é a ênfase na relação recíproca entre a linguagem e os fenômenos sociais. Dessa relação é que nasce o seu objeto de estudo – o discurso.

feudalismo propriamente dito, como se supunha)¹³, foi reproduzida no Brasil e cristalizou-se na cultura, de tal modo que, de formas diversas, com diferentes personagens, a estrutura patrimonialista permaneceu a mesma em aspectos essenciais. Uma característica importante deste fenômeno é a grande incompatibilidade entre os interesses da população e os interesses da classe governante, além do tratamento jurídico geralmente diferenciado e outros privilégios que fazem do estamento um estrato social mais estável (e desejável) que as “classes” econômicas convencionais (a simples “ascensão econômica” neste sentido é diferente de “entrar no estamento”, apesar de facilitar o acesso). Ao mesmo tempo, há toda uma rede complexa de relações entre o estamento e a burguesia que acaba por perpetuar o sistema: pela análise de Faoro, parece haver uma afinidade subjetiva entre a burguesia e o estamento que legitima este último (sempre foi comum o fato de a ascensão econômica vir acompanhada do desejo de fazer parte do estamento, fosse diretamente, como político, ou indiretamente como ‘favorecido’).

Diferentemente das classes de Marx, que são definidas mediante a relação de umas com as outras (a luta de classes) e se rearranjam conforme as alterações socioeconômicas, o estamento burocrático se perpetua quase que exclusivamente pela tradição, em um conjunto de valores cristalizados na sociedade, e continua existindo mesmo quando as condições socioeconômicas lhe são adversas (a ascensão e fortalecimento da burguesia no segundo império aparentemente trariam para o Brasil o modelo republicano descentralizador da França e Inglaterra, mas a burguesia brasileira, diferentemente das daqueles países, não buscou a autonomia, mas sim a “honra” de fazer parte do estamento: não entrou em conflito com a corte (o estamento da época), mas quis entrar no sistema sem lhe alterar, o que acabou por fortalecê-lo. Assim, as condições socioeconômicas não seguiram o mesmo ‘caminho’ que em outros países). Ao invés de a realidade econômica modificar a cultura, para Faoro foi justamente a cultura que determinou certa estagnação nas condições socioeconômicas.

¹³ Faoro se baseia em historiadores como Alexandre Herculano, que diferencia Portugal de outros países Europeus por, segundo ele, não ter passado pelo Feudalismo. Esse detalhe tem algumas consequências teóricas importantes porque neste ponto ele diverge da vertente marxista-positivista, que supõe que todas as sociedades passam pelas mesmas fases no progresso da história. A partir dessa constatação, como veremos, Faoro analisa a sociedade brasileira não pela luta de classes econômicas instáveis que leva ao progresso histórico, mas pela incompatibilidade entre o governo e o povo, cristalizada na cultura.

Temos então uma “classe” estável e isolada das classes econômicas comuns, primeiro porque não participa da dialética delas (não está em conflito constante como a burguesia e o proletariado. Seus conflitos com a população são relativamente mais raros), e também porque, como vimos, sua existência não se apoia necessariamente em fatores econômicos, como uma simples cobertura ideológica que, para se perpetuar, dependesse de fatores econômicos objetivos, concretos; sua base está na cultura, em um modo de pensar considerado tipicamente brasileiro, e por isso permanece ainda que não haja praticamente nenhum suporte infraestrutural na economia (“classe” está entre aspas lá em cima porque o estamento, segundo Faoro, não consiste em uma categoria econômica específica que permanece no poder, mas sim em quaisquer grupos que se aliem e se tornem governo, ocupando o estamento). Mais estável que as classes econômicas, o estamento pode ser ocupado por diferentes personagens e admitir diferentes ideais partidários (pelo menos em aparência) sem praticamente alterar a sua estrutura essencial patrimonialista.

O advogado, sociólogo, historiador e escritor Faoro foi, aliás, uma das grandes influências na formação intelectual do Partido dos Trabalhadores: a denúncia do Patrimonialismo e a promessa de combatê-lo foi um dos aspectos que garantiu o progressivo sucesso do PT entre as classes letradas, no fim dos anos 80, sucesso que ficou mais visível posteriormente, quando o partido venceu as eleições em 2002¹⁴. Estas foram algumas das considerações depois do primeiro mandato:

O governo Lula está mudando o Brasil. Está rompendo as tradições elitistas, **clientelistas** e **patrimonialistas** que historicamente fizeram com que direitos fossem considerados favores, que privatizaram o Estado e concentraram a riqueza e o conhecimento nas mãos de poucos (**Livro de resoluções e moções do 3º congresso do PT**, 2007; p. 28).¹⁵

Além de Faoro, outros sociólogos, como Simon Schwartzman e Florestan Fernandes (1920 – 1995), e mais recentemente, Antônio Paim, Paulo Kramer e outros, entraram a discussão já aberta pelo trabalho *Os donos do poder*. Mas, diferentemente

¹⁴ https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/393609/complemento_2.htm?sequence=3 (acesso em 11/09/2019)

¹⁵ Livro de resoluções e moções do 3º congresso do PT. Disponível em <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>> Acesso em 19/10/2019.

destes seus sucessores, Faoro não se limitou à teoria propriamente sociológica: dentro do seu projeto central, de explicar o fenômeno do Patrimonialismo no Brasil desde suas origens, ele inclui estudos, de certa forma periféricos, em áreas diversas como a crítica literária: escreveu o livro *Machado de Assis – A pirâmide e o trapézio*, em que analisa a manifestação deste fenômeno no momento de transição Império/ República dentro da obra de Machado, isto é, de que maneira o notável romancista consegue absorver e dar um sentido à complexidade das personalidades e relações humanas – principalmente no topo da pirâmide social, formado pelo Estamento, isto é, a classe dirigente (políticos, juristas, etc.), e a burguesia, que além da ascensão econômica, tinha um objetivo maior: fazer parte do Estamento, e ter, então, prestígio social e o privilégio de intervir nos “assuntos importantes” – os debates acerca dos novos rumos da nação na República recém instalada. Faoro observa que os modelos de romance convencional da época (transição Romantismo – Realismo) dentro dos moldes europeus, não dispunham de caracteres que expressassem as contradições e peculiaridades deste momento de transição no Brasil, mas vê que Machado soube reagrupar as “ferramentas enferrujadas” para “disciplinar as hordas enérgicas e anárquicas”, ou seja, ainda que lhe escapessem alguns detalhes importantes observados posteriormente por Faoro, o notável romancista reuniu e rearranjou recursos diversos que lhe possibilitaram expressar de forma muito lúcida algumas constantes do comportamento brasileiro dentro do contexto estamental.

A constatação de Faoro é interessante para esta dissertação porque aponta uma particularidade da formação da sociedade brasileira, o que me permitirá refletir melhor sobre como se pode aplicar da melhor maneira a teoria semiótica a esta nossa situação. Seguindo o pensamento de Faoro e lendo Machado de Assis¹⁶, podemos perceber que alguns aspectos do debate público brasileiro são colocados de maneira bastante interessante em nossa literatura: em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance no qual o autor usa mais marcadamente o seu estilo satírico, há dois capítulos em que aparecem discussões na Câmara dos deputados; como é comum nas caricaturas, há o exagero de certas características do objeto descrito, características que geralmente se deseja criticar. Observemos algumas delas: No capítulo CXXVIII, durante um discurso

¹⁶ O pequeno percurso que vamos (eu e o leitor) fazer agora pode parecer de início uma digressão desnecessária. Porém, um pouco mais adiante, veremos que isso pode tornar bastante lúdico o problema que a polêmica sobre a Previdência coloca para a Semiótica Discursiva.

do deputado Lobo Neves, Brás Cubas, que também conseguiu ser deputado através de amizades (entrou no Estamento), está admirando uma gravura turca, sentado entre dois deputados, dos quais um está desenhando e outro contando anedotas. Numa outra ocasião, em uma discussão sobre o orçamento da Justiça (capítulo CXXXVII), Cubas, desejando a admiração da Câmara, bem como tornar-se ministro de Estado, faz um discurso rebuscado, tom emotivo, com forte argumentação e adornado de figuras de linguagem, mas isso para sugerir que se diminuísse um pouco o tamanho da barretina da Guarda Nacional. Ele afirma que, diminuindo o seu tamanho, estariam atendendo ao direito dos cidadãos de terem o ônus do trabalho reduzido, já que prestavam serviço gratuito à liberdade e independência do país. Poderiam assim servir à nação com a ‘fronte erguida’, diminuindo-se o peso da barretina; ao fim, o deputado afirma que, em caso de discordância da maioria, ficaria satisfeito até com a redução de apenas três quartos de polegada. Mais do que a futilidade do tema deste discurso em uma reunião sobre o orçamento da Justiça, o que chama atenção é a sua recepção na Câmara: A maioria elogia a habilidade retórica e filosófica de Cubas (que inspiraria logo depois o seu amigo filósofo Quincas Borba a fazer uma refutação “forte” e “lúcida” ao uso da barretina, convencendo Cubas da importância do discurso que havia proferido na Câmara), mas quanto ao “conteúdo político”, alguns suspeitaram dele e o acusaram de aderir à oposição (já que suas palavras davam a entender uma crítica à presente administração da Guarda Nacional que fornecia os uniformes), o que fez com que o deputado perdesse o cargo alguns dias depois. Como em praticamente todas as situações deste romance, aqui são enfatizadas algumas características mais subjetivas dos debates da classe governante brasileira (características que, talvez, não tenham desaparecido): a superficialidade, a fuga constante das coisas fundamentais (o orçamento da Justiça) para as triviais (a barretina) o desejo de obter cargos no estamento (deputado, ministro), que deixam de ser cargos **públicos** e tornam-se, aqui, prerrogativas especiais, títulos de honra.

Machado, como vemos, busca sondar a consciência dos oradores, entender as suas intrigas, suas ambições e motivações. Este aspecto subjetivo, condensado e escancarado nas caricaturas machadianas, exemplifica bem aquela afinidade subjetiva da qual Faoro estava falando. Para o Brás Cubas, a reverência à República não era sem motivo: *“Eu não havia intervindo até então nos grandes debates. Cortejava a pasta por meio de rapapés, chás, comissões e votos; e a pasta não vinha. Urgia apoderar-me da*

tribuna”; “Vamos lá; façamo-nos governo, é tempo.”. A permanência do estamento burocrático está, historicamente, mais ligada a um modo de pensar “tipicamente brasileiro”, sobretudo entre as classes econômicas emergentes, do que a uma estrutura econômica que dê suporte a este sistema. Esse aspecto será fundamental para refletirmos mais sobre a relação entre discurso e sociedade, e por isso será retomado na parte teórica.

O romance convencional, na época de Machado, influenciado ainda pelo Romantismo, tendia a uma idealização do orador republicano, idealização esta reforçada pelo reconhecimento de nossos Ruys Barbosas, Montezumas e Castros Alves. A compreensão que se tinha do debate público parece ter encontrado no Romantismo um terreno fértil para o valor simbólico do homem público virtuoso, amante da pátria, da liberdade, dos valores cívicos. Em autores mais céticos como Machado de Assis e Lima Barreto (autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*), esta idealização vai dar lugar ao extremo oposto - o da sátira e da ironia.

A segunda geração do modernismo brasileiro trouxe os romances para um âmbito mais regional. Às portas da Revolução de 30, Graciliano Ramos, o de *Vidas Secas*, era prefeito de Palmeira dos Índios – AL. Em seus *Relatórios*, nos quais relata a sua experiência como prefeito, da qual tirou a ‘matéria prima’ para suas obras mais conhecidas, ele diz que “o esforço para dar ao município o necessário é vivamente combatido”. Ele ressalta a interproteção das classes dominantes (grandes negociantes e fazendeiros que “mandam” na região, representados posteriormente por personagens como o latifundiário “Paulo Honório” em *São Bernardo*, e também governantes) como empecilho a inovações: “Belo programa. Não se faria nada para descontentar os amigos: os que pagam, os que administram, os que não de administrar”. Os problemas não são abordados da mesma maneira que em Machado. Graciliano reproduz em seus romances alguns esquemas da luta de classes: a situação econômica das personagens define as relações entre elas e o seu modo de pensar e de falar (ou de não falar)¹⁷. Não há, em Graciliano, um estamento firme, desejado pela burguesia, pairando acima das

¹⁷ HESS, BRUNACCI e FARIA **Estética da Nacionalidade em Graciliano Ramos**, Disponível em <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAI5%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT5/gt5m2c4.pdf>

classes econômicas instáveis, como Faoro observou em Machado, mas sim a luta de classes estampada nas relações entre a realidade socioeconômica e a cultura¹⁸.

Não deixa de haver algo comum no estamento de Machado e nas classes de Graciliano: o governo é exclusivo; a maioria da população está aquém da administração pública. Para a classe mais pobre, dentre os que não fazem parte do estamento (ou das classes dominantes, o que é diferente, como vimos), os assuntos públicos se resumem à exigência de serviços estatais: “*quer escola, quer luz, quer estradas, quer higiene*”. Não se inteiram, todavia, acerca de como o sistema funciona: “*Como ninguém ignora que não se obtém de graça os serviços exigidos, cada um dos membros desta respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros*”.

A mecânica da luta de classes pode ser expressa dentro de enredos trágicos como os de Graciliano, mas o elemento cômico também não é, de modo algum, inferior ao trágico para significar o funcionamento das engrenagens no Brasil: o teatro de Ariano Suassuna condensa, numa autêntica simbologia popular nordestina, não só a problemática das classes sociais, mas de certa forma, também o problema da própria condição humana contraditória na vida em sociedade.

Vimos que Machado tratou das relações entre a burguesia de seu tempo e um estamento que paira sobre as classes e que Graciliano fecha o mundo de seus personagens no círculo vicioso de um conflito de classes inevitável. Mas Ariano abre a porta estreita que Graciliano deixou para escape: a morte - não, é claro, como elemento unicamente trágico, e sim como o ponto de vista a partir do qual se pode ver de fora a dialética das classes e compreendê-la nos seus “desarranjos” e “sem dor”, como diria o próprio Ariano ao definir o efeito cômico de suas peças. *A Pena e a Lei*, (1959) peça de três atos, exemplifica bem este aspecto. No primeiro ato, os atores representantes de diferentes classes sociais estão vestidos como bonecos dentro de um mamulengo¹⁹; no segundo ato, estão vestidos como gente, mas ainda agindo como

¹⁸ Há, portanto, pelo menos duas maneiras de contextualizar o debate público, ou seja, de entrar no contexto social: pela teoria do patrimonialismo ou pela luta de classes. A proposta semiótica de análise do discurso fornecerá uma forma de encaixar uma e outra, as classes e o estamento, que ganham unidade do ponto de vista do discurso.

¹⁹ Mamulengo, também chamado de “Babau” ou “Calunga”, é um tipo de teatro de bonecos, de origem nordestina. Os bonecos, que representam pequenos dramas dentro de um mini cenário, são movidos por meio de varetas, de hastes, de luvas ou fios. Na peça de Ariano, o fato de os atores se vestirem

bonecos, com gestos rápidos e mecanizados, e no terceiro, como pessoas normais. Nos dois primeiros atos os conflitos giram em torno das “ocupações habituais” das pessoas (enganar os outros e disputar). Isso significa que: *Enquanto estivermos aqui na terra, somos seres grosseiros, mecanizados, materializados*. O mamulengo simboliza a mecanização do ser humano dentro dos conflitos sociais. Os atores não são “donos de si”. Suas ações são como que reflexos condicionados pelos conflitos.

O cenário de Ariano pode-se colocar também para a nossa polêmica. Como veremos mais adiante, o discurso polêmico tem, assim como o mamulengo da peça, uma mecânica de funcionamento baseada na contradição, nos opostos interdependentes. Voltaremos a este assunto na apresentação da teoria e veremos a mecanização que o discurso polêmico opera e pela qual ele se mantém.

A distância entre governo e povo, por vezes, é amenizada por um discurso que acalme os ânimos. É o chamado discurso “populista”, aquele em que se busca cativar as massas pela identificação com elas, fortalecendo-se assim a influência política. Getúlio Vargas parece personificar este tipo de discurso. Além de buscar identificar-se com o drama do povo, Vargas, também chamado “pai dos pobres”, procurou estabelecer uma relação menos formal que pessoal com o povo; o conflito pela liderança do estamento é consubstanciado (ao menos retoricamente) com o drama do povo, dos pobres, aos quais os opositores são uma ameaça. Seus concorrentes, aqueles que o tirassem do poder, estariam ofendendo o povo. Em sua Carta-testamento ele fala sobre o perigo iminente: *“precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes”*.

Poderíamos ver também como polêmicas sobre assuntos públicos aparecem em obras um pouco mais recentes como *Cabeça de Papel*, de Paulo Francis, em que um grupo de intelectuais, donos de jornal, industriais e banqueiros da Zona Sul carioca entra em uma série de conflitos depois do golpe de 1964. Assim estaríamos um pouco mais próximos, cronologicamente, da polêmica atual. Mas o objetivo aqui foi só mostrar

como bonecos de mamulengo é de uma força simbólica notável: se Faoro via no romance machadiano um estamento pairando acima das classes, em Ariano podemos ver as classes dentro de uma mecânica hermética – os atores acreditam-se espertos, autônomos, donos de seu destino, mas são parte de um jogo movido tanto pelos conflitos dentro do mamulengo (consideremos como luta de classes) quanto por algum tipo de agente externo (o dono do mamulengo). Esse esquema é bastante lúdico para polêmica que estamos abordando, como veremos mais adiante.

como a sociedade brasileira, e consequentemente o debate público têm sido entendidos em nossa cultura. Quanto ao contexto democrático atual, ou seja, de 2016, que começa com a constituinte de 1988, as informações que estão sendo colocadas sobre a previdência e as reformas servirão de contextualização, e o debate público será analisado não a partir das impressões literárias atuais, mas sim da Semiótica Discursiva.

Se o patrimonialismo brasileiro se baseia muito mais numa cristalização cultural do que numa infraestrutura econômica específica que lhe dê sustentação, e se por isso mesmo ele resistiu a diversas mudanças de governos (Império, República Velha, República nova...), certamente não seria exagero supor que, apesar de estarmos em outros tempos, com uma nova constituição, aquela incompatibilidade entre povo e governo com uma trajetória de mais de 400 anos não desapareceu.

Sérgio Abranches (1988), que cunhou o termo “presidencialismo de coalizão”, observa que o nosso sistema de governo presidencialista (artigo 76 da Constituição), tem algumas particularidades se comparado a outros presidencialismos. No Brasil há uma combinação entre o sistema de representatividade proporcional (a porcentagem de cadeiras parlamentares ocupadas por um partido é determinada pelo número de votos que o partido recebe), o pluripartidarismo (três ou mais partidos podem formar o governo em coalizão) e o presidencialismo (o presidente é chefe do executivo, independentemente dos outros dois poderes), com a particularidade de que o gabinete presidencial, o dos ministérios, geralmente é formado por coalizões, maiores ou menores, que permitem maior negociação entre os partidos e visam garantir apoio parlamentar para o governo. A esse sistema de governo Abranches chama “presidencialismo de coalizão”.

Em entrevista mais recente²⁰, Abranches e outros dois professores de ciência política comentaram sobre vantagens e desvantagens deste sistema. Nele, o presidente, após eleito, para obter apoio parlamentar (num parlamento multipartidário e proporcional) e manter a estabilidade do governo, deve formar coalizões entre partidos, reduzindo os conflitos. Se por um lado o presidente, com seu partido, tem relativa liberdade para ‘montar’ a sua coalizão, por outro, esse presidencialismo é “mitigado”,

²⁰ Estatística de 2018 sobre a aprovação popular à política brasileira e aos representantes do povo <https://www.youtube.com/watch?v=5Z73DlrXczA&t=194s>. > Acesso em 10/01/2020.

segundo Abranches, pelo peso da coalizão. Por isso é possível que o presidente eleito deixe de lado algumas de suas propostas iniciais, ou do seu partido, em favor de um acordo entre os interesses da coalizão para não perder força no parlamento.

Uma possível vantagem desse modelo é que ele condiciona a convivência dos contraditórios e permite que sejam considerados os interesses dos diferentes partidos, e consequentemente, dos segmentos sociais que os partidos procuram representar. E uma possível desvantagem é que as principais propostas de um candidato, pelas quais ele se elegeu, podem ser deixadas em segundo plano, bastando para isso algum acordo entre a coalizão. Considerando que a taxa de aprovação aos governos dos últimos anos tem sido extremamente baixa, de modo que a maioria da população tem afirmado não se sentir representada na política²¹, aparentemente as consequências negativas deste sistema têm aparecido mais que as positivas. Isso pode ser um forte indício de que o vínculo entre os partidos e os seus respectivos segmentos sociais está enfraquecido.

2.4 O DEBATE PÚBLICO E A LINGUAGEM

Se alguém perguntasse o porquê do espaço que dei à literatura e à sociologia para introduzir um trabalho de análise semiótica, um exemplo não pouco conhecido serviria de explicação: Bakhtin²², em *Marxismo e filosofia da linguagem*, fala sobre o problema das relações entre as infraestruturas e superestruturas (do Marxismo clássico), ou seja, entre a realidade socioeconômica e os elementos ideológicos. Para Bakhtin, não se poderia compreender razoavelmente essa relação senão pelo estudo da linguagem como trama que permeia todos os elementos ideológicos e que é a própria condição da existência desses elementos. E para mostrar isso ele cita o exemplo dos romances, que, como expressões das flutuações ideológicas do meio social, ao mesmo tempo em que sofrem influência das alterações da realidade socioeconômica, obedecem a certas regularidades do gênero discursivo “romance”, e, portanto não refletem diretamente (por causalidade mecânica) a realidade daquelas alterações. Todavia, por influência delas, sofrem rearranjos (aparecem novos estereótipos, novas situações), que na verdade

²¹ Estatística de 2018 sobre a aprovação popular à política brasileira e aos representantes do povo <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/96-da-populacao-nao-se-sente-representada-pelos-politicos> > acesso em 10/01/2020

²² O exemplo de Bakhtin aqui citado não significa, é claro, que este trabalho siga a sua proposta. O objetivo deste exemplo é só mostrar, posteriormente na parte teórica, como este problema colocado em *Marxismo e filosofia da linguagem* é retomado pela Semiótica.

já estavam previstos de alguma forma como possibilidades do gênero, visto que a obra geralmente continua sendo aceita como romance. O autor conclui que a linguagem (sobretudo nas situações de domínio de um grupo sobre outro), com suas regularidades que preveem diferentes modos de dizer para diferentes situações, não “reflete”, mas “refrata” esta realidade, como uma espécie de prisma.

Para que a linguagem possa reagir às alterações da infraestrutura por meio de alterações já previstas dentro das regularidades dos gêneros comunicativos (ou discursivos, como o diria Bakhtin), é necessário que ela possua propriedades que permitam estas alterações. Ora, o estudo dessas regularidades é, de diferentes maneiras e sob diferentes enfoques, uma constante no Estruturalismo linguístico, como veremos na parte teórica. Mas para esta introdução adiantemos que, se analisarmos mais detidamente estas regularidades, é possível que possamos estabelecer uma estrutura, como um sistema de expectativas, que possa tornar mais previsíveis os discursos analisados. Se, como observou Greimas (1987) cada discurso possui uma narrativa subjacente, e pode, portanto, ser gerado a partir de certo esquema narrativo, certamente exemplos como aqueles que observamos em nossa literatura podem ser bastante sugestivos para ajudar a desenhar estes esquemas, se eu tentar relacioná-los aos discursos analisados.

Cabe então observar de que maneira os políticos, candidatos e técnicos têm se colocado diante desse conflito, como orientam o seu discurso para tentar ganhar, ao mesmo tempo, aprovação popular (principalmente no caso dos políticos) e apoio político dentro do estamento - seja para aprovar a reforma, seja para impedi-la.

CAPÍTULO 3: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O objeto de pesquisa desta dissertação, dependendo da maneira como for abordado, pode relacionar diferentes áreas de conhecimento. O debate sobre a previdência social (como o debate público brasileiro em geral) pode ser abordado do ponto de vista da Semiótica, da Linguística, da filosofia da linguagem, da crítica literária, da ciência política e até da Economia e da Sociologia em certos aspectos.

Neste trabalho, como dito, a perspectiva adotada será a do discurso. Para isso, tomei como base a Semiótica Discursiva, por sua grande capacidade heurística. A

seguir, será apresentada brevemente a proposta teórica e alguns conceitos que serão utilizados na análise.

3.1 A SEMIÓTICA DISCURSIVA

A Semiótica Discursiva, também conhecida como greimasiana, é uma das teorias que buscam explicar como o discurso faz sentido para as pessoas, ou seja, como ele significa. Isso se faz mediante uma abstração – elabora-se um esquema abstrato em que o sentido do texto, para se formar, passa por três níveis: o nível fundamental, o narrativo e o discursivo. Esse percurso é chamado “percurso gerativo do sentido”. Antes de explicar melhor estas etapas, consideremos alguns aspectos gerais da formação da teoria.

Chama-se “greimasiana” porque seu fundador foi Algirdas Julien Greimas (1917 – 1992). Greimas buscou desenvolver e aperfeiçoar um método de descrição científica da significação. Para que essa descrição tivesse um método cientificamente válido nos padrões de sua época, a referência para o seu desenvolvimento foi o método estrutural, conhecido como Estruturalismo. Este método, em suas múltiplas vertentes, tem como característica principal a compreensão do objeto de estudo pelo estabelecimento de um sistema abstrato cujos elementos são compreendidos pelas relações que mantêm uns com os outros; a forma de compreender esse sistema e sua função é que varia muito dependendo das vertentes. Foi desenvolvido a partir das ideias de Ferdinand de Saussure, que propôs que assim se estudassem as línguas naturais. Saussure deu as diretrizes para um estudo sistemático da língua, e Louis Hjelmslev, posteriormente, desenvolveu as ideias propostas por ele, ficando conhecido como um dos principais fundadores do Estruturalismo.

O método estrutural não só deu carácter científico à linguística como também se tornou a referência metodológica para as ciências humanas no século XX (sociologia, psicologia, psicanálise, antropologia, etc..) e o seu desenvolvimento tem grande influência epistemológica ainda hoje.

A Semiótica Discursiva (SD) trata, como já foi dito, da construção do sentido do texto como um todo - não como uma justaposição de signos (que seriam as palavras ou frases), mas, sobretudo, vendo o texto como um signo inteiro, uma unidade de significação. Essa unidade de significação divide-se em expressão e conteúdo, sendo a

expressão a parte concreta, com a qual temos contato pelos sentidos, e o conteúdo o significado, ou seja, o sentido evocado por essa parte concreta. Isso diferencia a Semiótica das vertentes linguísticas anteriores - os estruturalistas desde Hjelmslev propunham diferentes modelos de análise da *langue*, que vão desde o nível fonético, vocabular, sintagmático, até o nível textual (FULANETI, 2010). A SD, como vimos, não faz essa divisão: o sentido é tratado como o conteúdo que se manifesta na unidade do texto. O texto é a expressão e o sentido é o conteúdo. São interdependentes (BARROS, 2009). Esse conteúdo, sendo a parte imaterial do texto, permite relacionar vários textos entre si, formando conjuntos de textos de conteúdo compatível, ou seja, textos que seguem as mesmas regras de formação do sentido. Essa parte imaterial que nos permite relacionar conjuntos de textos é chamada de **Discurso**. O sentido, no discurso, é definido tanto pelas relações de sentido entre textos como pela relação entre o texto e as condições sócio-históricas em que ele é produzido. Este é o tema pertinente aos estudos do discurso. Barros (198...) propôs uma conciliação, conciliação feia pela Semiótica, entre duas vertentes distintas dos estudos do discurso: a que privilegia a enunciação e a que privilegia as condições de produção (o contexto sócio-histórico em que o discurso é produzido). Vejamos a forma como ela coloca a semiótica como mediação entre essas vertentes.

A autora observa que os estudos do discurso, que relacionam a semântica do texto ao conjunto das condições sócio-históricas em que é produzido (Análise do Discurso), ou ao ato de enunciação que liga o texto à situação imediata de sua produção (pragmática/teorias da enunciação) tanto influenciaram os rumos da Semiótica como foram por ela influenciados. Maingueneau (2006), por exemplo, propôs um modelo de análise de discursos polêmicos que consiste em um sistema de oposições semelhante em alguns aspectos ao nível fundamental do percurso gerativo do sentido de Greimas (que veremos daqui a pouco). É importante observar que a Semiótica não segue o movimento de “fora para dentro”, ou seja, não busca definir o sentido do discurso a partir de um contexto social que se pressupõe independente dele (independente do discurso), mas trabalha a partir do texto, isto é, da estrutura que engendra o texto para dar significação aos fenômenos sociais e inclusive criar as condições para a sua existência (ou seja, também não exclui os fatores sócio-históricos). E nesta proposta a Semiótica frequentemente dialoga com outras áreas - as teorias da enunciação, sobretudo a da semântica argumentativa de Oswald Ducrot, em que os enunciados são analisados como

portadores de pressupostos e pontos de vista específicos, são um caminho de acesso da semiótica para o estudo da argumentação, muito útil para caracterizar discursos políticos, por exemplo.

Para se falar sobre a importância da Semiótica dentre as teorias do discurso, é importante entender primeiro como funciona o percurso gerativo do sentido, que, como já foi dito, divide o processo da significação em três níveis. Vejamos os três segundo Barros (2009):

O **nível fundamental** (mais abstrato e simples) é o nível em que os sentidos são dados a partir de uma “oposição semântica”, cujos termos são considerados atraentes (eufóricos) ou repulsivos (disfóricos); essa repulsão ou atração são relacionadas à noção de tensão (disforia = tensão = repulsivo) (Euforia = distensão = atraente); os elementos são também negados ou afirmados dentro de um sistema que a autora chama sintaxe elementar, representada por meio de um esquema chamado “quadrado semiótico” que funciona como um gráfico deste processo. O sentido aqui ainda aparece de forma muito abstrata e simples. É um nível, por assim dizer, primitivo em relação aos níveis seguintes, em que o sentido vai tomando a forma de um texto.

A conversão do nível fundamental ao **nível narrativo** pode ser sintetizada em três pontos: Introdução dos sujeitos: agora aparecem sujeitos que operam transformações narrativas (agem); as categorias semânticas fundamentais (atraente x repulsivo) tornam-se valores postos em objetos (geralmente ainda abstratos), os quais o sujeito busca; as determinações tensivo-fóricas fundamentais (disforia = tensão vs euforia = distensão). Transformam-se em modalizações, ou seja, algo que determina o que o sujeito deve buscar e o que o que deve não-buscar /aborrecer .

No nível narrativo, chegamos aos enunciados elementares, que podem ser de estado - o sujeito tem uma relação estática de conjunção-disjunção com o objeto (investido de valor) - ou de fazer: o sujeito tem uma relação de transformação, ou dinâmica, com o objeto, mudando o estado de disjunção para conjunção ou vice-versa. Um exemplo: na fábula da cigarra e da formiga, a formiga entra em conjunção com o valor “alimento” (ela juntou alimentos para o inverno), e a cigarra quer mudar o seu próprio estado de disjunção para conjunção com este mesmo valor (ela pede comida à formiga). Da união de um enunciado de estado e um enunciado de fazer, surge a

unidade básica da narrativa, chamada *programa narrativo*, que contém, portanto, uma transformação mínima de um estado de conjunção para disjunção ou vice e versa.

Estudando textos como contos de fadas e mitos, Greimas estabeleceu um esquema narrativo comum para os diferentes enredos, que composto por três percursos: a manipulação, a ação e a sanção, pelos quais a narrativa é organizada. No percurso de manipulação, que pode estar explícito ou implícito na narrativa, um destinador, que deseja transformar a sua situação de disjunção em conjunção (ou de conjunção em disjunção) com um objeto-valor (propõe um contrato a um destinatário, que terá (ou se quer convencer que possui) a competência de realizar essa transformação, contrato este em que se pretende levá-lo a operar a transformação pretendida. Para isso o destinador pode valer-se de recursos de persuasão como a sedução (apresentando a visão de que o sujeito é capaz de realizar a ação), a tentação (apresentando os benefícios que se pode obter ao realizar a ação), a intimidação (ameaçando-o de conjunção com um valor negativo ou disjunção com um valor positivo se não realizar a ação) ou a provocação (duvidando propositalmente de sua capacidade, para incita-lo a realizar a ação e provar que é capaz), que visam levar o destinatário a entrar em conjunção com o objeto-valor dever/poder/querer fazer, ou melhor, operar a transformação desejada pelo destinador. Em outras palavras, é uma transformação que visa a outra transformação. O destinatário, todavia, não é absolutamente passivo neste processo, pois agirá sobre o contrato proposto, interpretando-o, aceitando-o, ou o rejeitando.

No percurso da ação, há dois programas narrativos – um de competência e outro de performance. No de performance um sujeito opera a transformação do estado de disjunção-conjunção com o objeto-valor, que nesse caso é o valor principal desejado pelo sujeito do enunciado; mas no programa de competência, aquele destinador coloca o destinatário em conjunção com um valor modal (dever, querer, saber ...), valor este necessário para que se opere a transformação desejada (desejada pelo destinador). Todo programa de performance pressupõe um de competência, já que, para a obtenção de um valor último, é preciso estar em conjunção com um modal (querer, dever, etc...). No percurso da sanção, o sujeito destinador dará ou não o reconhecimento ao destinatário pelo cumprimento ou não cumprimento do contrato estabelecido. Nesta etapa, o destinatário também não é inteiramente passivo, pois persuadirá o destinador de que cumpriu o contrato e merece se bem sancionado, o que é também uma forma de manipulação. A partir dos valores modais (querer, poder, temer...) a autora adentra a

modalização e os efeitos passionais, que são parte do sentido do texto. A conjunção/disjunção com os valores pode produzir o efeito de continuidade e/ou descontinuidade, e expressar paixões como a frustração (conjunção com o valor modal querer, e ao mesmo tempo, conjunção com o valor modal ‘não poder’). Nos efeitos passionais há também a ideia de tensão (neste caso, pela disjunção com valores positivos ou conjunção com valores negativos) e distensão (pela conjunção com valores positivos ou disjunção com valores negativos).

No nível discursivo, acontece a discursivização: a narrativa é “colocada no tempo e no espaço” mediante os procedimentos de temporalização, espacialização, actorialização. Esse nível é o mais complexo e concreto do percurso gerativo. Seus procedimentos estão, em grande parte, na superfície do texto: A projeção do discurso em primeira ou terceira pessoa, por exemplo, pode produzir, respectivamente o efeito de subjetividade, aproximação ou a generalização. Os tempos verbais e advérbios de lugar podem produzir efeito de proximidade ou distanciamento, ou até de verdade geral e atemporal, como no caso do presente gnômico²³.

Os dispositivos de debreagem, pelos quais as categorias de pessoa (actorialização), tempo (temporalização) e espaço (espacialização) podem produzir o efeito de aproximação (1ª pessoa, tempo presente, lugar ‘aqui’) ou distanciamento (3ª pessoa, tempo pretérito perfeito, lugar ‘lá’) - assim, a debreagem pode ser enunciativa, quando produz o efeito de aproximação ou enunciva, quando produz o efeito de distanciamento. A partir dessas características, são explorados os tipos de debreagens: simples, quando no texto há apenas o feito de aproximação; interna, quando, o autor dá voz (efeito de aproximação) a alguém dentro do texto; paralelas ou alternadas, quando há presença de debreagens enunciativas e enuncivas no mesmo texto, ou embreagem, quando o enunciador (entendido como o ‘eu’) fala de si em terceira pessoa, causando uma espécie de “volta”, em que uma debreagem enunciva se sobrepõe a uma enunciativa.

²³ Presente gnômico é o presente de conotação atemporal, em que geralmente se expressam realidades permanentes (é sempre assim), como no caso dos provérbios: “mais vale o bom nome do que as muitas riquezas” ou as constatações científicas “a fórmula da água é H₂O”, “a língua é um sistema de signos”, etc.

Na formação do sentido do discurso, ocorrem os processos de tematização e figurativização. A tematização é a inserção de temas (traços semânticos) no discurso. Esses temas, na verdade, ainda são abstratos (como os valores, no nível fundamental e no narrativo), e vão ganhar concretude mediante a figurativização, onde esses traços semânticos abstratos vão ser revestidos de traços semânticos sensoriais, que os tornam perceptíveis aos sentidos humanos – cor, forma, cheiro, etc. A hierarquização dos temas e das figuras faz com que o texto tenha coerência, permitindo determinadas leituras, ou seja, “pedindo” determinadas maneiras de interpretar.

Os caminhos de interpretação estabelecidos nesse nível são chamados de Isotopias. Os discursos podem ter apenas uma isotopia, ou seja, determinar apenas uma leitura possível, ou serem pluri-isotópicos, possuindo duas ou mais leituras possíveis. A figurativização apresenta diferentes graus, dos quais o máximo é a “iconização”, que produz o efeito de realidade pelo estabelecimento do tempo, do espaço e dos atores: datas, lugares e pessoas determinadas (por nomes próprios, por exemplo) ou até fotos e representações imagéticas de lugares e objetos, etc.

Barros (1988), como vimos, expõe de maneira bastante interessante o lugar da Semiótica entre as teorias do discurso. A autora cita duas vertentes principais, que já foram citadas aqui: a que tem como foco a enunciação e a que enfatiza as condições de produção. A primeira tem como objeto de análise o ato individual da produção de sentidos, e a segunda, o conjunto de condições sócio-históricas em que o discurso é produzido, o que tira o foco da individualidade do sujeito que enuncia e nos leva para o contexto social que molda esse sujeito. A Semiótica trabalha tanto com a individualidade da enunciação como com as condições de produção. A enunciação tem aí uma finalidade dupla: funciona como mediação entre as estruturas abstratas do esquema narrativo subjacente e o nível discursivo e como mediação também entre o texto e as condições sócio-históricas em que é produzido:

O objetivo é integrar, por meio da enunciação, uma abordagem interna do texto, indispensável para que se reconheçam os mecanismos e regras de engendramento do discurso, com a análise externa do contexto sócio-histórico, em que o texto se insere e de que, em última instância, cobra sentido. (p.5)

Assim a Semiótica entra no campo de questões das vertentes da AD com uma proposta conciliatória. Sobre a “análise interna” abordada pela autora, a grande contribuição da SD é que ela permite observar regularidades na forma de

engendramento dos discursos. Essa forma de engendramento é que a diferencia das demais teorias, principalmente no que diz respeito às estruturas narrativas subjacentes que dão sustentação ao sentido do discurso, permitindo observar aspectos que dificilmente seriam observados com clareza na sua superfície. A distinção entre superfície e estruturas subjacentes já foi criticada por Maingueneau (2006) como sendo uma espécie de arquitetura estática abstrata que impede a percepção da dinamicidade da significação no contexto sócio-histórico. A essa divisão entre nível superficial e nível profundo ele opõe uma *semântica global* em não há divisão. Mas Piaget (1970), falando sobre alguns aspectos gerais do estruturalismo em diversas vertentes, já havia feito uma observação interessante sobre este assunto (não especificamente quanto à Semiótica, mas sobre o estruturalismo em geral) que cabe citar aqui como alternativa ao problema colocado por Maingueneau – Ele falou sobre os sistemas de transformações, em que a estrutura se organiza em níveis que vão do mais profundo e abstrato ao mais superficial e concreto, e observou que os níveis estruturais, ligados entre si por transformações que levam de um nível a outro (no caso aqui, do nível narrativo ao discursivo, por exemplo), nada têm de estáticos; as relações entre os níveis superficiais e profundos mediante transformações (o que, para a Semiótica, é o percurso gerativo) têm justamente o objetivo de tratar da dinamicidade da significação, do sentido em movimento. O percurso gerativo do sentido também é uma abstração bastante eficaz para relacionar unidades de discurso entre si (relação interdiscursiva), pois estes podem não ser semelhantes na superfície (por serem diferentes no gênero – pronunciamento no Senado, debate face a face, anúncio de candidatura, palestra) e mesmo assim terem em comum as estruturas narrativas ou temas e figuras que os sustentam.

Quanto ao contexto social do discurso, Barros propõe uma mediação entre as estruturas narrativas, a enunciação e as condições de produção. As estruturas narrativas explicam mais detalhadamente a geração do sentido, e a enunciação faz a mediação entre a narratividade e as condições de produção. A relação entre essas três instâncias é um dos problemas fundamentais da AD: as condições de produção influenciam a significação do discurso, mas estas mesmas condições de produção, cuja significação é, até certo ponto, determinada pelas estruturas, ganham sentido a partir destas e portanto não podem ser estudadas independentemente delas. Desse confronto constante entre texto e contexto social, para a maior parte das vertentes da AD, é que nasce o

objeto de estudos chamado “discurso”, que por isso mesmo é um termo bastante polissêmico, dependendo de como é feita essa relação.

Podemos perceber bem essa particularidade conciliatória da proposta semiótica de Barros quando olhamos para os extremos: Jaques Derrida, na sua *Gramatologia*, problematiza a dicotomia saussureana significado/significante, propondo que, se a escrita é o significante da fala e a fala é o significante de um conceito psíquico, e se esse conceito psíquico não se relaciona diretamente nem ao mundo e nem aos nossos sentidos, mas se define em relação a outros conceitos também psíquicos, segue-se que o significante não aponta para um significado, mas para outro significante, que aponta para outro significante, que aponta para outro, e assim por diante (tem-se então um “significante do significante”). O “Desconstrucionismo” de Derrida, portanto, consiste em, digamos, reduzir tudo ao nível linguístico, negando-se o extralinguístico como sendo ilusório ou inatingível, pertencendo à esfera metafísica. De outro lado, o Marxismo clássico, por exemplo, dá a entender uma anterioridade da “infraestrutura” (contexto social), à “superestrutura” (ideologia), as quais se relacionam por “causalidade”: a superestrutura é “causada” pela infraestrutura. Entre extremos como estes, a Semiótica aponta um caminho de conciliação que permite considerar os diferentes aspectos de seu objeto de estudo, sobre o qual se reflete constantemente. A epistemologia da Semiótica, e também a de qualquer das vertentes da AD, não é algo pronto, acabado, e talvez nem o pretenda ser.

A Semiótica permitirá analisar, neste trabalho, como cada discurso é gerado dentro do contexto brasileiro e, principalmente, como este contexto sócio-histórico é projetado pelo discurso. Assim, será possível mostrar a forma de significar de cada discurso e então examinar as relações entre eles, que constitui a polêmica (veremos, mais adiante, como Ruth Amossy define esse termo). E, considerando o contexto já mencionado²⁴, verificar como o patrimonialismo brasileiro aparece no engendramento dos discursos, sobretudo na enunciação e nas formas de argumentar, ou seja, como o discurso não só traz as marcas do patrimonialismo, como também, frequentemente, o realiza.

²⁴ O estamento, dizem os estudiosos do Patrimonialismo, está de pé. V. PAIM, Antônio Roberto (org). **O Patrimonialismo brasileiro em foco**, 2015.

3.2 O ESTAMENTO E O DISCURSO

Como vimos, segundo a análise de Faoro (2000) o contexto sócio-histórico em que os indivíduos brasileiros estão inseridos é um sistema patrimonialista, que se caracteriza pela apropriação da coisa pública por uma elite burocrática:

O patriciado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila ente o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais, e, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou. (p.888)

Esse sistema se caracteriza por um modo de pensar, uma cultura que o legitima, que o torna natural, e para Faoro isso foi se tornando bastante claro, principalmente no fim do império: diferentemente do que aconteceu em outros países como a França ou Inglaterra, o sistema patrimonialista brasileiro não foi enfraquecido pela ascensão da burguesia, luta de classes e a consequente divisão do poder (pelo conflito entre a burguesia e a corte): a burguesia brasileira curvou-se ao estamento e quis participar dele. E assim, de D. João a Getúlio Vargas (é o período analisado por Faoro) o modelo permanece apesar das várias mudanças socioeconômicas internacionais (que, aliás, aqui no Brasil chegam atenuadas, pelo sistema e a favor do mesmo):

O caminho da nobilitação passava pela escola, pelos casarões dos jesuítas, pela solene Coimbra ou pelos acanhados edifícios de Olinda, São Paulo e Recife. O alvo seria o emprego e, por via dele, a carruagem do estamento burocrático, num processo de valorização social decorrente do prestígio do mando político. (op. Cit. P.446)

O estamento brasileiro, portanto, permaneceu assentado muito mais na cultura do que numa determinada situação socioeconômica: “este se assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas (...) imitadas da França e da Inglaterra (p.444)”. Isso tem feito com

que o sistema tenha relativa estabilidade através dos tempos, já que ele não é um mero reflexo da situação socioeconômica brasileira, que, como nos outros países, é instável, variando constantemente. A expressão “relativa estabilidade”, duas linhas acima, com que me referi ao estamento burocrático brasileiro, na verdade não foi a usada por Faoro; foi usada por Bakhtin, quando se referiu aos gêneros da comunicação verbal: “Evidentemente, cada campo de utilização da língua elabora seus tipos **relativamente estáveis** de enunciado, os quais denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2003 p. 261-262). É que Bakhtin também havia observado, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929) que a relação entre a realidade socioeconômica e a ideologia (a cultura) não pode ser de causalidade mecânica, de modo que a cultura fosse um reflexo imediato da infraestrutura, já que esta tende a constante variação, enquanto a cultura tende à tradição e à cristalização de signos da coletividade. A linguagem desempenha, portanto, um papel fundamental, já que está presente em todas as relações sociais. No entanto, mesmo tendo suas regularidades que permitem a comunicação, ela não deixa de ser sensível às alterações da realidade socioeconômica. Essas alterações se dão em virtude da luta de classes, e Bakhtin enfatiza o signo como lugar onde a luta de classes se mostra mais claramente, nos diferentes modos de significação dos segmentos sociais, conflitantes entre si – ele chama isso de “dialética interna”:

Na realidade, todo signo ideológico tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Essa *dialética interna* não se revela a não ser nas épocas de crise social de comoção revolucionária. (*op cit*, p. 48)

Uma característica da ideologia dominante, que garante a continuidade da dominação, seria a busca pela estabilidade, pela univocidade do signo, que apaga o conflito, e a restauração de uma realidade anterior ao momento em que se fala, na busca por reestabelecer um cenário anterior.

Na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia, donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante. (p.48)

Neste caso, diferentemente da realidade socioeconômica objetiva, que pode variar rápida e incessantemente, a linguagem, que é a principal condição para existência da ideologia, possui certas regularidades, certos mecanismos pouco variáveis (para Bakhtin, as regularidades são as dos gêneros comunicativos) que permitem essa relativa estabilidade na comunicação (e, conseqüentemente, na cultura) e impedem que as palavras mudem de sentido a cada momento, tornando-se incompreensíveis. O resultado é que a linguagem (a língua em uso na sociedade, ou seja, o discurso, segundo Bakhtin) tem certa tendência a restaurar um cenário, um estado de coisas anterior ao momento em que se fala (p.48). Esse fenômeno também pode ser chamado de “deslocamento” ou “equivoco” (ORLANDI, 2015)²⁵; frequentemente, o discurso dá a impressão de se referir diretamente a um referente presente, a um estado de coisas presente, em uma relação imediata termo – objeto, quando na verdade está remetendo, a rigor, a outros discursos que já foram pronunciados, a outras situações já vividas. Se levarmos isso em consideração, segue-se que pelo menos a maioria dos discursos “pró” ou “contra” que estamos estudando não estão ligados natural e diretamente à situação atual da Previdência, como consequência natural, como reflexo dessa situação, mas remetem a toda uma série de discussões já postas no passado. Discute-se então nos mesmos termos em que já se discutiu em outros tempos. Esse aspecto do discurso permite que possamos rastrear, sobretudo nas polêmicas, o desenho sócio-histórico ali projetado. Conseqüentemente, o que chamamos de realidade socioeconômica, para a Semiótica, pode ser analisada enquanto projeção do discurso.

Como vimos na contextualização, esta não é a primeira vez que se debate a previdência. Houve pelo menos duas polêmicas anteriores sobre este assunto: a do governo FHC e a do governo Lula. Mas, considerando a trajetória do patrimonialismo brasileiro de seis séculos, e que esta tradição assim tão enraizada na cultura não se desfaria tão facilmente, certamente será possível, depois de analisarmos o debate da previdência atual, finalizar traçando algum paralelo entre este debate (2016-2018) e o contexto estamental abordado por Faoro.

²⁵ Bakhtin localiza esse fenômeno em determinados momentos de dominação de uma elite, em determinados períodos em que os conflitos de classe se acalmam. Mas Orlandi, Pecheutiana, considera que isso faz parte da natureza mesma da linguagem em qualquer época.

Não podemos esquecer que, se o patrimonialismo brasileiro não se baseia exclusivamente numa infraestrutura específica, mas sim numa espécie de inércia cultural, numa tradição, e se por isso ele resistiu a diversas mudanças de governo (Império, República Velha, República nova...), aquela distância entre povo e governo (interesses do povo/interesses do governo), com uma trajetória de mais de quatro séculos, certamente não desapareceria tão facilmente²⁶.

3.3 A POLÊMICA COMO FENÔMENO DISCURSIVO

Vejamos, com Amossy (2017), a definição de alguns termos importantes: a “dissensão” ou “dissenso” é a incompatibilidade entre pontos de vista. O “conflito” é qualquer choque de opiniões contrárias, é um acontecimento pontual. Quando esse choque se torna frequente a respeito de um determinado assunto, temos uma “polêmica”. Para se analisar uma polêmica, geralmente realiza-se uma dicotomização: a divisão em dois pontos de vista incompatíveis (ou mais de dois, dependendo da situação). Essa divisão coloca em foco as particularidades de cada ponto de vista em contradição, de modo que a incompatibilidade entre os lados é levada a um nível máximo. Há também a “polarização”. Esta difere da dicotomização simplesmente por não ficar no nível conceitual, das possibilidades de conflito advindas das particularidades de cada discurso, mas sim na divergência entre os segmentos sociais. Seria a mesma diferença entre conflito ‘potencial’ e ‘atual’, por assim dizer. Por fim, “Debate público” significa a discussão a respeito de assuntos de interesse da

²⁶ É importantíssimo observar que, nas discussões que se seguiram a Faoro, alguns autores como Antônio Paim (2015) propõem meios práticos de enfraquecer o sistema patrimonialista. Mas o caminho aí seguido é bem diferente do que Faoro indicaria: paradoxalmente à constatação deste que o estamento se assenta na cultura, parece que as propostas têm se concentrado muito mais no âmbito econômico do que cultural: “(...) O primeiro passo na linha esboçada seria promover-se a privatização.” (PAIM, Antônio (org.). **O Patrimonialismo brasileiro em foco**. p.33). Acabamos de ver que o estamento sobrevive muito mais pelo engendramento de um discurso do que por um sistema econômico. Tentar enfraquecer o estamento começando pela economia é, pois, supor que o Patrimonialismo é sustentado por um sistema econômico (no caso, estatizante). Não é assim. O estamento se assenta em uma cultura de exclusividade (ou de exclusão). Ao se propor a privatização sem uma ampla iniciativa cultural de integração popular às questões públicas e de incentivo à participação popular nos debates, o resultado é nada menos que um rearranjo e uma reafirmação do sistema: Uma elite econômica minoritária sobe, consolida-se e se torna o novo estamento (formado provavelmente pelas mesmas pessoas, já que muitos políticos são empresários muitíssimo bem sucedidos), herdeiro do mesmo discurso, tomando a dianteira do país à parte do povo. Enquanto não se considerar o Patrimonialismo a partir do discurso que o constrói (para enfrentá-lo aí mesmo), permanecerão os “Rubiões” (de Machado) e o estamento, muito naturais e intocáveis como sempre.

coletividade, que vão, por exemplo, desde a questão da legalização do aborto, das drogas, à discussão sobre a reforma da previdência.

Amossy observa que os estudos retóricos sempre se encaminharam no sentido de uma normatização do debate público que visaria ao consenso - à resolução e fim do dissenso. A falta de consenso sempre foi vista como algo negativo, que, se não for superado pela dialética da busca da verdade, deve ser ao menos amenizado por preceitos de uma retórica comum. Amossy então questiona o porquê dessa negatividade da discórdia, da dissensão no debate público em sociedades que se pretendem democráticas e pluralistas. A dissensão seria, pelo contrário, algo fundamental, e não indesejável, para o fortalecimento e a continuidade da democracia. Ela propõe então o estudo da polêmica - não com fins normativos, como nos estudos retóricos ou na lógica informal (disciplina voltada especificamente para a resolução de conflitos), mas sim com vistas à sua compreensão enquanto fenômeno recorrente (tal como a proposta de Saussure quanto ao estudo da Língua, que deveria ser “desinteressado”, ou seja, um estudo cujo objetivo não é normatizar, mas compreender o objeto, recortando-o por um método científico). O estudo da polêmica como um fenômeno global, isto é, presente em todas as sociedades, também não deve visar à compreensão do assunto polêmico ou da situação específica de determinada polêmica, mas deve-se fazer abstração, vendo “a polêmica” como um fenômeno que possui um modo de funcionamento compreensível, com mecanismos estruturais próprios.

Depois de citar alguns autores, desde a retórica clássica até a lógica informal, apontando em cada um deles a busca constante pela normatização do debate público, Amossy cita outros (Arthur Schopenhauer seria o principal deles), aos quais ela adere, criticando o racionalismo daqueles que buscam estabelecer normas para se chegar a consensos nas disputas, ou mesmo aqueles que consideram os conflitos um obstáculo a ser superado, pois estes (como Habermas) acabam generalizando de forma equivocada as polêmicas, como se os indivíduos, dotados de uma base racional comum (inata) e do direito de opinar, já tivessem as suas opiniões naturalmente colocadas todas em pé de igualdade. A contradição desse ponto de vista, portanto, é que ele não considera as condições sócio-históricas em que os indivíduos estão inseridos, condições que geralmente cooperam para a não democracia, para a exclusão de certos modos de pensar. Se os diferentes segmentos sociais possuem diferentes axiologias, e raciocinam com base em escalas de valores diferentes, o estabelecimento de regras inflexíveis para

se chegar a um consenso implicaria na privação de determinados valores destes segmentos, o que os descaracterizaria em favor de uma unidade artificial, e, na prática, talvez até ardilosa.

Essas observações de Amossy entram na proposta deste trabalho precisamente no ponto em que podemos coloca-la em diálogo com a Semiótica: ao dedicar o livro acima citado exclusivamente ao gênero “polêmica”/ “debate público”, a autora nos oferece um ponto de vista muito propício à proposta semiótica, pois é a partir desta delimitação do gênero “debate público” que será analisado o corpus escolhido. Em suma, isso permitirá esclarecer alguns conceitos como “polêmica”, “conflito” e “debate público” sem destoar da proposta semiótica.

CAPÍTULO 4: ÀS ANÁLISES (Semiótica, vamos lá!).

Podemos organizar o conjunto de textos escolhidos como corpus da seguinte maneira: há um nível “mais técnico”, que se baseia em dados como a forma de calcular a receita e as despesas da previdência, os balanços feitos pelo governo, o relatório da CPI da previdência, taxa de natalidade e expectativa de envelhecimento da população, o valor das renúncias fiscais, etc. etc.. Estes dados, dependendo de como forem combinados, podem permitir diferentes conclusões, por exemplo: considerando-se, pelas estatísticas, que a população está envelhecendo e tendo menos filhos, e que no regime de repartição a aposentadoria dos trabalhadores inativos é paga com a contribuição dos ativos, fica evidente que o sistema tende a ficar cada vez mais deficitário. Por outro lado, sabido que a previdência não é separada da Seguridade, sabido fica que o seu caixa não consiste somente nessas contribuições, mas, a rigor, em toda a receita da Seguridade, tratando-se, pois, de um valor bem maior que o necessário para custear as aposentadorias. E ambas as conclusões podem ser refutadas pelo acréscimo de outros dados, de modo que tanto o discurso pró quanto o discurso contra, neste nível, se esforçam por coligir o máximo possível de dados que permitam superar a antítese e fundamentar e justificar a tese.

Há também um nível mais passional, em que o debate se resume a acusação e defesa. Ao invés de dados, a ênfase está em expressar indignação e revolta; o objetivo do orador passional é desmascarar a injustiça do adversário, e mostrar-se,

consequentemente, como justo. Os que são contra a reforma mostram-se como defensores do povo, dos trabalhadores, dos direitos dos pobres, e pretendem revelar a falsidade dos proponentes da reforma, que, sob pretexto de déficit, querem explorá-los. Os que são a favor mostram-se como líderes responsáveis e sensatos, que querem eliminar os privilégios, e pretendem mostrar que os seus adversários são falsos, que se mostram ao lado do povo, sendo na verdade os seus exploradores.

Estes dois níveis não são encontrados de maneira pura: não encontrarmos um discurso pró ou contra a reforma que seja totalmente técnico ou totalmente passional, o que há é o predomínio de uma delas. Pode-se usar, por exemplo, um ou dois dados para tornar o discurso mais racionalizado, moderado e/ou explorar-se mais o lado passional, de indignação, de esperança, de espanto. E um discurso pode basear-se sempre em dados objetivos, mas em um estilo de “desmascaramento” da perversidade do governo ou da oposição, que produz a ira dos ouvintes.

4.1 Começando pelo nível discursivo

A análise começará pelo nível discursivo, o mais superficial e aparente: veremos as categorias da enunciação que introduzem este nível do percurso gerativo, os temas e as figuras. Entrando no nível narrativo, veremos os contratos de veridicção estabelecidos, ou seja, as formas de persuasão.

Serão analisados a seguir três trechos de debates na seguinte ordem: um entre Denise Gentil (contra) e Samuel Pessoa (a favor), um entre Ciro Gomes (contra) e Christian Lohbauer (a favor) e um pequeno trecho de uma discussão entre Ciro Gomes e Rodrigo Constantino (sobre a economia brasileira em geral). Os trechos não serão colocados na mesma ordem (contra - a favor, contra - a favor) porque seguirão a ordem das falas, para que os contra argumentos possam ser percebidos mais claramente.

Texto 1: Denise Gentil e Samuel Pessoa (debate) O debate entre Denise Gentil e Samuel Pessoa, em setembro de 2017, foi promovido por duas fundações associadas: a fundação *Leeman*, organização sem fins lucrativos criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Leeman, que realiza projetos na área da educação, e pela plataforma *Um Brasil*, plataforma multimídia que divulga palestras, debates, entrevistas e documentários com especialistas sobre assuntos nacionais diversos. O vídeo foi divulgado também no youtube. Está editado e as apresentações não seguem a ordem em

que o debate realmente aconteceu, ou seja, com a exposição do ponto de vista de cada economista e depois as perguntas da mediadora. As perguntas foram colocadas primeiro, e depois as exposições. A mediadora foi Mara Luquet, colunista da rádio CBN. O público era de estudantes de economia e jornalismo. Há uma observação importante a fazer sobre a mediadora: no início do vídeo (02:15), ela pergunta a Denise se é possível ter produtividade na economia com o modelo previdenciário de então e “quais seriam as reformas necessárias”, deixando já pressuposta uma oposição entre o modelo previdenciário vigente e a produtividade na economia e também a necessidade de reformas. Por isso, em alguns comentários abaixo do vídeo ela é chamada de “parcial”. O debate não está transcrito na íntegra, por conta do espaço (o vídeo tem mais de uma hora de duração), mas os trechos escolhidos são os que mostram mais as contradições entre as falas dos dois.

Denise Gentil é uma economista de formação Keynesiana (escola que fundamentou o *welfare state*). Ela defende a participação estatal ativa na economia para garantir a renda dos cidadãos. Uma tese característica desta escola é a de que, quando o governo aumenta o poder aquisitivo das pessoas, aumentando o consumo, elas movimentam a economia, fazendo as empresas produzirem mais.

Para Samuel Pessoa, liberal da escola Neoclássica, o Estado deve intervir o mínimo na economia, pois a intervenção estatal é feita à custa de impostos que acabam empobrecendo mais a população numa espécie de efeito dominó.

Comecemos pela exposição de Denise.

Texto 1.1:

Há um certo açodamento em fazer essa reforma da previdência; a maior parte das pessoas não tem clareza sobre o que será feito, nem das consequências que isso trará. E em segundo lugar, ela está sendo feita num momento de profunda recessão econômica, eu diria até de depressão, porque nós passamos por uma queda do PIB por três anos (...). Entre 2004 e 2010 o gasto com previdência subiu muito por causa da taxa de correção do salário mínimo, e a receita cresceu a taxas muito superiores à taxa de crescimento do gasto, certo? Porque a economia também crescia impulsionada por esse gasto. O que desacelera depois, e faz as receitas caírem, é exatamente o governo tentar fazer um ajuste fiscal num momento em que a economia externa entrou em recessão. Então, o impulso recessivo externo foi

reforçado por um ajuste fiscal recessivo interno; e aí nós tivemos uma desaceleração da economia, perdas de emprego, perdas de renda, e, portanto, perdas de receita. O resultado fiscal é totalmente pró-cíclico: se a economia estiver crescendo, dá superávit, se a economia tiver desacelerando, dá em déficit. (<https://www.youtube.com/watch?v=cM4f9JZRjto&t=138s> acesso em 20/09/2019).

Na categoria de pessoa, predomina a debreagem enunciativa - a terceira pessoa (a reforma, o governo), com efeito de descrição de uma situação objetiva. Esse afastamento, no entanto, é intercalado por duas aproximações em primeira pessoa que se referem à mesma situação descrita (passamos por uma queda no PIB/ tivemos uma desaceleração). Essas aproximações retomadas dão um caráter mais participativo, mais pragmático à fala técnica da economista. Ela traz o ouvinte para testemunhar a situação. Na categoria de tempo, são usados o presente durativo (está sendo feita num momento de profunda recessão) e o pretérito perfeito e imperfeito (o gasto cresceu / a economia crescia). Assim ela apresenta os dados, indicando situações e acontecimentos que corroboram a visão de que a reforma proposta não é o melhor caminho – o efeito é de descrição de um estado de coisas. Quanto à categoria de lugar, considerando-se o predomínio da terceira pessoa, fica implícito um “lá”, um distanciamento na maior parte da fala da economista. O uso da primeira pessoa do plural, no passado (passamos por uma queda do PIB/ tivemos uma desaceleração), é particularmente interessante porque, ao mesmo tempo em que o tempo passado mantém a distância necessária à descrição (lá no passado), o “nós inclusivo” (eu e vocês) traz o enunciador e os ouvintes para dentro da situação descrita, o que situa e engaja a economista e os ouvintes de forma mais participativa, ao passo que descreve o que acabou de acontecer, ou seja, a desaceleração da economia.

A verificação deste discurso, enquanto fala técnica, se dá pela objetividade. A debreagem enunciativa projeta uma realidade que não é opinião de Denise: são os dados, é uma combinação de dados. Mas ao mesmo tempo ela instaura um cenário que é pertinente a ela mesma e aos seus ouvintes, o que pode ser visto como recurso argumentativo bastante válido. Tratando de um discurso mais técnico, a persuasão aqui tem como foco principal o “fazer saber”. Esse fazer saber geralmente pressupõe que o enunciatário não sabe das informações apresentadas. Neste caso não se pressupõe, afirma-se explicitamente (a maior parte das pessoas não tem clareza sobre o que será

feito). Isso denota uma expectativa de entendimento, de esclarecimento e precisão na comunicação.

Ao colocar-se a si e aos ouvintes dentro da situação descrita, ela se diferencia bastante de Samuel, como veremos a seguir. Mas antes, observemos que Denise, seguindo a escola Keynesiana, tem pressuposta a tese de que o investimento estatal no consumo faz a economia se desenvolver. No seu discurso, isso não aparece como uma tese, que seria explicitada de início para colocarem-se depois os argumentos, mas sim como conclusão (não necessariamente enunciada), cujas premissas são os dados apresentados, dos quais os ouvintes são postos por testemunhas.

Vamos ao discurso de Samuel:

Texto 1.2:

A minha discordância com a Denise é que, se o que ela falou fosse verdade, não existia pobreza no mundo, porque, com o governo gastando, todo mundo ia crescer. Quer dizer, é impossível entender pobreza com o modelo, com a visão de mundo dela. A minha visão é Neoclássica, também é dinâmica; a dela é Keynesiana, a minha é Neoclássica, a minha é dinâmica igualzinha. Ora, se consumo fosse tão importante pra crescimento, a China não era a economia que mais cresce no mundo, O consumo na china é 40% do PIB (Produto Interno Bruto), o consumo no Brasil é 80% do PIB. Mas por que é que a China consegue investir 40%? né? Então, a China é um país que consome... hoje está aumentando, né? Consome 40, 45% do PIB. A China tem uma renda *per capita* igual à brasileira e a China tem uma desigualdade relativamente parecida com a brasileira. Há dez anos atrás, quando ela crescia mais ainda do que ela cresce hoje, o consumo era 35% do PIB, chegou a ser uma coisa meio maluca, a chinesa. Então, se consumo fosse tão importante pra crescimento, a China, e nenhum asiático, teria crescido, porque hoje o Japão consome menos que o Brasil; o Japão, que tem uma renda *per capita* imensa, consome menos que o Brasil. (...) a gente já ficou velho e pobre. (op. Cit.)

Na fala de Samuel Pessoa predomina um afastamento em relação ao assunto, mais do que na fala de Denise. Ele também usa a primeira pessoa. Usa-a do plural, no fim de sua fala, que é predominantemente enunciativa. Porém, diferentemente de Denise Gentil, o uso da primeira pessoa aqui não diz respeito à descrição de acontecimentos precisos testemunhados por ele mesmo e seus ouvintes como a queda do PIB ou a desaceleração da economia: Samuel Pessoa a usa em uma simplificação generalizada (a

gente já ficou velho e pobre), dando um tom informal à sua argumentação. É importante fazer aqui uma distinção entre a enunciação em primeira pessoa (por exemplo: nós fazemos, eu faço, nós estamos...) do uso dos pronomes possessivos em primeira pessoa (meu, minha). Neste último caso, observemos que a enunciação está em terceira pessoa, apesar do tom de proximidade do pronome possessivo (a minha opinião é diferente da dela/ a minha visão é dinâmica como a dela). O efeito de proximidade deste discurso, portanto, não está na enunciação, pelo menos não na maior parte da fala dele. A primeira pessoa (a gente), usada por Samuel, somada a outros recursos como o diminutivo (igualzinha) dá um tom mais informal ao discurso. Assim, o enunciador projeta-se como familiarizado com o assunto. As projeções de tempo concentram-se mais no presente e ele usa o pretérito imperfeito do subjuntivo para contradizer a colocação final de Denise (se o que ela falou fosse verdade, não existiria pobreza no mundo). Portanto, diferentemente de Denise Gentil, o seu discurso contradiz diretamente a tese da escola econômica “rival”: (se consumo fosse tão importante para o crescimento...); fica pressuposto aqui, necessariamente, o presente gnômico (Consumo não gera crescimento). Samuel Pessoa projeta uma realidade atemporal.²⁷

Agora, comparemos os dois:

Quanto à categoria de pessoa, ambos os discursos são enunciados predominantemente em terceira pessoa com aproximações pontuais da primeira. A terceira pessoa dá a ambos um efeito de afastamento do sujeito e enfatiza o objeto em discussão. Mas o uso da primeira pessoa no discurso de Denise, retomada de modo a intercalar proximidade e distanciamento, situa a sua fala e os seus ouvintes dentro do cenário instaurado. Samuel ocupa o papel de oposição a Denise, e, conseqüentemente, sua enunciação projeta uma realidade inversa à dela. Se a economista coloca-se dentro de uma realidade local e imediata, da qual tira sua conclusão lógica, Samuel, pelo menos na maior parte de seu discurso, coloca-se (enunciativamente) fora da situação

²⁷ A observação desta diferença entre um discurso que tende ao universal e outro às particularidades não serve aqui para fazer algum juízo de valor nem classificar os discursos quanto ao poder de persuasão que apresentam, mas é um forte indício do modo como um discurso reage ao outro. Mais à frente, veremos que essa oposição entre universal e particular no debate técnico sobre a previdência não é acidental ou fortuita, mas parece ser uma característica constitutiva desta polêmica neste momento.

descrita e expande o referente para o contexto internacional, o que dá o efeito de abrangência ao discurso dele. O tom de Denise é mais pragmático, situado, e o de Samuel é mais universal, tendendo à expansão do campo de referência.

Em relação ao tempo, ambos falam no presente e remetem ao passado, mas Samuel usa o presente gnômico com muito mais frequência que Denise. As projeções de lugar são opostas nos dois: ainda que em ambos fique pressuposto um “lá” pelo predomínio da terceira pessoa, e um “aqui” no uso da primeira, ambos diferem quanto à extensão: O “lá” de Denise é limitado pelo uso do tempo gerúndio, isto é, do presente durativo (esta reforma está sendo feita em um momento de profunda recessão...), o que deixa pressuposto um local mais restrito e específico onde está ocorrendo a crise. Samuel, pelo presente gnômico, deixa subentendido um “lá” mais universal que Denise. A omnitemporalidade de Samuel deixa subentendida, por assim dizer, uma onnipresença (se o que a Denise falou fosse verdade, não existiria pobreza no mundo...).

Debate: Ciro Gomes x Christian Lohbauer (texto 2)

O debate ocorreu no 1º Foro Brasil/Espanha, evento organizado por estudantes Brasileiros de pós-graduação, na Esade Business School, em Barcelona (Espanha) nos dias 23 e 24 de março de 2018. O tema geral do foro foi “como empreender em um Brasil em crise?”, e dentre os subtemas, foi debatida a questão da Previdência. O vídeo foi publicado na mesma data, no youtube, no canal *Progressista* (<https://www.youtube.com/watch?v=65s81zhGbu4> Acesso em 25/10/2019).

Ciro Gomes é político e professor universitário, sua formação é na área de Direito e Economia. Partidário da Social Democracia, ele é contrário à proposta neoliberal de redução do aparato estatal, e apesar de ser a favor de um regime de capitalização progressiva da previdência, discorda da proposta de Michel Temer, por considera-la ineficaz e prejudicial à população. **Christian Lohbauer** é também professor universitário, da área de Ciência Política. Partidário do Neoliberalismo, ele foi candidato à vice-presidência pelo Partido Novo (PN), junto com João Amoedo. Vejamos primeiro a fala de Christian e depois a de Ciro:

Christian (Texto 2.1)

A reforma da Previdência, ela é tão urgente – não vou contestar os números que o Ciro colocou – os mesmos são do ministério planejamento e do Tribunal de Contas da União. O Estado arrecada 1.3 trilhão de reais, o governo federal. 56% desses recursos já vão para aposentados e pensionistas que são quarenta milhões de brasileiros, em 200 milhões de brasileiros. 40 milhões recebem 56% dos recursos federais - números do ministério do Planejamento e da União. Desses 40 milhões de brasileiros, 10% recebem 75% dos recursos, e 1 milhão de brasileiros recebe 11% da arrecadação federal. Então esse modelo não funciona. primeiro porque **ele é concentrador**, porque ele privilegia um grupo de brasileiros, e a sociedade não tem como pagar! Então, se continuar como tá hoje, em 2022, o 1.3 trilhão, se não cair a arrecadação, se manter como tá, e se as despesas continuarem como têm sido cobertas, vai ser todo recurso federal para aposentados e pensionistas. Não vai ter dinheiro pro hospital e pra Saúde.

Na categoria de pessoa, predomina a terceira, com efeito de afastamento, de objetividade. Na categoria de tempo, predomina o agora, com referência a um futuro próximo (2022), o que dá o efeito de urgência (ela é tão urgente...). Quanto ao lugar, a enunciação de Lohbauerem terceira pessoa pressupõe um “lá”, da situação apontada.

Ciro (texto 2.2):

Quando o Brasil tinha 6 trabalhadores ocupados, tínhamos uma demografia de jovens, e o regime de repartição, nessas circunstâncias, funciona. Regime de repartição não existe mais em nenhum lugar do mundo, **e o que se chama reforma da previdência é simplesmente um slogan que não tem consistência embaixo**. Não é que... os conflitos são óbvios, mas assim... porque não há consistência embaixo, porque a reforma da previdência que o Temer propôs economizaria 360 bilhões em 10 anos, pra um déficit anual de 140! (...) E aí fica falando de reforma da Previdência com metade da população na informalidade. Qual é a reforma da previdência que funciona? Você tem uma ideia? Qual é o número? Como é que a gente faz uma reforma da Previdência com metade da economia da informalidade? Qual é a sua proposta?

Quanto à categoria de pessoa, Ciro fala em terceira pessoa, causando afastamento em relação ao enunciado. Ele usa também a segunda pessoa para dirigir-se a Lohbauer em expressões como “você tem uma ideia? Qual é a sua proposta?”, o que

dá o efeito de aproximação entre narrador e narratário (questionamentos seguidos assim têm o efeito de pressionar o interlocutor. Ciro parece querer mostrar que Lohbauer não domina o assunto). Observemos, então, que essa aproximação repentina (eu-tu) vem logo após um distanciamento que trazia o efeito de realidade objetiva (fica falando de reforma (...) com metade da população na informalidade). Essa combinação faz a aproximação ser intimidadora. Na categoria de tempo, predomina o agora (não funciona/ fica falando), com referência ao passado (quando o brasil tinha 6 trabalhadores ocupados, tínhamos uma demografia de jovens). Quanto ao lugar, a referência é aqui, com breve menção ao exterior (não funciona em nenhum lugar do mundo)

Aqui, ambos falam em terceira pessoa e ambos falam no presente. Quanto ao lugar, também ambos se concentram no “aqui”, apresentando predominantemente dados locais. Mas uma diferença que vimos entre os dois discursos no debate anterior, entre os economistas Denise e Samuel aparece aqui também. Vejamos a conclusão a que levam os dados apresentados pelos dois: Enquanto os dados apresentados por Lohbauer levam à conclusão de que o sistema “é concentrador”, o discurso de Ciro se empenha em demonstrar problemas na proposta de reforma frente a outros dados: “Como é que a gente faz uma reforma da Previdência com metade da economia da informalidade?”.

Comparemos os dois:

A conclusão de Lohbauer “é concentrador” é como que um julgamento do sistema previdenciário brasileiro baseado em valores universais como “igualdade” (porque ele privilegia um grupo de brasileiros, e a sociedade não pode pagar).

A conclusão de Ciro (Como é que a gente faz uma reforma da Previdência com metade da economia na informalidade?), por sua vez, é uma problematização da tese de Lohbauer – a reforma de Temer é acusada de não fazer sentido na realidade específica brasileira.

Temos então, novamente, um discurso que tende a afirmações genéricas (a previdência brasileira é injusta) e outro que tende à descrição de situações pontuais que problematizam aquelas afirmações.

Aconteceu algo parecido em outro debate entre Ciro Gomes e Rodrigo Constantino, economista conhecido por sua coluna na revista Veja. Constantino diz:

Texto 2.3

No Brasil, como foi mostrado hoje, abrir uma empresa é uma tarefa árdua, fechar é impossível, tem que encarar, de cara, 40%, quase, de carga tributária, uma burocracia asfixiante. Quer dizer, tudo isso, somado, torna o empreendedorismo no Brasil quase que uma prática proibitiva. (...) Qual é a solução deste problema? A solução deste problema passa inevitavelmente por uma redução do aparato burocrático, por uma redução da carga tributária, e por um esquema que permita um ambiente menos hostil para o empreendedor. (<https://www.youtube.com/watch?v=AamkdRR9c-8&t=6s> > Acesso em 20/10/2019).

E Ciro responde:

Texto 2.4:

Posso dar uma informação? Porque a gente vai indo, vai indo... Acabaram de revogar a CPMF! O que é isso? (...) a carga tributária brasileira cresceu de 27% do PIB (...) para 35%. Agora, por que é que a gente não derruba a carga tributária de uma forma correta? Por causa daquilo que ninguém quer falar, por causa da interdição patrimonial. O país tem que gerar superávits monstruosos pra cevar uma coisa que é uma dívida pública. (<https://www.youtube.com/watch?v=AamkdRR9c-8&t=6s> > Acesso em 20/10/2019)

Ciro argumenta sempre com dados situados (a cotação do dólar no dia, as taxas de juros no Brasil e em outros países, as porcentagens dos gastos do governo, etc.) sem afirmar teses explicitamente (em momento algum ele afirma que “o estado deve intervir na economia”). Constantino, por outro lado, ainda que usando dados locais (menos que Ciro), reafirma constantemente verdades universais (teses) do liberalismo econômico (A solução deste problema é a **redução do aparato burocrático...** etc.).

Observemos que se trata de dois trajetos inversos: enquanto uma parte da constatação de realidades locais para deixar implícita a sua tese como conclusão, o outro reafirma a tese e busca coligar dados para sustenta-la. Se é recorrente essa forma de diálogo entre prós e contras, o que permite que cada um responda ao outro dessa maneira? Ou seja, por que o discurso “pró” está respondendo ao discurso “contra”²⁸

²⁸ Uma ressalva: o que estou analisando aqui não são as características gerais do discurso neoliberal e do discurso do *welfare state* ou Social Democrata. Para isso seria necessário ampliar o corpus para

com a afirmação de verdades universais (as teses, no caso) e o discurso “contra”, tendo também suas teses próprias, o responde descrevendo situações individuais que contrariam as teses liberais? Essa forma de interação recorrente, portanto, não parece uma porção de ocorrências isoladas, pelo menos não neste momento, e é muito provável, portanto, que não se trate de algo voluntário da parte dos contentores, mas sim da mecânica do debate, da necessidade de contradição que constitui os próprios discursos e que chega a intervir inclusive, como vimos, no modo de enunciação, sendo parte do sistema dicotômico da polêmica que estamos estudando.

Veremos agora falas individuais: o discurso do ex-presidente Lula, do deputado Zarattini, da deputada Gleisi Hofman e de um representante da OAB (estes são os “contra”). E depois os discursos a favor: Um vídeo de Kim, líder do MBL, Allan Ghani (um artigo num site), o pronunciamento do deputado Arthur Maia e o do deputado Marcel Van Hatem. Cada discurso citado será contextualizado e explicado antes de ser citado.

O discurso que segue (texto 3) é a transcrição de um trecho do vídeo em que o ex-presidente Lula critica a reforma da Previdência. Este vídeo foi publicado no *Youtube* (divulgado pelo *Canal 247*) em 2 de Abril de 2017, ano anterior às eleições presidenciais, e nele Lula fala sobre sua possível candidatura.

Texto 3:

O governo não está propondo uma reforma da Previdência, o governo está propondo um desmonte na Previdência Social, tentando fazer com que o trabalhador tenha mais dificuldade de se aposentar. Na verdade, o governo não mexe em nenhuma categoria especial. Ele está tentando jogar a culpa nas costas do povo trabalhador, do povo mais pobre, do trabalhador rural, do portador de deficiência física, do trabalhador que ganha um salário mínimo, até porque o governo não tem nem noção do significado dos aposentados no interior deste país. De vez em quando é preciso fazer uma reforma pra ajustar a Previdência à melhoria da qualidade de vida das pessoas, à longevidade. Antigamente a pessoa se aposentava, vivia dez, quinze anos,

outras situações e talvez até comparar essa disputa no Brasil e em outros países. Isso seria bastante interessante, mas tiraria o foco da situação presente no Brasil e do discurso político brasileiro. O que pretendo mostrar é como tanto os discursos mais técnicos quanto os mais passionais estão obedecendo a determinadas regras de engendramento.

hoje a pessoa vive quarenta, cinquenta anos aposentada, então é importante que a gente de vez em quando faça um ajuste, mas não uma reforma da previdência pra justificar a solução fiscal deste país. Se a gente quiser resolver o problema financeiro da previdência, a solução é simples, e nós já fizemos isso de 2004 a 2014: Quanto mais emprego você gerar, quanto mais aumento de trabalhadores os trabalhadores tiverem, quanto mais aumento tiver o salário mínimo, quanto mais gente for formalizada, mais dinheiro a previdência vai arrecadar; é por isso que entre 2004 e 2014 ela foi superavitária. A previdência não pode...sabe... ser discutido o problema dela pra resolver o problema fiscal do governo, que não tem coragem de propor um aumento de imposto pros ricos pagar mais, inclusive os exportadores de commodities. Então, os trabalhadores têm que saber de uma coisa, não houve um golpe neste país para favorecer os trabalhadores, e nem as pessoas querem fazer uma reforma pensando em ajudar os trabalhadores. Tudo o que eles pensam - e sempre foi assim na história do Brasil - é tentar tirar direito dos trabalhadores. (...) Estou convidado, neste momento, a ir pra luta, pra não permitir que tirem da gente o direito da gente sobreviver. (Lula, youtube, 2 de abril de 2017 <https://www.youtube.com/watch?v=x7BlfZnX1cM>).

Quanto à categoria de pessoa, Lula fala do governo Temer em terceira pessoa, e usa “a gente” para falar tanto de si mesmo junto ao seu partido (nós já fizemos isso de 2004 a 2014), como de si mesmo junto ao povo (...)que tirem da gente o direito da gente se aposentar...). Este tipo de projeção actancial aproxima o enunciador ao enunciado e ao enunciatário.

Ele usa debreagem enunciva para falar das condições da previdência: “de vez em quando, **é preciso** fazer uma reforma. Observemos que o emprego da expressão “é preciso”, por ser impessoal, dá ideia de uma realidade objetiva. Quanto ao tempo, ele enuncia a partir do presente (2017), mas retroage primeiro a um acontecimento recente: “não houve um golpe para favorecer os trabalhadores” e depois à história do Brasil “e sempre foi assim na história deste país”. Ele projeta também um futuro iminente, próximo, em que irá concorrer às eleições (Estou convidado, neste momento, a ir pra luta, pra não permitir que tirem da gente o direito da gente sobreviver.). Quanto ao lugar, predomina o “lá” da situação descrita. Mas no fim, ao propor a sua candidatura, ele traz a si mesmo e aos eleitores para dentro do conflito descrito.

Quanto ao contrato de verificação, observemos que a desembreagem enunciativa, como já foi dito, aproxima o enunciador tanto do enunciado quanto do enunciatário.

Lula, ao enunciar, projeta-se junto com o povo, com os trabalhadores e se aproxima do assunto de que está falando, o que dá o efeito de familiaridade, de quem fala com propriedade, de quem conhece de perto a situação. A imagem de alguém que faz parte do povo (a gente) e que conhece a situação e sabe o que fazer para resolvê-la (a solução é simples, e nós já fizemos isso...) tem o efeito de confiabilidade. A expectativa que essa desembreagem deixa pressuposta é de que o povo se identifique com o enunciador Lula e confie nele, desconfiando e se afastando do governo Temer, que é citado em terceira pessoa. É “ele” (o governo, estranho ao povo) contra “nós” (Lula e o povo, os trabalhadores)²⁹. Ao se colocar como candidato (estou convidado, neste momento, a ir pra luta), o enunciador Lula busca adesão do enunciatário “povo” por meio de “tentação” – a oferta de algo desejável (a imagem que ele projeta de si, como alguém do povo que vai à luta para resolver o problema, deixa pressuposta a oferta: votem em mim).

Gleisi Hofman (Texto 4). Este discurso foi pronunciado pela deputada na Câmara durante uma sessão sobre a Previdência social (15/02/2017), e divulgado no *Youtube* pelo canal 247.

Então nós não podemos dizer que a previdência tem um déficit de 85 bilhões – aliás, o governo é mais perverso, ele diz que tem déficit de 150 bilhões, porque ele coloca junto o déficit do regime próprio de previdência, do regime dos servidores públicos - esse regime nem na previdência social pode ser computado, porque ele não é universal, ele não é geral, ele é diferenciado. O trabalhador público não tem o mesmo teto de aposentadoria que tem o trabalhador do setor privado; ele ganha, na maioria das vezes, o seu salário integral e tem outros processos de reajuste, então ele é separado, ele tem que ser bancado pelo tesouro, é um regime próprio; e o governo, maldosamente, coloca esse cálculo dentro do déficit da previdência; e é tão interessante que se nós formos pegar os recursos arrecadados da COFINS, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS / PASEP, junto com a arrecadação feita pela contribuição de patrão e empregado, nós temos superávit na Seguridade Social desde 2007 até 2015, ou seja, o total de receitas cobre o total de despesas e sobra dinheiro (...) é muita maldade dizer que a previdência tem déficit desconsiderando a Seguridade Social. Eu sei que

²⁹ Consideremos, desde já, que essa ruptura enunciativa entre povo e governo, enquanto construção semiótica, produz sentido não por uma relação direta com um referente, que seria a situação de 2017, mas sim por remeter a todo um histórico de estranhamento entre governo e povo (eles não tem noção do significado dos trabalhadores... querem tirar direitos ... sempre foi assim). Esse aspecto será retomado mais detalhadamente adiante.

o governo do Lula, da Dilma também faziam essa contabilidade, também desconsideravam as receitas da seguridade, diziam que tinha déficit, mas nunca propuseram esse ajuste que está sendo proposto pelo governo de Michel Temer, que é um ajuste sobre os que ganham menos, é um ajuste sobre os trabalhadores; vai reduzir o Benefício de prestação Continuada, vai igualar idade de homens e mulheres, vai fazer com que os trabalhadores rurais passem a contribuir como os trabalhadores urbanos, vai retirar direitos, então tem uma diferença grande aí entre as posturas destes governos. (<https://www.youtube.com/watch?v=ZYrTb7jejJo> Acesso em 20/05/2019)

Na categoria de pessoa, a deputada usa predominantemente a terceira pessoa (o governo, o trabalhador, os mais pobres, Lula, Dilma.), causando o efeito de distanciamento e objetividade. Quanto ao tempo, a referência é o presente, mas ela retroage - com efeito de afastamento - aos governos anteriores, de Lula e Dilma, diferenciando-os do presente governo (nunca propuseram esse ajuste que está sendo proposto pelo governo). A referência espacial pressuposta é “lá” na maior parte da sua fala.

Ao mesmo tempo que Gleisi se afasta da enunciação com a desembreagem enunciativa, com efeito de verdade objetiva, ela caracteriza o governo Temer como mal, como perverso. Esta qualificação, no entanto, vem como consequência das constatações dos dados: o governo contabiliza a Previdência pública juntamente com a do setor privado e não considera o conjunto da seguridade, o que resulta em déficit, logo, o governo é quem cria o déficit. Ela se afasta tanto do governo Temer quanto do PT (o governo do Lula, da Dilma também faziam essa contabilidade). A imagem que o enunciador (Gleisi) transmite, portanto, é a de um observador isento, que analisa os últimos governos e os compara; porém, o uso de adjetivos como “Perverso” denota uma aproximação do enunciador ao governo Temer (obviamente não para concordar, mas para se “empenhar enunciativamente” em desqualificá-lo).

Carlos Zarattini (texto 5). O discurso a seguir foi proferido pelo deputado em uma sessão solene dos partidos de oposição (PT, PCdoB, PDT, etc). Foi a “vigília contra a reforma da Previdência”, realizada em março de 2017, em que os partidos declaravam apoio às manifestações contra o governo Temer, sobretudo contra a reforma da Previdência proposta por ele.

Texto 5:

O povo brasileiro já entendeu, já percebeu que o objetivo principal desse governo é, exatamente, subtrair, roubar, levar embora os direitos tão duramente conquistados ao longo, não dos últimos treze anos só, mas dos últimos cinquenta anos. Uma luta do povo brasileiro que conseguiu fazer com que este país tivesse um mínimo de civilidade, e ainda assim, muito longe daquilo que nós merecemos, que o povo merece. Um país onde ainda hoje nós temos trabalho escravo, um país onde a gente vê que o governo tenta impedir a divulgação da lista das empresas que promovem o trabalho escravo em nosso país (...). É nessa situação que o governo propõe um golpe de morte, seja através de uma reforma trabalhista cujo objetivo é aumentar a exploração dos trabalhadores, fazendo com que trabalhem cada vez mais horas com cada vez menos direitos sociais, e ao mesmo tempo uma reforma previdenciária cujo objetivo é impedir que o povo brasileiro se aposente. Porque é óbvio que, não só a barreira dos sessenta e cinco anos é uma barreira bastante difícil de ser trans... suplantada, como também a barreira dos vinte e cinco anos de contribuição, num país onde mais da metade da população não tem carteira assinada, e portanto não contribui com a previdência social. Essa exigência, se for suplantada, se o trabalhador tiver os vinte e cinco anos de contribuição e os sessenta e cinco de idade, ainda pra obter cem por cento da sua aposentadoria, terá que contribuir por quarenta e nove anos! Ou seja, é uma situação onde as pessoas dificilmente vão chegar, não só o trabalhador da cidade, mas principalmente o trabalhador rural, o trabalhador do campo, o pequeno empreendedor, o pequeno agricultor, que vai ter que contribuir da mesma forma que contribui um trabalhador da cidade, com uma contribuição mensal, uma contribuição regular, independente se ele tá colhendo safra, independente se ele tem seca ou se tem enchente, vai ter que colaborar do mesmo jeito. É evidente que o trabalhador rural, que começa a trabalhar mais cedo que o trabalhador urbano dificilmente vai chegar aos sessenta e cinco anos de idade com a condição de se aposentar. Por isso, nós do PT resolvemos dizer não a essa reforma da previdência (...). (Zarattini, 14/03/2017, <https://www.youtube.com/watch?v=dteggkKRpimY>). (acesso em 29/06/2019)

Serão expostas aqui as debreagens juntamente com seus respectivos efeitos na veridicção do discurso:

Zarattini fala do povo brasileiro em terceira pessoa, e em alguns trechos, une-se ao povo com um nós inclusivo. Ele fala “muito longe do que nós merecemos” e logo depois, como um rápido acréscimo ou correção, diz: “que o povo merece”. Podemos ver que ele se aproxima da enunciação e, logo depois, se afasta. Isso deixa à mostra algo muito interessante: ao aproximar-se da enunciação (nós merecemos) ele poderia, talvez, causar ambiguidade, já que é deputado e isso poderia sugerir que ele, como deputado,

“merece” benefícios. Em todo caso, notemos aí, desde já, na enunciação, a ruptura entre papéis sociais – neste caso, governo e povo. O “nós merecemos” não foi seguido de “o povo merece” por acaso. Pelo contexto, já que ele fala das condições dos brasileiros, se ele tivesse dito apenas “que nós merecemos” o seu lugar de enunciação seria ou dentro o povo, como é comum na fala de sindicalistas (nós os trabalhadores), ou então o do povo + os deputados (os brasileiros em geral). Mas, ao reiterar “que o povo merece”, ele se exclui, ao menos enquanto deputado. Percebe-se, aqui também, a ruptura entre povo e governo no ato de enunciação. Ele se aproxima do PT usando o “nós” (nós do PT...) em alguns trechos, e em outros se aproxima do “povo”, “os trabalhadores” (...a gente vê que...)³⁰. Para falar do governo Temer, ele afasta-se usando a terceira pessoa (a gente vê que o governo...) o que o afasta da imagem negativa do governo. Na categoria de tempo, a enunciação projeta um presente estado de coisas, mas ele se reporta ao passado (os direitos conquistados ao longo dos últimos 50 anos), tendo o presente como consequência disso. O efeito é a projeção de uma trajetória. Um futuro é projetado, futuro de prejuízos e exploração para o povo, caso a reforma seja aprovada. Quanto ao lugar, há uma embreagem, pois a enunciação em primeira pessoa refere-se ao lugar do fenômeno descrito (um país **onde a gente vê** que...), o que deixa implícito um “aqui”. Mas ele recobre o “aqui” com um “lá” (um país onde...), o que dá o efeito de afastamento do lugar (um país onde ainda hoje nós temos trabalho escravo). Zarattini enuncia partindo do “aqui”, mas ao mesmo tempo, empurra para longe de si, com estranhamento, esse lugar negativo onde há miséria e exploração.

OAB (Texto 6)

³⁰ A constante (e talvez, inconsciente) exploração dessa divisão enunciativa “nós (Eu político + o povo) *versus* eles (o presente governo)” talvez seja uma característica peculiar do discurso político brasileiro. É certo que, nas democracias, é comum um candidato se colocar enunciativamente junto do povo, ‘afastando’ o seu adversário (nos EUA, por exemplo, uma frase de efeito de Obama foi “yes, we can” e uma de Trump foi: “let’s make America great again”). Mas no discurso político brasileiro parece que essa separação é bem mais que uma disputa entre dois partidos para representar o povo. Observemos que, no caso dos EUA, há uma pressuposição (“vamos fazer a América grande de novo” pressupõe que ela já foi grande e “eles” a desprestigiaram/diminuíram) sendo que o contexto restringe o “eles” de quem o candidato se afasta – “eles” são os democratas que estão concorrendo com “nós” os representantes da “grande América”. Mas, no Brasil, o “eles” que se refere ao governo, nos discursos contra a reforma, não parece estar muito claro; às vezes parece representar não exatamente Temer, não o PMDB ou outro partido específico que ocupa o cargo no presente, mas uma classe abstrata, antiga, sempre já lá (Lula diz: sempre foi assim...), e incompatível com o povo (seria o estamento burocrático no discurso?). Voltaremos a esse assunto mais adiante, no nível narrativo.

Esse discurso de abertura foi proferido por Claudio Lamachia, presidente da OAB (2016-2018) em um dos eventos promovidos pela instituição (março de 2017 em Brasília), em que foram reunidos representantes de várias instituições para debater o que poderia ser feito quanto às propostas do governo Temer.

Texto 6:

(...) Mas, acima de tudo, queridas mulheres, queridos homens, amigos advogados, cidadãos, sociedade brasileira, vamos dizer que todos nós queremos ver a caixa preta da previdência aberta! Queremos (aplausos) queremos desmistificar esta ideia de que há déficit na previdência, vamos provar e demonstrar que não há! Que a previdência é, sim, superavitária, e, portanto, nós precisamos exigir do governo que haja sim a abertura das contas para que, de forma transparente, todos nós possamos saber exatamente quais são os números e porque estão querendo nos impingir esse verdadeiro retrocesso com essa reforma, com essa PEC 287. Portanto, mais uma vez, agradecendo, em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a presença de todos, mas, acima de tudo, essa parceria que tivemos com todas as entidades da sociedade civil organizada, eu passo a palavra ao nosso conselheiro federal, presidente da comissão da Previdência Social, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Chico Couto. (Claudio Lamachia OAB, publicado em 17 de março de 2017 https://www.youtube.com/watch?v=cHsZPY88_jg, acesso em 11/12/2018).

Na categoria de pessoa, ele usa a primeira pessoa do plural, o nós inclusivo, aproximando-se do povo, da “sociedade civil organizada”, a quem ele se dirige com o vocativo (queridas mulheres, queridos homens, amigos advogados) com o efeito de aproximação do público. Na categoria de tempo, predomina o presente com projeção de um futuro iminente (vamos provar e demonstrar que não há). A expressão “esse verdadeiro retrocesso”, referindo-se à reforma, dá ideia de que há uma continuidade de progresso dos direitos, e que essa continuidade estaria ameaçada de retroceder. O enunciatário então é convidado a agir (precisamos agir, vamos desmistificar, vamos demonstrar, vamos exigir). Na categoria de lugar, a primeira pessoa pressupõe um “aqui”.

O enunciador, colocando-se junto ao enunciatário, transmite companheirismo (é como se ele dissesse: “eu estou do lado de vocês”). Com um nós inclusivo, o povo é convidado a “exigir” a abertura das contas (precisamos exigir...). O ato de “provar e

demonstrar” que não há déficit, que, pela enunciação, se propõe fazer em conjunto com o povo (nós vamos provar) coloca o enunciatário na condição de agente, o que dá o efeito de potência, de força, de capacidade (é como se dissesse “juntos nós vamos desmascarar o inimigo”). A manipulação se faz aqui por sedução, pois o enunciatário é colocado na posição de agente capaz de, junto com a OAB, desmascarar o governo.

Agora vejamos algumas características que os discursos contra a reforma apresentam em comum:

A projeção temporal de um presente durativo predomina, dando o efeito de descrição de uma situação presente. É comum também retroagir a um passado de exploração, lutas e conquista de direitos ou projetar um futuro iminente, também de luta contra a exploração, de enfrentamento ao governo e suas propostas.

Lula: *Tudo que eles querem, e sempre foi assim na história do Brasil, é tirar direitos dos trabalhadores.*

Zarattini: *O objetivo principal desse governo é, exatamente, subtrair, roubar, levar embora os direitos tão duramente conquistados ao longo, não dos últimos treze anos só, mas dos últimos cinquenta anos.*

OAB: *estão querendo nos impingir esse verdadeiro retrocesso com essa reforma.*

As projeções de tempo no discurso contra a reforma, ao apontarem para as lutas e direitos adquiridos no passado, podem referir-se tanto à constituição de 1988, em uma projeção de tempo mais pontual, como vimos no discurso de Fatoreli (Foi a principal conquista social), como também a faixas de tempo mais durativas, como os “últimos 50 anos” de Zarattini ou o “sempre foi assim na história deste país” de Lula, referindo-se a toda a história de lutas e aquisição de direitos trabalhistas e previdenciários.

Há também projeções de passado mais recente, seja para mostrar a diferença de governos, como Gleisi Hofman (o governo do Lula, da Dilma, também faziam essa contabilidade, também desconsideravam as receitas da seguridade, diziam que tinha déficit, mas nunca propuseram esse ajuste que está sendo proposto pelo governo de Michel Temer.) ou para citar dados previdenciários, como Denise Gentil (Entre 2004 e 2010 o gasto com previdência subiu muito por causa da taxa de correção do salário

mínimo, e a receita cresceu a taxas muito superiores à taxa de crescimento do gasto, certo? Porque a economia também crescia impulsionada por esse gasto).

Quanto ao lugar, predomina o “aqui”. O efeito é de concentração, foco na situação brasileira e suas peculiaridades.

Lula: *não houve um golpe neste país para favorecer os trabalhadores*

Zarattini: *Uma luta do povo brasileiro que conseguiu fazer com que este país tivesse um mínimo de civilidade*

Denise Gentil: *Então, o impulso recessivo externo foi reforçado por um ajuste fiscal recessivo interno; e aí nós tivemos uma desaceleração da economia.*

Ciro: *Quando o Brasil tinha 6 trabalhadores ocupados, tínhamos uma demografia de jovens.*

Vamos agora aos discursos a favor. Começemos com o então presidente Michel Temer (texto 7). O discurso que segue é a transcrição de um trecho do vídeo, divulgado no canal *TV Brasil Gov.* em outubro de 2017, em que Temer fala, diante da imprensa, fala sobre o déficit e sobre as condições da Previdência nos estados.

Texto 7:

Nós temos que por o dedo nessa ferida, não é? Este ano nós teremos... quase... quase cento e cinquenta bilhões de déficit da previdência social; os estados estão praticamente quebrados, fruto do quê? Da previdência social. Governadores têm me procurado e pedido auxílio, e mais do que auxílio eles querem incorporar-se, todos eles, numa tarefa, digamos assim, federativa, para dizer assim: vamos levar essa coisa para o congresso nacional, porque interessa à união, interessa aos estados federados e mais imediatamente, aos próprios municípios. (<https://www.youtube.com/watch?v=tiuA-6L693A> Acesso em 15/10/2019)

Na categoria de pessoa, Temer começa na primeira do plural (nós temos que por o dedo nessa ferida...), o que dá um efeito de aproximação ao enunciado. Mas certamente não seria uma aproximação entre povo e governo (pelo menos não objetivamente, considerando que os dados da Previdência continuam de difícil acesso e

entendimento): caberia pensarmos aqui se esse “nós” é exclusivo ou misto, ou seja, se ele se refere à classe política, que está “colocando o dedo na ferida”, ou seja, discutindo a reforma (seria então exclusivo), ou aos brasileiros como um todo (políticos ou não – “nós” misto), que iriam “por o dedo na ferida”, ou seja, aceitar o ‘acordo’ proposto trabalhar mais tempo com o aumento da idade mínima, etc.. para tornar o sistema equilibrado, sustentável. Mas se “pôr o dedo na ferida” se refere à ação de reformar a previdência, logo a expressão se refere ao governo, que é o sujeito ativo da reforma. Ele usa a terceira pessoa para falar da situação de crise do país, o que tem o efeito de afastamento e descrição de uma realidade objetiva (os estados estão praticamente quebrados...).³¹

Na categoria de tempo, predomina o presente durativo, com efeito de descrição da situação presente, e há uma projeção de futuro. Essa projeção é de urgência (eles querem incorporar-se em uma tarefa, digamos assim, federativa) (interessa mais imediatamente aos próprios municípios). Comparada aos outros discursos que serão citados aqui a favor da reforma, essa projeção de futuro enfatiza mais a resolução do problema da previdência do que uma calamidade possível. Ele projeta um futuro em que a solução é certa.

Quanto à categoria de espaço, há um “aqui” pressuposto, já que ele cita os municípios, estados e a federação como um conjunto.

Quanto ao contrato de veridicção, o discurso, na maior parte em terceira pessoa, dá ideia de tecnicidade, de afastamento e neutralidade. Ele está falando sobre uma realidade objetiva, sobre uma situação. Ao usar a primeira pessoa como objeto direto, e não como sujeito (governadores têm me procurado) Temer dá a entender que a reforma proposta não é arbitrária. É uma necessidade. Não há aproximação com o enunciário (o povo) ou com o assunto tratado (a previdência). Mas, ao mesmo tempo, expressões como “os estados estão **quebrados**” aproximam o discurso à linguagem coloquial. Ele

³¹ A sintaxe insegura de Temer ao usar a primeira pessoa do plural, com reticências pensativas de indeterminação (teremos... quase... quase...) intercalada por apelos de confirmação (não é?) contrasta bastante com a primeira pessoa enérgica da oposição (vamos desmentir...). Isso seria bastante interessante no sentido de identificar uma possível frouxidão na postura assumida pelo então presidente; no entanto por se tratar de um aspecto subjetivo, esta não é uma característica constante dos apoiadores da reforma; não é possível determinar a vagueza sintática como característica deste discurso.

poderia ter dito apenas os números, os dados, mas a linguagem coloquial aproxima o discurso da linguagem corrente da população. A expectativa, portanto, é que o enunciatário, “o povo”, se identifique com o enunciado e entenda que há um déficit, que a situação da Previdência não é boa e precisa ser mudada.

Kim Kataguiiri (MBL) (texto 8). Kim Kataguiiri, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), movimento de tendência neoliberal, fala sobre o déficit previdenciário. O trecho que segue foi publicado no canal do MBL no *youtube*.

Até aqui já deu pra entender que a coisa tá feia, certo? Errado. O negócio tá ainda pior. Pra vocês terem uma ideia, se a previdência não for reformada, daqui a vinte anos, mesmo que o governo acabe com o SUS, com o Bolsa Família e com o FIES, esse dinheiro ainda não vai ser suficiente pra pagar o rombo da previdência. Esse é o verdadeiro tamanho do problema. (Kim Kataguiiri).(https://www.youtube.com/watch?v=EJO_MNtKjDc&t=111s > acesso em 30/09/2019)

Ele fala sobre a previdência em terceira pessoa, dando o efeito de objetividade (debreagem enunciativa). Fala também para a segunda pessoa do plural, em debreagem enunciativa, aproximando-se do público (pra vocês terem uma ideia). Quanto ao tempo, ele usa o presente durativo, tendo o efeito de descrição de um estado de coisas (a coisa tá feia). Há também a projeção para um futuro de crise, de falta de dinheiro. O lugar fica pressuposto: lá.

Quanto ao contrato de veridicção, ou seja, à relação enunciator - enunciatário, observemos o seguinte: depois de ter apresentado alguns dados sobre o déficit nos últimos anos, Kim começa com uma aparente quebra de expectativa que aumenta o impacto da notícia do déficit: *Até aqui já deu pra entender que a coisa tá feia, certo? Errado. O negócio tá ainda pior.* A expressão “certo?”, após afirmações, pode servir para confirmar a adesão do enunciatário àquilo que foi dito antes, pressupondo que enunciator e enunciatário estão de acordo sobre essa afirmação. Denise, a primeira economista que analisamos, usou essa expressão - *a receita cresceu a taxas muito superiores à taxa de crescimento do gasto, certo?*. No caso de Kim, porém, o impacto vem pelo enunciado seguinte: *“Errado. O negócio tá ainda pior”*. Observemos aí duas quebras de expectativa: pelo que havia sido dito, esperava-se concordar que a previdência não teria dinheiro para pagar os aposentados - *já deu pra entender que a*

coisa tá feia, certo?- a expressão “errado” quebra inicialmente essa expectativa de concordância, contrariando-a, mas depois volta à afirmação da crise, desta vez com intensificação – *ainda pior* - não seria somente a falta de dinheiro para a Previdência, mas faltaria dinheiro para o SUS e o Bolsa Família. Essa dupla quebra de expectativa, com efeito de pequena surpresa, dá impacto ao discurso, à situação de crise, de urgência da reforma, além de tornar o discurso mais dinâmico e informal (o MBL tem adesão principalmente de jovens). A persuasão aqui se dá por intimidação, já que o enunciário é projetado em situação de risco, de perigo.

Alan Ghani (economista) – Texto 9:

O texto seguinte é um breve artigo publicado no site do economista Alan Ghani, doutor em administração e bacharel em ciências econômicas. Não se trata, portanto, de uma apresentação oral, informal, como no texto anterior, ou de disputa política explícita como no caso dos deputados ou de Lula (mas nem por isso deixa de ter certo teor político). Quanto à forma de argumentação, poderíamos assemelhá-lo mais à exposição de Samuel Pessoa e Denise Gentil. É a palavra do especialista, daquele que estuda o assunto.

Texto 9:

Mas está cada vez mais difícil fechar essa conta, e se nada for feito em relação à previdência, em um futuro próximo, o governo (a sociedade) não terá dinheiro para pagar os aposentados, e milhares de pessoas irão para a miséria. Para que o governo continue a pagar os aposentados por meio das contribuições e tributos, é necessário diminuir o déficit da previdência. A ideia é que as pessoas se aposentem mais tarde, para que a conta da previdência se torne sustentável e garanta a continuidade do sistema para as novas gerações. Caso contrário, o governo não terá mais dinheiro para fechar a conta e pagar as aposentadorias.

(<https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/e-contr-a-reforma-da-previdencia-entao-toma-aqui-uma-aula-gratis-de-economia/> > acesso em 20/10/2019).

Na categoria de pessoa, Alan enuncia em terceira pessoa - debreagem enunciativa – tendo o efeito de afastamento da enunciação, de descrição da realidade. Predomina o tempo presente, de aspecto durativo, com efeito de descrição de uma situação presente

(está cada vez mais difícil fechar essa conta) e projeção para um futuro pior, de agravamento da crise (em um futuro próximo, o governo não terá dinheiro (...)). Quanto ao lugar, a enunciação pressupõe um “lá”.

Quanto à veridicção, o elemento persuasivo mais frequente é o tom de urgência e a expectativa de agravamento da situação. Esse efeito é produzido pelas debreagens de tempo, com a combinação de um presente durativo a um futuro durativo próximo (se nada for feito... em um futuro próximo...). O afastamento em relação ao assunto, pelo uso da terceira pessoa, dá o efeito de objetividade e consequente dificuldade de questionamento. Mas há um ponto que merece nossa atenção: Ele diz “a ideia é que as pessoas se aposentem mais tarde”. Expressões como “fazer as pessoas se aposentarem mais tarde”, se não forem suavizadas por algum tipo de eufemismo (e esta não foi), podem lembrar as colocações do discurso contra. Lula, por exemplo, disse “estão tentando fazer com que o trabalhador tenha mais dificuldade de se aposentar”. A projeção do governo como o agente que “faz o povo trabalhar mais”, que “faz com que o povo tenha dificuldade...” poderia ser atenuada por construções como “fazer alguns ajustes”, “adaptar a previdência à longevidade, à melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Mas consideremos as particularidades dos gêneros trata-se de um artigo num site, diferente de um pronunciamento de um candidato. O enunciador, portanto, não se candidata a resolver o problema, não oferece algo desejável e nem projeta a imagem do enunciatário como capaz de resolver; ou seja, enquanto destinador, Alan não manipula o destinatário por sedução ou tentação, mas apresenta o perigo da crise: manipula por intimidação.

Quase o extremo oposto do texto anterior quanto ao estilo de argumentação, o excerto seguinte (texto 10) é um pronunciamento do deputado federal Arthur Maia, do Partido Popular Socialista (PPS). Maia foi o relator da reforma da Previdência no governo Temer, e nessa sessão na Câmara, em presença de aliados e opositores, ele discursa sobre a postura sua e de seu partido em comparação com a oposição.

Texto 10:

Arthur Maia - Todos aqui certamente já viram, palavra do presidente Lula, defendendo a reforma da Previdência Social, dizendo da necessidade de se fazer a reforma da previdência

social; discursos da presidente Dilma, dizendo da necessidade de fazer uma reforma da Previdência Social. Qual é a diferença entre eles e nós? A falta de coragem! Quero dizer, com toda clareza, presidente, que a reforma da Previdência significa justamente a demonstração daqueles que separam a ideia de entender que o país precisa de uma reforma, mas não a fazem por uma questão populista, e aqueles que enfrentam com coragem, com determinação e com verdade, as necessidades que o Brasil tem. (<https://www.youtube.com/watch?v=YFIBhJ75UsY> Acesso em 21/10/2019).

Maia enuncia em primeira pessoa do singular, e do plural, quando ele fala de si (quero dizer...) ou de si e seu partido em oposição aos outros (entre eles e nós); a desembreagem, portanto, é enunciativa – o efeito é de proximidade com o enunciado, o discurso torna-se mais passional. Quanto ao tempo, ele retroage aos governos anteriores, de Dilma e Lula, para compará-los ao presente governo, como Gleisi Hofman fez, porém ele projeta uma imagem negativa dos governos anteriores, e chega ao presente durativo, em que ele e os aliados estão fazendo o que os governos anteriores deveriam ter feito. O lugar pressuposto é “aqui”.

A aproximação de Maia foi no sentido de comparar-se com o adversário. Maia e o seu partido, e aliados, são corajosos e responsáveis, pois fazem aquilo que é necessário no momento, e por outro lado, O PT e a oposição são populistas irresponsáveis, pois sabiam que a previdência era deficitária e não fizeram as reformas. Observemos que o “nós” de Maia diz respeito ao seu partido, em oposição a “eles” (a oposição). O povo é colocado em terceira pessoa, mas metonimicamente (as necessidades que o Brasil tem). Poderíamos dizer que esse afastamento do povo deve-se à situação comunicativa, já que Maia fala aos deputados e o destinatário projetado pelo discurso é, portanto, a própria classe governante. Porém, o deputado Zarattini, que vimos anteriormente, fala no congresso, dirigindo-se também aos deputados, mas em seu discurso se alternam o nós inclusivo e o exclusivo; ele aproxima o povo a si na enunciação. Então, por que Maia não usa a primeira pessoa também, projetando-se junto ao povo contra a oposição? Ele não busca adesão da população? Os contratos estabelecidos pelo discurso a favor da reforma certamente são outros. O enunciador aqui se projeta como alguém sensato, que não é populista, ou seja, não deixará de fazer as reformas necessárias só para parecer agradável ao povo. A manipulação de Maia é, primeiro, por sedução (eles são corajosos, verdadeiros) e, subentende-se, por

intimidação, já que a reforma é uma “necessidade do país”, ou seja, tem que ser feita sob o risco de agravamento da crise.

Assim como Maia, mais recentemente (Abril de 2019) o deputado Marcel Van Hattem (texto 11) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), defende a aprovação da reforma e critica os que são contra. Mas a argumentação de Van Hattem tem algo de diferente. Ele parece se apropriar de um modo de argumentação característico dos opositores: a denúncia da desigualdade:

Texto 11:

Estamos aqui discutindo a constitucionalidade da PEC da reforma da Previdência. E a constituição da República Federativa do Brasil, que já é conhecida como a segunda maior do mundo, e que, aliás, foi ampliada em 44% com as emendas já feitas desde 1988, é pródiga em direitos, mas carece de deveres. Isso é voz corrente. Mas é importante também lembrar que muitos dos direitos que são defendidos por aqueles que falam que estão do lado dos mais pobres, na verdade, são privilégios para os mais ricos. E eu vou tentar demonstrar isso por meio das estimativas da secretaria da política econômica, quando dividiu a população brasileira em cinco quintis, ou seja, dividiu 100% da sociedade brasileira em cinco quintis de 20% cada um, para mostrar para onde foram os gastos da Previdência. (...) Este é o sistema desigual que nós estamos enfrentando aqui neste parlamento. Tem que mudar! Não é possível continuar desse jeito! E aqueles que dizem que defendem os mais pobres continuar a defender um sistema que gasta mais com previdência três vezes o que se gasta com Saúde e Educação! Que gasta com os mais ricos quarenta e um por cento, e com os mais pobres, três por cento. Tem que mudar! Quem não defende está fazendo a defesa dos mais ricos e deixando os mais pobres a continuar com os míseros três reais que hoje recebem da previdência atual. Não tem outra saída e é por isso que queremos votar o quanto antes na reforma da Previdência.

(<https://www.youtube.com/watch?v=dL0dWKceHBA>)

Van Hattem usa a primeira e terceira pessoa, ou seja, desembreagem enunciativa e enunciva. A primeira pessoa aparece em expressões de tom mais enérgico (nós estamos enfrentando aqui neste parlamento). E a terceira pessoa dá ideia de objetividade, de verdade. É ele quem vai tentar demonstrar a injustiça do sistema, mas o fará através dos dados (gasta com os mais ricos quarenta e um por cento, e com os mais pobres, três por cento). Na categoria de tempo, há o presente durativo, mas com duas

projeções do passado: uma de um fato passado recente, pontual, para citar a estatística da Secretaria, e outra de um passado contínuo, durativo, que se refere à constituição de 1988 e sua trajetória que chega à situação presente (já é conhecida como a segunda maior do mundo, e que, aliás, foi ampliada em 44% com as emendas já feitas desde 1988, é pródiga em direitos, mas carece de deveres). Quanto ao lugar, o “aqui” não está implícito como nos discursos anteriores: ele menciona o “aqui” (parlamento) – estamos aqui discutindo (...) - Ele também se refere ao Brasil em comparação com o mundo – a segunda maior constituição do mundo.

Assim como Maia no discurso anterior, Haten mostra-se como alguém que tem coragem de enfrentar o adversário, alguém prudente, em comparação com o adversário. O “nós” dele é exclusivo: ele e o partido (Este é o sistema desigual que nós estamos enfrentando aqui neste parlamento. Tem que mudar!). Haten não persuade por se projetar junto ao povo, mas por se projetar contra o populismo (aqueles que dizem que defendem os mais pobres continuar a defender um sistema...).

Observemos algumas características gerais:

Nos discursos a favor da reforma, as debreagens de tempo focam no presente durativo, com o efeito de descrição de uma situação:

Kim Kataguirí : *A coisa tá feia*

Alan Ghani: *Está cada vez mais difícil fechar essa conta*

Marcel Van Haten: (...) *um sistema que gasta mais com previdência três vezes o que se gasta com Saúde e Educação!*

Com base nesse presente, projeta-se um futuro iminente de crise, com o efeito de urgência (da reforma)

Marcel Van Haten: (...) *queremos votar o quanto antes /se não aprovarmos...*

Alan Ghani: (...) *se nada for feito em relação à previdência, em um futuro próximo...*

Projeta-se também o passado, pontual, no caso dos dados – O censo da Secretaria, as estatísticas, etc.. E o passado durativo, referindo-se às deficiências e/ou injustiças do sistema adotado em 1988. A persuasão se dá mais por intimidação ou provocação: há a ameaça da crise se a reforma não for feita, e há uma provocação ao adversário, que, diz-se, não quer fazer uma reforma por ser “covarde” e “populista”.

Comparemos agora as características gerais identificadas nos discursos pró e contra:

Enquanto o discurso contra a reforma projeta um passado durativo de exploração (os últimos 50 anos / sempre foi assim na história deste país), o discurso pró-reforma projeta um passado, também durativo, mas que geralmente não abarca “50 anos” como Zarattini ou o “sempre foi assim” como Lula, sendo mais comum a projeção de um passado mais recente, que visa mostrar os problemas do sistema previdenciário adotado – “desde a constituição de 1988”. As projeções do passado mostram algumas características importantes, tanto do discurso “pró” como do “contra”: A visão de um passado de lutas e de aquisição de direitos, e da presente luta contra o “retrocesso” projeta-se em uma continuidade temporal que se estende até o “agora”. Sabe-se que essa perspectiva de que a sociedade é aperfeiçoada no tempo pela luta por direitos caracteriza o pensamento chamado “progressista”. O pensamento progressista entende a sociedade em termos de luta de classes. Talvez por isso às vezes não se especifique o “eles”, a quem “nós” nos opomos, como sendo exatamente o governo Temer (o “eles” parece referir-se tanto ao governo Temer quanto aos empresários, capitalistas e antigos exploradores na história do Brasil). A temporalização do discurso pró-reforma, por sua vez, não parece mostrar uma continuidade de “progresso”, mas sim a identificação de problemas mais pontuais que precisam ser resolvidos e a previsão de crises que podem ser evitadas, sem que se construa, nas projeções do passado, um nexos entre os fatos que dê aquela ideia de progresso contínuo de aquisição de direitos. Sobre os contratos de veridicção, o discurso “pró-reforma” persuade por sedução, intimidação e provocação (somos corajosos, verdadeiros /se não fizermos a reforma, não terá dinheiro pra Saúde/ eles são covardes, não fazem a reforma para não parecerem impopulares), enquanto o discurso “contra”, por sedução e tentação (vamos desmascarar o governo/ permaneça com seus direitos). Quanto ao espaço, os ‘pró-reforma’ geralmente tendem a uma generalização em que se busca conclusões dedutivas do tipo “na china, no Japão (em todo lugar) é assim, logo, no Brasil também”. Já o discurso contra a reforma parece basear-se mais nas especificidades do Brasil, o que segue o percurso contrário do anterior: (se no Brasil não é assim, logo, não é assim em todo lugar).

4.2 Nível narrativo:

Serão analisados agora os esquemas narrativos de cada um. Depois de mostrar os programas narrativos e seus efeitos passionais, primeiro os “contra” e depois os “a

favor”, veremos como eles se revestem de temas no nível discursivo. Neste nível os dois serão colocados juntos de modo a podermos compará-los e ver suas particularidades no desenvolvimento dos temas.

Discurso contra:

(...) Então, os trabalhadores têm que saber de uma coisa, não houve um golpe neste país para favorecer os trabalhadores, e nem as pessoas querem fazer uma reforma pensando em ajudar os trabalhadores. Tudo o que eles pensam - e sempre foi assim na história do Brasil - é tentar tirar direito dos trabalhadores. (...) não tem coragem de propor um aumento de imposto pros ricos pagar mais, inclusive os exportadores de commodities. (Lula, Texto 3)

(...) o objetivo principal desse governo é, exatamente, subtrair, roubar, levar embora os direitos tão duramente conquistados ao longo, não dos últimos treze anos só, mas dos últimos cinquenta anos. Uma luta do povo brasileiro que conseguiu fazer com que este país tivesse um mínimo de civilidade, e ainda assim, muito longe daquilo que nós merecemos, que o povo merece. (Zarattini, texto 5)

(...) Entre 2004 e 2010 o gasto com previdência subiu muito por causa da taxa de correção do salário mínimo, e a receita cresceu a taxas muito superiores à taxa de crescimento do gasto, certo? Porque a economia também crescia impulsionada por esse gasto. O que desacelera depois, e faz as receitas caírem, é exatamente o governo tentar fazer um ajuste fiscal num momento em que a economia externa entrou em recessão. (Denise Gentil, texto 1.1)

- 1- O presente governo (junto com os ricos)
- 2- A riqueza
- 3 - O povo
- 4 – A aposentadoria (mais precisamente o dinheiro do INSS).
- 5 – Passividade

O actante sujeito “povo” entra em conjunção com o actante objeto “aposentadoria”, alterando seu próprio estado. O actante sujeito “governo” está em conjunção com o actante objeto “riqueza”. O estado de ambos é de disjunção com o objeto “trabalho na velhice”. O sujeito “governo” deseja o objeto “aposentadoria”.

Como ambos estão em relação com um mesmo objeto (o povo o tem e o governo o deseja), temos um sujeito (o povo) e um antissujeito (o governo) constituídos assim (sujeito e antissujeito) por essa relação: o povo em conjunção com a “aposentadoria” e o governo, em disjunção³².

O objeto “aposentadoria” está revestido de valor positivo, desejável para o povo, relacionado a “descanso, direito, justiça, recompensa justa”. O objeto “riqueza” está revestido também de valores positivos, desejáveis “prosperidade, conforto, prazer”. O objeto “trabalho na velhice” está revestido de valores negativos como “sofrimento, humilhação, cansaço, injustiça”. O governo então tenta colocar o povo em conjunção com o valor modal “passividade”. Este valor torna o povo apto a renunciar a aposentadoria, e o governo então lhe privará dela. É um contrato: O governo manipula o povo por intimidação: se o povo não se tornar passivo e renunciar à aposentadoria, haverá uma crise, ou seja, não terá mais dinheiro para ninguém. Será um caos.

O desejo do governo de privar o povo da aposentadoria e colocá-lo em conjunção com a “passividade” gera a tensão principal; o efeito é de risco, de perigo e temor. Considerando que o governo propõe este contrato enquanto ele mesmo está em conjunção com a riqueza (e o destinatário “povo” em disjunção), temos alguns efeitos importantes: primeiro, a ameaça de que o dinheiro vai acabar contrasta com a riqueza do governo e a falta dela no povo. O governo, já tendo a riqueza, quer também a aposentadoria do povo não rico. Essa tensão caracteriza o governo como perverso, injusto, e, se observamos isso num nível mais abrangente (envolvendo o narrador – a oposição -, que produz a narrativa, e o narratário – o cidadão - para quem a narrativa é exposta), geralmente a exposição dessa tensão induz este à ira - Aristóteles, na Retórica, já observava que uma das causas da indignação é a percepção da injustiça e da injúria. Ele dá o exemplo literário do personagem Aquiles Irado: *“desonrou-me, pois arrebatou-me e ficou com a minha recompensa, como a um desterrado privado de*

³² É importante esclarecer que “aposentadoria” com a qual o “governo” está em disjunção é a do INSS. É a aposentadoria dos pobres, o dinheiro dos pobres. O governo está em conjunção com a “riqueza”, que pode aparecer nos níveis subsequentes como outras formas de aposentadoria no Regime Próprio, como aposentadoria dos ricos, dos deputados e juizes, e do presidente.

honra". ³³ O narratário, irado com o governo, deve rejeitar a proposta e votar na oposição.

Dos trechos que foram colocados acima, o de Denise Gentil (texto 1.1) pode parecer não se enquadrar nas características do de Lula e de Zarattini. Gentil não diz explicitamente, pelo menos não nessa análise econômica que ela faz, que o governo quer prejudicar os trabalhadores, que quer tirar direitos, que é perverso. Enquanto economista, sua fala é mais ‘técnica’. Explico com um exemplo: em vez de dizer, como Lula, que o governo quer tirar direitos, que quer prejudicar os trabalhadores, ela diz que “*O que desacelera depois, e faz as receitas caírem, é exatamente o governo tentar fazer um ajuste fiscal num momento em que a economia externa entrou em recessão*”.

A diferença entre a fala de Denise e a dos políticos já citados vai aparecer apenas num revestimento posterior, o do nível discursivo, que começa na enunciação que já analisamos. No nível narrativo, porém, é possível gerar este discurso de Denise, como um todo, pelo mesmo esquema narrativo que gera o de Lula e de Zarattini: em um momento de recessão econômica, ou seja, de falta de riqueza para a população, o governo propõe um **ajuste fiscal**. Em que consiste isso? Consiste em redução de gastos, contenção do dinheiro que iria para o povo. Consiste em fazer a reforma da Previdência. Temos novamente os actantes: o governo, a riqueza, o povo e a aposentadoria. O actante “trabalho na velhice” pode ser recuperado em outros trechos como quando ela diz que as estatísticas da PNAD superestimam o envelhecimento da população e que a reforma proposta vai piorar a qualidade de vida no Brasil.

Resumindo, temos os seguintes programas narrativos:

1. O sujeito “povo” entra em conjunção com o objeto “aposentadoria”. Ele altera o seu próprio estado - *Uma luta do povo brasileiro que conseguiu fazer com*

³³ Um exemplo narrativo que também ilustraria muito bem este efeito passional do discurso contra a reforma da Previdência seria, na Bíblia, a parábola que o profeta Natã narra ao rei Davi: um homem rico, que tinha muitos rebanhos, rouba a única cordeira de um homem pobre, a cordeira que ele criara dentro de casa com sua família. Ele mata-a e prepara um banquete para as visitas (2 Samuel cap. 12). O profeta pergunta o que se deveria fazer com tal homem, e o rei fica tão profundamente indignado que, na pressa em punir tal perversidade, inverte a ordem lógica na pronúncia das duas penas: diz que o homem rico deve morrer, e depois, que deve devolver o quádruplo do que roubou. O efeito passional produzido no narratário pela injúria e injustiça, de fato, é bastante intenso.

que este país tivesse... É um programa de performance, pois os valores são descritivos. A aposentadoria é a finalidade última do povo neste programa, é um objeto de valor descritivo.

2. O governo deseja a aposentadoria do povo. Para isso, ele precisa colocar o povo em conjunção com o valor “passividade”, que portanto é um valor modal. A passividade tornará o povo apto a renunciar a aposentadoria, e então o governo poderá tomá-la. É um programa de competência, que antecede um possível programa de performance, que neste caso será de privação ou espoliação.

Discurso a favor:

Qual é a diferença entre eles e nós? A falta de coragem! Quero dizer, com toda clareza, presidente, que a reforma da Previdência significa justamente a demonstração daqueles que separam a ideia de entender que o país precisa de uma reforma, mas não a fazem por uma questão populista, e aqueles que enfrentam com coragem, com determinação e com verdade, as necessidades que o Brasil tem. (Arthur Maia, texto 10)³⁴

O Estado arrecada 1.3 trilhão de reais, o governo federal. 56% desses recursos já vão para aposentados e pensionistas que são quarenta milhões de brasileiros, em 200 milhões de brasileiros. 40 milhões recebem 56% dos recursos federais - números do ministério do Planejamento e da União. Desses 40 milhões de brasileiros, 10% recebem 75% dos recursos, e 1 milhão de brasileiros recebe 11% da arrecadação federal. Então esse modelo não funciona. (Lohbauer, texto 2.1)

Este é o sistema desigual que nós estamos enfrentando aqui neste parlamento. Tem que mudar! Não é possível continuar desse jeito! E aqueles que dizem que defendem os mais pobres continuar a defender um sistema que gasta mais com previdência três vezes o que se gasta com Saúde e Educação! Que gasta com os mais ricos quarenta e um por cento, e com os mais pobres, três por cento. Tem que mudar! (Van Hatén, texto 11).

³⁴ Não esqueçamos que se trata da transcrição de um pronunciamento oral e, como tal, podem ocorrer alguns desvios gramaticais, vícios, falta de coesão, que são pouco percebidos se não forem transcritos.

O esquema narrativo aqui apresenta como actantes:

1. O governo anterior (não necessariamente a presidente Dilma, mas os partidos de oposição, junto com ‘os privilegiados’ ou ‘ricos’).
2. O voto
3. O povo
4. A riqueza
5. A pobreza

O actante sujeito povo está em conjunção com o actante objeto pobreza. A pobreza está investida de valor negativo (escassez, carência, impotência). O governo anterior está em conjunção com a riqueza, que por sua vez está investida de valor positivo (abundância, conforto, poder). Há um contrato bem sucedido em voga (com manipulação, ação e sanção) que define este presente estado dos actantes: o governo anterior manipulou o povo, para que lhe colocasse em conjunção com o objeto “voto” (investido do valor modal “poder”), e fez isso por tentação, oferecendo-lhe riqueza (ou seja, propondo colocá-lo em conjunção com os valores positivos que a investem), e livrando-o da pobreza.

Quando o povo votou, dando-lhe a competência necessária para realizar a transformação³⁵, o governo, além de não realizar a ação prevista, toma para si a riqueza, fica em conjunção com ela, deixando o povo em conjunção com o valor negativo temido – a pobreza. Isso é o bastante para caracterizar o governo como enganador e trapaceiro. Há, portanto, uma quebra de contrato, quebra de expectativa. Possíveis efeitos dessa quebra de expectativa são a decepção, desgosto³⁶ e, naturalmente, a ira pela exploração, como já vimos com Aristóteles. O governo, que prometeu ajudar o povo, deixa-o pobre e fica com a riqueza.

³⁵ Do ponto de vista do manipulador “governo”, “colocar o povo em conjunção” com a riqueza é uma sanção ao povo, por ter realizado a ação proposta (votar nele não deixa de ser um ‘fazer’). Já do ponto de vista do povo, que deu a competência ao governo, “tirar da pobreza” seria uma ação, e a ela se seguiria a sanção, do próprio povo, aprovando ou desaprovando a administração.

³⁶ Um exemplo clássico dessa quebra de expectativa com efeito passional de desgosto em um esquema narrativo pode ser encontrado em um dos sonetos de Camões, “sete anos de pastor”. O pastor Jacob trabalhava para o pai de Raquel, confiando em sua palavra de que lhe daria ela em casamento, ao fim de sete anos de serviço: - “os dias na esperança de um só dia/ passava, contentando-se com vê-la;/porém o pai, usando de cautela,/em lugar de Raquel lhe dava Lia./ Vendo o triste pastor que, com enganos,/ lhe fora negada Raquel, sua pastora,/ como se não a tivera merecida/ começou de servir mais sete anos (...).

Assim como no discurso contra, no ‘a favor’ há também as falas mais ‘técnicas’, como a de Lohbauer (texto 2.1), citada no início. Observemos que ele não diz explicitamente que o governo toma o dinheiro para si e seus privilegiados, que enganou o povo. Ele cita números:

Desses 40 milhões de brasileiros, 10% recebem 75% dos recursos, e 1 milhão de brasileiros recebe 11% da arrecadação federal. Então esse modelo não funciona.

Ou seja, no discurso mais técnico, como o de Lohbauer, temos os mesmos actantes e o mesmo esquema narrativo dos discursos mais passionais como o de Van Hatén (texto 11):

Este é o sistema desigual que nós estamos enfrentando aqui neste parlamento. Tem que mudar!

Observemos que aqui a aposentadoria ou previdência não apareceu como actante. Não apareceu porque vamos achá-la no nível da relação narrador (o novo governo) – narratário (o cidadão). Este, decepcionado e irado com o governo anterior, deve aceitar a proposta de reforma da Previdência como meio de tirar a riqueza do governo dos ricos e dá-la ao povo.

Resumindo, temos os seguintes programas narrativos:

1. O governo deseja a riqueza, mas não tem o poder de consegui-la. Manipula o povo para lhe dar o voto, objeto que lhe dará o valor modal “poder”, oferecendo-lhe como recompensa (sanção) a riqueza e a disjunção com a pobreza. É um programa de competência.
2. Sendo bem sucedido o contrato, o governo, já com o valor modal “poder”, entra em conjunção com a riqueza. O povo permanece no mesmo estado: em conjunção com a pobreza e disjunção com a riqueza. É um programa de performance.

Embora muito diferentes, os esquemas narrativos dos discursos “contra” e “a favor” apresentam tensões que produzem efeitos passionais semelhantes: ira, desgosto, revolta contra o governo explorador, contra uma elite. Seja por que quer roubar a aposentadoria dos pobres, seja por que o engana e mantém na pobreza.

4.3 De volta ao nível discursivo: o desenvolvimento dos temas

Vejamos agora como esses programas narrativos dos dois discursos ficam transformados em temas ao entrarem no nível discursivo:

No discurso contra, a partir dos seus dois programas narrativos já citados, podemos gerar dois temas (poderiam ser mais de dois, mas estes me parecem reger os outros possíveis):

1. A luta do povo por direitos.
2. A exploração do povo.

Esses temas podem aparecer revestidos por figuras: o tema da exploração pode aparecer concretizado na figura do trabalhador: “o trabalhador do campo, o pequeno empreendedor, o pequeno agricultor” (Zarattini, texto 5), em estatísticas, na lista das empresas que promovem o trabalho escravo, na proposta de reforma da Previdência. A luta por direitos pode aparecer figurada na aposentadoria enquanto direito conquistado; pode concretizar-se como um partido (o PT, o Psol, etc...); pode aproximar-se da concretude por meio da sinestesia: “direitos tão **duramente** conquistados”. De qualquer forma, não podemos dizer que é um discurso predominantemente figurativo, pois se trata de argumentação explícita sobre os temas.

No discurso a favor, os dois programas narrativos citados podem gerar pelo menos dois temas principais:

1. O populismo.
2. A exploração do povo.

O tema do populismo pode se concretizar nos partidos de oposição (os que se dizem a favor dos mais pobres). O tema da exploração pode se concretizar no atual sistema previdenciário (atual para eles em 2017), nos números sobre a porcentagem de dinheiro que vai para cada classe. Na maioria dos casos, os temas não são revestidos por figuras. É um discurso menos figurativo do que o “contra”. Ambos são predominantemente temáticos, mas o “a favor” é mais temático que o “contra”.

No discurso ‘contra’, o tema da ‘luta do povo por direitos’ é desenvolvido a partir daquele programa narrativo de performance do povo em relação a si mesmo. O tema da exploração do povo é gerado pelo programa narrativo de competência em que o governo quer tornar o povo passivo para privá-lo da Previdência. O contrato que o governo propõe ao povo reveste-se como uma proposta governamental: é a reforma da Previdência. O actante “governo” torna-se mais de um ator: O presidente, os aliados e os empresários ricos. Em alguns discursos, aparecerá de forma mais clara (O governo Temer) e outras, de forma mais indeterminada (os ricos, os governantes exploradores). O governo afirma que, se esta reforma não for feita, a crise se agravará e não haverá mais dinheiro para saúde, educação, nem para a Previdência.

No discurso ‘a favor’ o actante ‘governo anterior’ é revestido e torna-se, também, mais de um ator: Van Hatten (texto 11) fala sobre “aqueles que se dizem a favor dos mais pobres”. É a oposição ao governo Temer, o que inclui o PT (partido do governo anterior) e partidos aliados (Psol, PSB, PCdoB, PDT e, de modo geral, aqueles que se opuseram ao governo, como a instituição OAB). O tema do populismo é gerado a partir daquele programa narrativo de competência, em que o governo conquista o povo por sedução, prometendo tirar-lhe da pobreza e enriquecê-lo. O Tema da exploração do povo vem do programa narrativo de competência, em que o governo fica com a riqueza para si e o povo permanece na pobreza.

Capítulo 5: Revendo a hipótese inicial

A hipótese apresentada anteriormente, a de que a ruptura entre o povo e os seus representantes é realizada pelo discurso, encontra aqui alguns problemas.

A Semiótica nos mostra, como já vimos com Diana Barros, que os fenômenos sociais são determinados pelo discurso que lhes dá significação, mas ela também leva em conta que o discurso não é independente de certas condições em que é produzido. Pela enunciação ela articulou estas duas instâncias numa perspectiva semiótica. Se considerássemos somente a primeira delas, ou seja, a de que o discurso determina os fenômenos sociais, pela análise que já foi feita das categorias de tempo, espaço e pessoa chegaríamos a uma conclusão semelhante à de Edilene Fernandes em “A palavra do presidente” (2011), a de que há um discurso que se aproxima do povo pela enunciação e

outro que se mantém à distância. Isso ficou bastante claro principalmente nos discursos mais explicitamente políticos. No entanto, tematicamente, ambos são discursos contra os privilegiados e a favor dos excluídos; tanto os “pró-reforma” (*gasta com os mais ricos quarenta e um por cento, e com os mais pobres, três por cento. Tem que mudar!* - Marcel Van Hatén) como os “contra”: (*esse ajuste que está sendo proposto pelo governo de Michel Temer, que é um ajuste sobre os que ganham menos, é um ajuste sobre os trabalhadores* – Gleisi Hofman) parecem buscar assumir o mesmo papel de opositor a uma minoria privilegiada.

Temos então um problema para a primeira hipótese: se o patrimonialismo é um sistema de exclusão, que, enquanto fenômeno social, é determinado e até realizado pelos discursos, como isso poderia acontecer em enunciados que se colocam justamente contra essa exclusão, a favor dos excluídos? É contraditório. Mas há também aquela segunda consideração de Barros, para lembrar-me de não ignorar as condições de produção, ainda que trabalhando na imanência do texto³⁷. As “condições de produção” da política brasileira que é necessário lembrar aqui seriam as seguintes: nosso sistema de representação, como já vimos na contextualização, é o presidencialismo de coalizão, que é proporcional e pluripartidário. Vimos também como esse sistema é uma faca de dois gumes, que, se por um lado permite a convivência dos partidos contraditórios, por outro pode servir para o desgaste da própria democracia ao mitigar os ideais partidários assumidos pelo presidente eleito (e pelos partidos em geral) e uni-los todos em uma espécie de Cama de Procusto³⁸, amputando possíveis ‘arestas’ (leia-se: os principais ideais que unem aos partidos os respectivos segmentos sociais que eles pretendem representar). Em um país marcado há séculos pela ruptura entre o povo e a classe governante, como vimos com Faoro, o resultado parece bastante previsível.

³⁷ A imanência da Semiótica frente à questão das condições de produção será retomada e melhor explicada mais adiante. Aqui eu estou passando brevemente pelo assunto, de novo, só para retomar a contextualização e resolver um problema com a minha hipótese. Parece que essa questão está abrindo um caminho perfeito para a entrada da semiótica tensiva, que dará então a resposta definitiva.

³⁸ Procusto é um personagem da mitologia grega que colocava viajantes hospedeiros em uma cama de ferro. Se a vítima fosse maior que a cama, as partes que ficassem fora dela eram amputadas; se fosse menor, era esticada até ficar do tamanho da cama. A “Cama de Procusto” simboliza modelos, regras ou paradigmas que, aplicados forçadamente a determinados objetos, os deformam. O presidencialismo de coalizão serve para unir os partidos em uma base comum, mas isso à custa de muitos dos seus respectivos ideais assumidos antes das eleições; ideais que talvez os tornassem inconciliáveis.

Seiler (2000), analisando o funcionamento de partidos políticos em diversas democracias no período pós guerra, destaca seis funções pelas quais geralmente os partidos mantêm a adesão dos segmentos sociais. A sexta destas funções é a de “contra-organização” ou “subversão”, que ele traz de Georges Lavau:

(...) Georges Lavau percebera os efeitos favoráveis que a contestação de um sistema dado pode trazer para a sobrevivência do mesmo sistema. (...) Este assume a função que, na República romana, era entregue ao tribuno da plebe: exprimir o descontentamento e a rabugice dos excluídos. Fazendo isso, o partido assegura a sobrevivência do sistema, pois “desvia virtualidades revolucionárias”: útil válvula de segurança... (P.33-34)

Se o discurso não é abertamente excludente, nem o pode ser, sob pena de perda total do apoio dos segmentos sociais, ele pode, por outro lado, evitar a completa apatia popular mediante um discurso que expresse o descontentamento do povo. Assim, novamente podemos ver o discurso como condição *sine qua non* para a existência e permanência do estamento burocrático. Reformulo então a hipótese inicial: o discurso político sobre a Previdência perpetua o patrimonialismo não como discurso excludente, mas como discurso catártico, como “válvula de segurança” do sistema, que visa a evitar o caos (um aumento drástico dos votos em branco ou da abstinência de voto, por exemplo).

O discurso sobre a Previdência, portanto, não “realiza” o patrimonialismo do mesmo modo que, por exemplo, o discurso racista realiza o racismo. Neste, podemos localizar o fenômeno social (o racismo) precisamente nos enunciados, seja de forma explícita, seja pressuposta ou mesmo subentendida como “é negro, mas é inteligente”, “é negro, mas vem de boa família”, etc.. Na polêmica sobre a Previdência, mediante as análises que fiz aqui, não parece possível localizar a exclusão do povo dessa mesma forma, pois apesar de o discurso a favor da reforma apresentar mais as debreagens enunciativas, ou seja, de afastamento, é um discurso contra os privilégios³⁹.

³⁹ Também se poderia afirmar, é claro, que o discurso a favor da reforma da Previdência é patrimonialista e o contra é antipatrimonialista, o que transparece pela análise da enunciação. Assim, o discurso a favor busca mostrar-se do lado do povo, mas a enunciação lhe trai, mostrando-lhe a natureza excludente. Realmente isso também é bastante razoável. Mas ao considerar os temas e o nível narrativo, a hipótese deste trabalho torna-se outra. Suponho que, ainda que os discursos tenham

O termo “realizar”, que foi usado na hipótese inicial para definir a relação entre Patrimonialismo e discurso (o discurso “realiza” o Patrimonialismo) não define precisamente a relação entre esses dois, pelo menos não se o termo “realizar” se referir diretamente ao Patrimonialismo. Este não é exatamente “realizado” pelo discurso. A hipótese então ficará assim: o que o discurso ‘realiza’, ou pretende realizar, com base nessas considerações que fiz, é uma catarse, que, tornando o discurso uma “válvula de escape” para a indignação e a revolta popular, evita o caos do sistema e o mantém de pé. O termo “catarse” ainda não foi definido. Vamos à sua definição.

A palavra grega *Catarse* significa purgação ou purificação. Para a medicina antiga, significava a limpeza do organismo pela eliminação de substâncias que o adoecem. Em sua *Poética*, Aristóteles trouxe esta palavra para o campo das experiências artísticas. O estagirita fala sobre como o ser humano tem certo prazer natural ao ver a imitação das coisas, ainda que seja das coisas que o repugnam:

Temos prazer em contemplar imagens perfeitas das coisas cuja visão nos repugna, como [as figuras dos] animais ferozes e dos cadáveres. (...) É porque a quem contempla sucede aprender e identificar cada uma delas; dirão, ao vê-la, “esse é fulano”. (*Poética* p.40).

Esse prazer das pessoas ao apreender a imagem daquilo que se teme ou daquilo que as repugna, acaba aliviando a pressão que essas emoções exercem sobre elas. A partir daí, Aristóteles fala sobre a função da tragédia grega e seus efeitos sobre os espectadores:

A tragédia é a representação de uma ação elevada, de alguma extensão e completa, em linguagem adornada (...) e que, despertando a piedade e o temor, tem por resultado a catarse dessas emoções.

Ao ver expressas as emoções com as quais se identifica, o espectador aprova a peça, adere a um discurso, e a Tragédia é bem sucedida. Essa catarse proporcionada pelo teatro, no Estado grego, não tinha objetivos somente artísticos. Ainda na

características específicas, necessariamente contraditórias, a continuidade da polêmica requer que eles tenham em comum algo mais profundo que a enunciação. Ambos parecem aqui buscar ser, cada um à sua maneira, a “válvula de segurança”, realizando a catarse da revolta popular contra o sistema. Se for assim mesmo, as diferenças já vistas na enunciação não seriam mais que a aparência exterior, funcional, de discursos já esvaziados da essência (e da força) que os unia aos seus respectivos segmentos sociais, e que aí aparecem bem empalhados, recheados e enviados às pressas a socorrer o sistema em tempos de crise.

introdução desta dissertação, víamos como o teatro grego era importante como suporte cultural para o sistema político, fosse para alterá-lo, fosse para mantê-lo. Carpeaux observa ainda:

O grego, ao que parece, frequentava o teatro para se deixar convencer da justeza de uma causa, como se estivesse assistindo á audiência do tribunal ou à sessão da assembleia. (...) Assim, a tragédia grega era uma discussão parlamentar na qual se debatia, lançando-se mão de todos os recursos para influenciar o público, um mito da religião do Estado. Considerando-se isso, as concorrências dos poetas, que apresentaram peças, perdem o caráter de competição esportiva: **a vitória não cabia ao maior poeta ou à melhor poesia dramática, mas à peça que impressionava mais profundamente**; quer dizer, à peça na qual o mito estava de tal forma interpretado que o público se convencia dessa interpretação e – podemos acrescentar – por isso o Estado a aceitava. (História da literatura ocidental p.71).

No caso da antiga Grécia, a repercussão das tragédias, regulamentadas pelo governo e apresentadas para os cidadãos, fundamentava o sistema de governo (a democracia) ao ir formando o imaginário da população pelo impacto das apresentações teatrais. A catarse era (e é), portanto, um instrumento bastante eficaz para aproximar o governo da população e manter a estabilidade da ordem social. No entanto, parece que quando é trazida para fins explicitamente eleitorais, no discurso explicitamente político partidário, na urgência e na euforia que precedem as eleições, ela não tem exatamente o mesmo efeito. Faoro não chega a falar especificamente de catarse, mas é enfático ao descrever a figura convencional do político orador brasileiro:

Ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo institucional e legal, mas o bom príncipe – dom João I, Dom Pedro II ou Getúlio Vargas – empreendendo, em certas circunstâncias, uma política de bem-estar para assegurar a adesão das massas. Para evitar a participação popular, recorre, não raro, à mobilização das ruas, em manifestações que só deixam atrás de si o pó de palavras inconsequentes. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere. Em casos extremos, será o ditador socialista, de um suposto socialismo que sacia aspirações, desviando-as e acalmando-as com algum circo e algum pão. (*op. Cit.* P. 827).

Uma ressalva importante: o corpus escolhido para análise, como já vimos, não é composto só por discursos políticos. Há falas de economistas, advogados, etc. Mas esta ênfase no discurso político tem o objetivo de mostrar a sua influência no debate público em geral, sobretudo no que diz respeito aos posicionamentos contra ou a favor. Se considerarmos as regularidades dos gêneros de discurso pertinentes ao papel social de

economistas e juristas, podemos perceber que deles não se espera um discurso catártico⁴⁰. Geralmente espera-se deles uma fala mais tecnocrata, mais ‘fria’. Mesmo assim, mesmo que eles não se pretendam discursos catárticos, provavelmente irão apresentar alguma semelhança com os mais explicitamente politizados, sejam os prós ou os contras, em seu engendramento. Também, é claro, não se está considerando aqui um discurso exclusivamente técnico e outro exclusivamente político. Não serão vistos como estanques, mas como em um contínuo: mais técnicos ou mais políticos.

Essa continuidade entre o discurso mais técnico e o discurso mais emotivo tem sido estudada por uma vertente recente da semiótica greimasiana: a Semiótica Tensiva. No início dessa segunda parte, víamos como Diana Barros abordava a questão das condições de produção por uma via semiótica, lidando com as condições de produção sem sair da instância textual, o que foi possível pela abordagem da enunciação. A Semiótica Tensiva (ST) tem uma outra resposta para esta questão.

5.1 A Semiótica Tensiva

A proposta da Semiótica Tensiva, de Claude Zilberberg, é um dos caminhos que foram propostos para lidar com a significação a partir de princípios estruturais, sobretudo quanto à função referencial da linguagem. Essa proposta segue o mesmo rumo que Saussure e Hjelmslev vinham traçando: a imanência da significação ao texto. Este é o princípio a partir do qual o sentido de um texto não vem da relação deste com elementos a ele exteriores e nele expressos, mas sim da projeção de imagens, como que ilusórias, de um referente externo. Nessa perspectiva, de influência Kantiana⁴¹, o

⁴⁰ Cabe aqui considerar a observação da profª Edjane Assis e fazer um esclarecimento: quando afirmar que não se espera discursos catárticos por parte dos técnicos (economistas, etc.), não quis dizer que não haja técnicos que se utilizem do elemento catártico, o que seria desmentido pelos próprios textos escolhidos para o corpus (no caso do discurso do presidente da OAB, por exemplo). O que quis dizer é que o elemento catártico não está entre as regularidades que caracterizam os gêneros discursivos pertinentes ao papel social dos economistas e juristas; não é previsível neles, apesar de haverem economistas e juristas que fazem discursos catárticos - assim como do fato de haver professores que utilizam o humor para dinamizar suas aulas não podemos concluir que o humor seja uma regularidade característica do discurso pertinente aos professores.

⁴¹ Zilberberg observa a semelhança entre esse princípio de Hjelmslev e a proposta de Kant em sua *Crítica da razão pura*, mas também observa que Hjelmslev não cita Kant, pelo que Zilberberg não pode afirmar com certeza a influência deste no pensamento do professor de Copenhague. De fato, é quase impossível negar a influência kantiana, considerando a influência do neocriticismo (ou neokantismo) na epistemologia de diversas disciplinas no século XIX e XX. Kant lida com o problema do empirismo x racionalismo propondo que o conhecimento que temos do mundo exterior a nós é o resultado de uma

sentido não vem pela percepção de uma ordem inteligível no mundo exterior. O que acontece, na verdade, é que as sensações avulsas dos sentidos passam por uma categorização na mente humana, categorização que já faz parte da própria natureza da mente, que é como que “programada” para categorizar as sensações, dando-nos a impressão de que as coisas do mundo estão todas, por si, em certa ordem inteligível. A questão da significação é central para este problema porque é por ela que se opera a categorização do mundo.

Em relação ao percurso gerativo adotado comumente pelos semioticistas greimasianos, a ST opera certa inversão: já vimos que as paixões, o elemento passional do discurso, convencionalmente vem como efeito do arranjo no nível narrativo: as modalizações ali determinam certos efeitos tensionais que projetam paixões (o valor modal “querer” associado a “não poder” pode gerar o efeito passional de frustração, angústia, por exemplo). Na ST, o elemento passional, sensível, não vem aparecer só no nível narrativo. Ele vem antes de todo o percurso, antes mesmo do nível fundamental.

Ao invés de a oposição lógica do nível fundamental categorizar o mundo para depois gerar o efeito das paixões no nível narrativo, para a ST, primeiro vem o sensível das paixões, para ser então categorizado pelo inteligível da oposição lógica nos níveis subsequentes do percurso. Essa é a inversão, considerando o que vinha sendo feito a partir do percurso gerativo que já vimos. Temos então duas grandezas semióticas: o sensível e o inteligível⁴². Como duas grandezas, elas são colocadas em um plano cartesiano, uma em função da outra, isto é, o inteligível é relacionado ao sensível. Quando o sensível decresce, o inteligível aumenta, e vice-versa. Mas, o que significa crescer e decrescer aí? Significa que a grandeza que decresce aparece menos no discurso e a que cresce aparece mais. Assim, teríamos discursos mais tendentes à inteligibilidade e outros mais tendentes à sensibilidade. Sendo que nenhum dos dois é tratado como estando em estado puro, mas sim em um movimento que vai em direção a

função mental: as impressões vagas e desordenadas dos sentidos passam, na nossa mente, por uma categorização, uma espécie de formatação que nos dá a impressão de que o próprio mundo ao redor de nós possui certa ordem inteligível. O sujeito que percebe o mundo é nada mais que uma função de formatação e projeção da mente humana.

⁴² Me esforcei por expressar com clareza o que entendi pelos textos de Zilberberg e Valdir Beividas, que trabalha com a teoria no Brasil. O próprio Valdir reconhece a complexidade da linguagem de Zilber. E considerando que o problema que ele aborda não é lá também dos mais simples, talvez esteja justificada a complexidade do texto.

um ou a outro. E a significação, nestas condições, é claro, não é algo estático, mas há um movimento de crescimento ou decrescimento do elemento passional.

Considerando esses pressupostos, vejamos como a ST lida com o problema das condições de produção. Talvez a questão mais importante que elas possam trazer para o semiótico seja a seguinte: se o que conhecemos como “extralinguístico” é nada mais que o resultado das projeções do discurso, e se este é engendrado a partir de uma categorização que começa no nível fundamental, fica a pergunta: mas o nível fundamental categoriza *o quê*? Não seriam as condições de produção extralinguísticas? A ST propõe que o que é categorizado no percurso gerativo é justamente o impacto das sensações; sensações que, impossíveis de ser recuperadas desde uma suposta inteligibilidade externa ao discurso, podem ser compreendidas tão somente na imanência da estrutura.

Para isso, a ST se baseia em três princípios que a orientam: a arbitrariedade, a extensão (ou linearidade) e a dependência (ou hierarquia). Pelos dois primeiros, Zilberberg é propriamente saussureano, e pelo terceiro finca os pés na tradição estruturalista de Hjelmslev, herdando deste também a própria definição de estrutura como “entidade autônoma de dependências internas”. A inovação trazida por ele é a maneira de aplicar esses princípios.

Segundo o princípio da arbitrariedade, o signo é imotivado; a relação de um determinado significante com seu respectivo significado não é necessária, ou seja, não há vínculo lógico entre os dois. A palavra cão, por exemplo, nada possui em si que nos sugira, ainda que indiretamente, a imagem do animal mamífero doméstico que ela significa. Sendo uma relação de convenção, os conceitos poderiam ser significados por outra palavra, podendo inclusive ser parafraseados na maioria dos casos; a arbitrariedade indica, portanto, a questão do ‘possível’. Pelo princípio da linearidade, o discurso possui não somente um encadeamento dos significantes, mas principalmente uma certa extensão destes, que caracteriza esse discurso. Ele pode, por tanto, ser mais extenso ou mais intenso (e menos extenso). Podemos ter então discursos de traços semânticos mais pontuais ou mais contínuos, e cabe ao semiótico determinar isto na análise. Por fim, o princípio da hierarquia ou dependência tem dois operadores: a recção e a modalização.

O discurso explicitamente político contra a reforma possui traços semânticos concessivos: 1- O presente governo veio por um golpe – “não houve um golpe para favorecer os trabalhadores” (Lula, texto 3). Trata-se de uma concessão porque o que se conhece por “impeachment” é a deposição extraordinária do presidente formalmente eleito, o que contraria a expectativa da sua eleição. Além disso, se essa deposição é planejada por políticos acusados (e logo depois condenados) por corrupção, o ato além de imprevisto é ilegal, tratando-se, portanto, de um golpe. Essa é a grande surpresa, é a grande elevação da tensão que desencadeia o movimento ascendente da tensividade. A partir dessa “surpresa”, surge uma nova expectativa que mantém a tensão: a da reforma da Previdência, na qual o governo tirará a aposentadoria dos pobres para favorecer os ricos, a classe empresarial.

Podemos dizer que a denúncia do adversário implica em valores de absoluto: há uma rígida demarcação entre a perversidade do governo e a proposta da oposição, favorável ao povo. O discurso tende aos valores de absoluto na medida em que projeta a si mesmo como radicalmente diferente e contrário ao presente governo - “(...) tem uma diferença grande aí entre as posturas destes governos” (Gleisi Hofman, texto 4). Essa pontualidade não exclui, todavia, certa universalidade pelo menos em relação ao leitor/ouvinte, pois o conteúdo consiste, além da denúncia, em uma convocação, seja para votar, seja para protestar, o que faz o discurso estender-se sobre a população brasileira – “queridos homens, amigos advogados, cidadãos, sociedade brasileira, vamos dizer que **todos nós** queremos ver a caixa preta da Previdência aberta!” (Cláudio Lamáchia, texto 6). Depois de ver toda a injustiça cometida pelo governo, o enunciatário é convocado a tomar uma atitude: protestar. A atitude de opor-se ao projeto de reforma da Previdência aqui traz uma expectativa de conclusão da catarse: o ápice estaria no golpe, a tensão se mantém pelo perigo da reforma da Previdência e há uma perspectiva de diminuição da tensão caso o povo entre na luta. Esse “entrar na luta” se dá no ápice da tensão e inicia o processo de conclusão do movimento catártico, com a diminuição do perigo da reforma – “(...) nós precisamos exigir do governo que haja sim a abertura das contas (...); Queremos desmistificar esta ideia de que há déficit na previdência, vamos provar e demonstrar que não há!” (Cláudio Lamáchia, texto 7).

Nos discursos mais técnicos, a argumentação tende aos valores de universo, mas não no sentido de tentar propor algum tipo de conciliação entre os antagônicos: a proposta consiste na manutenção e **expansão** da aposentadoria, pois quanto mais o governo investe no consumo das pessoas, mais o país se desenvolve, como vimos com Denise Gentil “(...) a receita cresceu a taxas muito superiores à taxa de crescimento do gasto, certo? Porque a economia também crescia impulsionada por esse gasto”. É certo que a concentração dos dados da situação brasileira sugere certa pontualidade, mas como a proposta consiste na expansão, ou seja, na liberação de dinheiro público para as pessoas, não podemos caracterizá-la integralmente como concentradora, como pontual. Podemos entender então que o discurso contra a reforma tende à universalidade, à expansão, mas, no caso dos mais passionais, ou seja, mais *intensos*, há presença de valores de absoluto também. Então, se por um lado, a proposta é expansiva, por outro, a conjuntura polêmica faz este discurso tender aos valores de absoluto, o que mantém o alto índice de passionalidade.

O discurso explicitamente político a favor da reforma possui traços semânticos concessivos. Há uma gradação ascendente: 1- o governo anterior, depois de assumir o poder, defende um sistema previdenciário desigual, não cumprindo suas promessas ao povo – “aqueles que dizem defender os mais pobres (...) defender um sistema que gasta mais com os mais ricos”. 2- o governo gasta muito com a Previdência e o dinheiro está acabando. Aqui chegamos ao ápice da tensão: o país está à beira de uma crise financeira terrível.

Uma diferença importante entre o discurso “contra” e o “a favor” é que este apresenta valores de absoluto **tanto em virtude da conjuntura polêmica quanto na proposta apresentada** (no “contra”, como vimos, a proposta é de natureza universalizante). No caso do discurso “a favor”, apesar de os dados frequentemente se expandirem para a comparação do Brasil com a economia de outros países, a proposta é de restrição dos benefícios previdenciários, é a contenção de gastos. Quanto à conjuntura polêmica, os valores de absoluto, com suas restrições, marcam o antagonismo entre o proponente e o adversário – “Qual é a diferença entre eles e nós? A falta de coragem!” (Arthur Maia, texto 10).

Como vemos, ainda que os dados geralmente venham em uma perspectiva comparada com o cenário internacional – “se isso fosse verdade, não existia pobreza

no mundo [...] a China crescia 40%” (Samuel Pessoa, texto 1.2), o discurso a favor da reforma da Previdência consiste em uma ruptura com o governo anterior e uma proposta, não de expansão da Previdência, mas de contenção de gastos que evita o perigo da crise.

O governo anterior, segundo os favoráveis à reforma, defende um sistema que gasta muito com a Previdência dos ricos e esse sistema precisa ser alterado – “tem que mudar!” (Hatten, texto 10) – para não haver mais desperdício de dinheiro. O “cúmise do ápice” (usando a expressão de Mendes) aqui seria a revolta contra o governo populista que quer impedir a reforma da Previdência. Ao sujeito semiótico “leitor/telespectador/ouvinte”, cabe a indignação e revolta contra o populismo da oposição, o que, pode-se entender, resultaria em não votar mais neles e não fazer o que eles dizem. No caso dos discursos mais técnicos, a concentração, os valores de universo determinarão a apresentação das teses neoliberais que já vimos: (O gasto público empobrece a nação, etc.).

Enquanto a catarse do discurso “contra” se inicia na constatação do golpe contra o povo e a consequente reforma da Previdência (ou “desmonte da Previdência”, como os opositores chamam), seguido da convocação a protestar, a catarse do discurso “a favor” acontece na constatação da “hipocrisia” da oposição. É claro que esses processos dependem, como já foi dito, do sucesso dos contratos de veridicção, e, portanto, para verificarmos a sua efetivação no meio social (se a catarse aconteceu mesmo ou não), seria necessário observar o eco desses pronunciamentos na boca do povo; seria necessário verificar como o povo reagiu a estes discursos no decorrer do tempo. No entanto, o objetivo desta dissertação é mostrar (como foi mostrado nesta última análise) o projeto ou esquema de catarse contido nos discursos, o caminho proposto por cada um para canalizar e amenizar as paixões dos excluídos.

Conclusão

Este trabalho chega agora à conclusão, tendo mantido o objetivo principal de compreender por uma via semiótica a polêmica sobre a reforma da Previdência. Embora mantido o objetivo, houve uma alteração da hipótese proposta no início, e para uma melhor compreensão do percurso como um todo, este é o momento de fazermos uma sucinta recapitulação do trajeto: a hipótese inicial partia do pressuposto

semiótico de que os fenômenos sociais são construídos pelo discurso; o caso do Patrimonialismo, portanto, não seria diferente; tinha de haver um discurso, um molde discursivo que seria a própria essência da apropriação do Estado por parte de uma elite. Diante disso, supus que uma polêmica a respeito da Previdência, ocorrendo às vésperas das eleições de 2018, seria o campo ideal para mostrar como os políticos se apropriam do Estado (do sistema previdenciário, neste caso) mediante um discurso que exclui a população das questões públicas. O problema era, portanto, saber de que forma essa exclusão era realizada. O trabalho de Edilene Fernandes, *A palavra do Presidente* (2011), trouxe fortes indícios de que a análise da enunciação evidenciaria de forma muito clara a maneira como um discurso político pode excluir o povo mediante as debreagens de pessoa, espaço e tempo.

A hipótese, de fato, permaneceu na análise das debreagens, que colocou à mostra certas nuances no uso da primeira pessoa do plural, bem como nas projeções de tempo e espaço, que podem aproximar ou distanciar o orador das pessoas, e situar a ambos dentro ou fora do cenário projetado, o que indicaria o caráter excludente da enunciação política. No entanto, quando se supôs aqui que na polêmica em questão há discursos excludentes, ou que um dos dois lados é excludente, não se considerava que, em seus esquemas narrativos e temas subsequentes, ambos poderiam ser o contrário disso. O esquema narrativo, em ambos, prepara a denúncia contra um sistema que prejudica o povo e favorece os grandes. Os temas, portanto, não poderiam ser outros: exploração do povo, populismo, luta por direitos. Buscando discursos excludentes, encontrei discursos contra a exclusão, ainda que cada um a seu modo narrativo, temático e enunciativo. É justamente neste ponto que eles ganham mais força na conjuntura polêmica: na denúncia da “injustiça”, do “populismo” ou da “exploração”. O adversário parece ser, para ambos, uma minoria privilegiada, embora as formas como esse adversário é projetado sejam contraditórias uma à outra.

Para refletirmos sobre este problema, foi interessante a observação de Bakhtin, a de que o signo, tomado no contexto da luta de classes, possui uma dialética interna, ou seja, há contradições entre sentidos que não poderiam ser compreendidas senão pelas contradições entre as classes sociais. Isto nos aproximou do teor conflitante dos discursos estudados (de suas contradições demonstradas no percurso gerativo), mas o problema parecia ainda não estar resolvido. O conflito que vimos é entre sujeitos da classe governante e/ou acadêmica, que, enquanto tais, quando falam não

desempenham o mesmo papel social de sujeitos da classe proletária propriamente dita. No caso dos políticos, o discurso é de representantes das classes, com os quais espera-se que o povo se identifique. Sobre este assunto vimos, pelo testemunho da literatura nacional⁴³, dois esquemas de compreensão da ordem social: o Estamento em Machado de Assis e a luta de classes em Graciliano Ramos (dois esquemas simultâneos e, de certo ponto de vista, difíceis de coexistir). Talvez - pela ênfase que tentei dar desde o início a aspectos literários/ sociológicos brasileiros - seja justamente o reflexo desse problema que acaba reaparecendo na análise. Por isso, antes que a Semiótica Tensiva subisse ao palco, o autor desta dissertação revirava os discursos tentando fazer contracenar R. Faoro e A. Greimas pela enunciação. A Semiótica, por sua vez, não deixaria de fornecer uma ferramenta para lidar com a questão. A proposta da Semiótica Tensiva (ST) vem colocar ordem na casa ao reabsorver e articular as condições de produção (estão aí luta de classes e estamento) dentro de uma perspectiva imanente, compreendendo o discurso como processo de inteligibilização (crescente ou decrescente) do elemento sensível.

A premissa de Zilberberg permitiu um rearranjo do trabalho e uma melhor compreensão do conjunto dos discursos que formam a polêmica (os que foram escolhidos para o corpus). Vejamos como isso foi possível: a hipótese mudou: os discursos estão disputando uma função: a de “tribuno da plebe” (expressão de Seiler, 2000), aquele que exprime o descontentamento das massas, evitando a agitação anárquica ou a completa apatia popular⁴⁰ para manter a ordem social e a integridade do sistema. Seria então um discurso “catártico”. A reformulação da hipótese inicial destravou a análise, que havia encontrado um entrave, uma incompatibilidade no percurso gerativo entre as debreagens (nível discursivo), de um lado, e, de outro, o nível narrativo e os temas (quando voltamos ao nível discursivo), principalmente no discurso a favor da reforma, que apresenta debreagens predominantemente enunciativas e no entanto gera temas como exploração do povo, denúncia do populismo, etc.

O Estamento parece então estar colocando a polêmica em termos de uma luta de classes que alimenta o conflito em questão, que dinamiza a polêmica, mas que por

⁴³ Na contextualização (2.3)

uma dicotomização, simplifica as rupturas sociais envolvidas (inclusive a ruptura entre povo e governo), e, afinal, canaliza a revolta popular avulsa, desviando-a de um possível choque com o presidencialismo de coalisão e conservando a ordem social. Não é que a luta de classes seja, definitivamente, uma projeção superficial (o que seria desmentido por boa parte da nossa literatura), porém o que parece estar acontecendo neste momento é que a *catarse* relizada pelo discurso do Estamento tem como ferramenta a projeção de uma luta de classes, que nestas condições pode ser simbolizada de forma bastante lúdica no Mamulengo de Ariano Suassuna - os participantes estão engajados em conflitos mecânicos, governados de fora, que determinam seus movimentos.

Isso parece esclarecer bastante as formas de interação que observamos no início das análises, nas *debreagens*: o discurso “contra” reage ao discurso “a favor” situando-se a si e ao povo dentro de uma situação presente descrita; ele projeta, na maioria das vezes, um espaço limitado, particular, e uma continuidade temporal de progresso que está sob ameaça de ser interrompida pelo retrocesso. O discurso “a favor” reage ao discurso “contra” situando-se a si e ao povo fora de uma situação presente descrita; ele projeta, na maioria das vezes, um espaço ilimitado, universal, e uma continuidade temporal de declínio (crise) que precisa ser interrompida pela estabilização da economia. Como vimos, essa contradição é necessária e constitutiva dos discursos; sem ela não haveria polêmica, donde pudemos concluir que não se tratava de ocorrências acidentais, fortuitas, e nem ainda voluntárias da parte dos falantes – as *debreagens* abriram as cortinas do mamulengo, ainda que, de início, não tenham permitido sondar o enredo. Sendo assim, o fato de os discursos terem sido, de certa forma, colocados em pé de igualdade para fins de análise não significa, de modo algum, que ambos sejam idênticos. A não ser as restrições de gênero que os permitem compor a mesma polêmica, eles são formados pelas contradições que apresentam.

Essa foi a forma como a Semiótica Tensiva permitiu uma melhor compreensão do conjunto dos discursos que formam a polêmica. Ao permitir analisa-los como projetos de *catarse*, ela concilia, na imanência do discurso, a luta de classes e o estamento - afinal, como este conseguiria pairar acima daquelas, senão achatando-as ou deixando-as achatar em algum tipo de dicotomização? Parece ser justamente a intensidade da polêmica que vem legitimar para os falantes a posição de representantes das massas, posição esta já estabelecida historicamente, como se,

depois de Dom João ou Getúlio Vargas, houvesse ficado um lugar simbólico, mal definido e vago a ser preenchido em tempos de crise – o de “herói” ou “pai do povo”. Sem a catarse das paixões populares isso seria impossível.

O elemento passional do discurso político contemporâneo tem sido um dos temas mais relevantes trabalhados na última década. Cavalcante (2009), em sua tese de doutorado na PUC, analisa como a presença de algumas paixões e a ausência de outras pode revelar um perfil de eleitores que o discurso político acaba projetando para uma melhor persuasão. De fato, um dos aspectos iniciais do estudo das Paixões na Semiótica é a passionalidade como forma de manipulação⁴⁴. Mais recentemente, Gianfranco Marrone (2019), analisa algumas estratégias argumentativas com forte passionalidade que têm se tornado constantes nos últimos anos; três delas são o medo como paixão paralisante, o rancor (desejo de revanche) e a postura de “antimafioso”, aquele que luta contra o sistema corrupto. As três se assemelham bastante ao que aqui pudemos ver, principalmente no nível narrativo, mas a última é particularmente interessante porque esse “ir contra o sistema” pode ser associado àquela função tribunística citada no parágrafo anterior. O antimafioso, desse modo, é o herói que bate de frente com o sistema que o povo detesta, mas que ao fazê-lo, exerce uma das funções necessárias à manutenção deste mesmo sistema. É claro que Marrone não faz essa associação, já que o seu objetivo foi mostrar algumas características gerais do discurso político contemporâneo, sem, todavia aprofundar-se em alguma delas. Tive então como especificidade, nesta dissertação, a ênfase em uma destas características, aquela que já chamamos de “válvula de escape” – a catarse, ferramenta de tal modo eficiente que a democracia obscura do presidencialismo de coalizão vem a ser assegurada pelos discursos que contra ela se levantam.

A ênfase no aspecto passional da polêmica sobre a Previdência também nos permite aqui refletir sobre até que ponto a manipulação⁴⁵ no discurso político é voluntária da parte dos falantes. Como dito alguns parágrafos acima, no caso de uma polêmica dicotomizada (pró x contra) como a da Previdência, a necessidade de

⁴⁴ V. FIORIN, José Luiz. **Semiótica e paixão: Entrevista a Cristina Sampaio**. In: Revista Eutomia, 2009, ano I, nº2.

⁴⁵ O termo “manipulação” aqui é, de certa forma, esvaziado da conotação negativa (de “engano”, “desonestidade”) que a linguagem cotidiana lhe deu, para ser visto como algo intrínseco à natureza argumentativa do discurso, sobretudo político.

contradição parece estar regulando os programas narrativos, a enunciação e os temas colocados, reduzindo consideravelmente a ‘autonomia’ que os falantes pudessem ter sobre as “próprias” palavras. Maingueneau (2008) tratou desse assunto ao propor a “interincompreensão regrada”, como forma de explicar a divergência entre, por exemplo, o Jansenismo e o Humanismo Devoto no século XVII. No entanto, observei que esse esquema não se poderia aplicar exatamente da mesma maneira aqui, pois o corpus usado por Maingueneau se estende por um século, abrangendo, portanto, uma faixa de tempo muito maior que a do corpus desta dissertação e permitindo, por isso, compreender as *características essenciais* dos discursos analisados como consequências da relação interdiscursiva polêmica. Isso poderia ter sido feito aqui da mesma forma se, por exemplo, o corpus abrangesse o liberalismo econômico e o estatismo no Brasil durante o último século. Porém, tratando-se uma faixa de tempo mais limitada – cerca de dois anos - não parece possível estabelecer características essenciais das correntes políticas analisadas⁴⁶; não caberia aqui determinarmos que o discurso liberal é constituído por esta ou aquela oposição fundamental, ou que o discurso estatista identifica-se sempre por determinado traço semântico. O rumo que este trabalho tomou foi diferente: a faixa limitada de tempo serviu aqui para identificar qual é, de fato, o lugar que o discurso político está ocupando no contexto patrimonialista brasileiro.

Como observado por Amossy (2016), a polêmica, o conflito de discursos, é pertinente à democracia, que deve sempre dar espaço ao contraditório. Porém a mesma Amossy alerta quanto a uma uniformização das discussões que implicaria na amputação dos caracteres dos segmentos sociais em nome de uma racionalização artificial – o que coincidiria, em termos sociológicos, com o risco que Sérgio Abranches apontou no Presidencialismo de Coalisção. Mas de um ponto de vista puramente sociológico, a válvula de escape seria praticamente imperceptível.

A proposta semiótica de análise do discurso, em suas vertentes, ao refletir constantemente sobre o seu objeto de estudo, continua fornecendo ferramentas bastante eficazes para lidar com os diversos problemas que envolvem discurso e

sociedade. E assim como a língua, para Saussure, é atualizada nos diversos e irregulares atos de fala que a materializam e espalham geograficamente, a teoria é sempre atualizada (no sentido de “colocada em ato”) nos diversos trabalhos que a utilizam. As análises e observações feitas até aqui, se porventura repercutirem, poderão ser retomadas, continuadas, ou refutadas e acrescentadas, contribuindo assim para a dialética da teoria.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**, Tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12º ed. HUCITEC, 2016.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do Discurso: Fundamentos semióticos**. 1 ed. São Paulo, Atual, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Estudos do Discurso**. Em FIORIN, José (org.) **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo, Contexto, 5º ed. 2015. (cap. 8; pp. 187-213).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Orçamento da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/et-10-2019-orcamento-da-seguridade-social>. (Acesso em 27/09/2019).

CATAGUIRI, Kim. **O déficit na previdência social é falso?** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EJO_MNtKjDc&t=111s > acesso em 30/09/2019).

CAVALCANTE, Marcelo Cezar. **Esperança e medo: o movimento das paixões no discurso político**. Tese (doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP) São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14594> >.

CRUZ, Sebastião Velasco, KAYSEL, André, CODAS, Gustavo (organizadores). **O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Gayatri Chakravorty Spivak. São Paulo, Editora USP, 1973.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**; 3º edição revista. São Paulo, Globo, 2001.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**; 4º edição revista. São Paulo Globo, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**; 7ª edição; São Paulo, Ática, 2002.

FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa de) desconstrução da cultura Usiminas: narrativas ao longo de 50 anos**. Tese (Doutorado em administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2011.

GANI, Alan. **É contra a reforma da Previdência? Então toma uma aulinha grátis de economia**. Artigo Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/e->

[contra-a-reforma-da-previdencia-entao-toma-aqui-uma-aula-gratis-de-economia/](#)
(acesso em 20/10/2019).

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005**. Tese (doutorado em Economia) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

GENTIL, Denise; PESSOA, Samuel. **Debate** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cM4f9JZRjto&t=138s> (acesso em 20/09/2019).

GOMES, Ciro. LOHBAUER, Christian. **Debate**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=65s81zhGbu4> (Acesso em 25/10/2019).

GOMES, Ciro. CONSTANTINO, Rodrigo. **Debate**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AamkdRR9c-8&t=6s> (Acesso em 20/10/2019).

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural** São Paulo, Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o Sentido: ensaios semióticos**. São Paulo, ed. USP, 2014.

GUEDES, Ciza; MARQUES, Toni. **Fundador e militante ilustre do Partido dos Trabalhadores**. O Globo, 2005. O país p.14 (agradecimento pessoal de Lula a Raymundo Faoro após a vitória nas eleições de 2002). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/393609/complemento_2.htm?sequence=3 (acesso em 11/09/2019).

HATTEM, Marcel Van. **Aula da Previdência com Marcel Van Hattem**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dL0dWKceHBA> (acesso em 15/08/2019)

HESS, BRUNACCI e FARIA **Estética da Nacionalidade em Graciliano Ramos**, Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT5/gt5m2c4.pdf>. (Acesso em 20/09/2019).

HOFMAN, Gleisi. **Discurso sobre a Previdência na Câmara**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZYrTb7jejJo> (Acesso em 20/05/1019).

LAMACHIA, Claudio. **Discurso do presidente da OAB**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cHsZPY88_jg, (acesso em 11/12/2018).

MAIA, Arthur. **Arthur Maia discute com deputado Chináglio em comissão sobre a Previdência**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YFIBhJ75UsY> Acesso em 21/10/2019).

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti, São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky, Pontes, Campinas, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

NOTÍCIAS TERRA. **Marina vota contra reforma da Previdência**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI161820-EI1483,00.html>

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERREIRA, Mônica Guerra. **Reforma da Previdência**; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12º edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. 3ª edição, tradução de Moacir Renato Amorim. Editora Moraes, São Paulo, 1981.

PINHEIRO, Vinícius Carvalho. **Reforma da Previdência: uma perspectiva comparada**. Em URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004. (cap.11, pp. 259- 288).

PT – Partido dos Trabalhadores, **Livro de resoluções e moções do 3º congresso**, 2007. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>

PT - Partido dos Trabalhadores, **caderno de teses do 5º congresso - Resgatar o petismo do PT** (2015). Disponível em <http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/09/AE-TESE-UM-PARTIDO-PARA-TEMPOS-DE-GUERRA.pdf> (acesso em 12/07/2019).

RAMOS, Graciliano. **Relatórios**. 1930. Disponível em <https://cra-rj.adm.br/o-relatorio-do-prefeito-graciliano-ramos-ano-1930/> (Acesso em 12/06/2019).

SAUSSURE, Ferdinand de; **Curso de linguística geral**; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye ; com a colaboração de Albert Riedlinger; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur; **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias: (dialética erística)**. Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Introdução, notas e comentários por Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

SENADO NOTÍCIAS **Lula entrega proposta de reforma tributária e da previdência**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/04/30/lula-entrega->

peçoalmente-ao-congresso-propostas-das-reformas-tributaria-e-previdenciaria (Acesso em 20/06/2019).

SILVA, Luís Inácio L. **Lula fala sobre a Reforma da Previdência e sua candidatura.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x7BlfZnX1cM>. (Acesso em 20/12/2019).

SUASSUNA, Ariano. **A pena e a lei**; 5ª edição, Rio de Janeiro, editora Agir, 2005.

TEMER, Michel. **Temer fala sobre importância da Reforma da Previdência.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tiuA-6L693A> (Acesso em 15/10/2019)

VARGAS, Getúlio; **Carta testamento**, 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas> (acesso em 14/08/2019).

